

# Sumário

Número de notícias: 51 | Número de veículos: 39

VALOR ONLINE - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que âncora deve ser enviada ao Congresso com LDO.....5

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Marinho quer desonerar a folha.....7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária tem resistência.....9

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Governo deve assumir parte do risco da reforma".....10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo vacila com o calendário legislativo - FERNANDO EXMAN.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy admite mais de uma alíquota para futuro IVA.....16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy fala em ganho de arrecadação para todos os Estados.....17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária tem potencial para elevar PIB em até 20%, calcula economista.....18

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A PEC da exploração da fé (Editorial).....19

PORTAL R7 - NACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

JR Business: "A maior política industrial para o setor é a reforma tributária", analisa o economista-chefe da FIESP (JR Business).....20

RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA FM 96,1 - DF - REPÓRTER NACIONAL 2ª EDIÇÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Texto da reforma tributária deve ser aprovado no Congresso até o fim do ano.....21

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Que imposto é esse (Que imposto é esse).....22

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode aumentar o PIB em até 20% e a arrecadação em R\$ 2,5 tri em 20 anos.....24

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Appy diz que reforma tornará sistema tributário extremamente mais simples.....26

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad: Carga tributária sobre a indústria chegou ao limite do insuportável..... 28

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária vai permitir choque de eficiência na economia, diz Haddad..... 29

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy faz novo alerta de que exceções tributárias para setores podem minar a reforma  
..... 30

VALOR ONLINE - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy diz que discussão política levará a mais de uma alíquota do IVA, mas que "é importante ter o mínimo de exceções"  
..... 31

VALOR ONLINE - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

AGU acompanha reforma tributária para evitar questionamentos na Justiça, diz Messias  
..... 32

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad fala em avançar na desoneração da folha e corrigir desequilíbrios no Imposto de Renda  
..... 33

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que inflação está sob controle e há espaço para corte de juros..... 34

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Comissão do Senado aprova projeto que cria regras para simplificar obrigações tributárias  
..... 35

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNSaúde discute Reforma Tributária e o impacto dos pisos salariais na saúde..... 36

RÁDIO CÂMARA FM 96,9 - DF - CÂMARA ABERTA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Grupo de trabalho da reforma tributária recebe apoios em MG..... 37

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que é reforma tributária? Entenda..... 38

VALOR ONLINE - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entenda as propostas e diferenças das PEC 45 e PEC 110..... 40

G1 - NACIONAL - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: setores da economia reclamam de aumento de impostos; propostas trazem válvula de escape  
..... 42

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária marca encontro com deputados ..... 45

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Reginaldo Lopes: "Reforma será excelente para Minas" ..... 47

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Seletividade tributária como imposição constitucional - OPINIÃO JURÍDICA ..... 49

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pesquisa mostra preocupações com a reforma ..... 51

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Grandes empresas questionam na Justiça R\$ 559 bi em tributos ..... 53

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Zema apoia reforma tributária: Estamos juntos, deputados" ..... 55

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regra fiscal pode redirecionar a economia, projeta FGV Ibre ..... 57

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributação simplificada faria economia crescer, defende Pedro Passos ..... 60

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad se reúne com Guimarães e Wagner para discutir texto do arcabouço fiscal ..... 62

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Juros altos 'não se justificam', travam investimentos e 'encarecem a dívida', diz Alckmin  
..... 63

FOLHA ONLINE - SP - FOLHAINVEST  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxas de juros no Brasil são pornográficas, diz presidente da Fiesp ..... 64

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

GT da Tributária convida Tebet para audiência sobre perspectiva federativa ..... 65

RÁDIO CÂMARA FM 96,9 - DF - CÂMARA ABERTA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pretende reduzir imposto pago pelos mais pobres ..... 66

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Samuel Kinoshita: Temos de resguardar interesses de SP na reforma tributária ..... 67

VALOR ONLINE - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Lula pode contar conosco na tributária" ..... 69

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MPs na fila de votação ..... 71

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Vazio no Senado aumenta protagonismo de Ribeiro à frente da reforma tributária .....73

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cashback da reforma pode incluir mensalidade escolar, diz Appy .....75

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"É preciso defender interesse de SP na reforma tributária" .....77

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os riscos para a reforma tributária (Artigo) ..... 79

FOLHA ONLINE - SP - PAINEL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Grupo da reforma tributária procura Zema, opositor de Lula, para diminuir resistência  
..... 80

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ala do Congresso quer debater desoneração em paralelo à reforma tributária, mas Fazenda  
resiste (Reforma tributária)  
..... 81

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributação de dividendos pode incluir redução de IRPJ ..... 83

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A viabilidade da reforma tributária (Artigo) .....84

# Haddad diz que âncora deve ser enviada ao Congresso com LDO

*Por Paula Martini, Caio Sartori, Lucianne Carneiro e Estevão Taiar - Do Rio e Brasília*

Logo depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva adiar para abril o anúncio do novo arcabouço fiscal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo busca uma "linha fina" para honrar os compromissos de campanha e ter uma base fiscal "sustentável". Também disse que a transição do teto de gastos para a nova regra prevê a "reposição" de recursos para saúde e educação. Haddad sinalizou ainda que a nova âncora pode ser enviada ao Congresso junto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O ministro também abordou a **reforma tributária** e disse esperar que o texto seja votado pela Câmara dos Deputados entre junho e julho e esteja no Senado no segundo semestre deste ano.

A **reforma tributária** teria efeito distributivo, segundo ele, uma vez que a população de baixa renda consome mais produtos "supertributados" do que "subtributados". A reforma teria também repercussões no Judiciário, apontou Haddad: "Nossas estimativas dão conta de que mais de 30% do litígio no Poder Judiciário tem como pano de fundo uma justiça tributária. Ou seja, num Poder Judiciário que custa no seu total 1,8% do **PIB**, quase metade disso tem a ver com nosso sistema tributário". Ele afirmou ainda que a carga tributária sobre a indústria chegou ao limite do "insuportável".

O ministro participou do encerramento de seminário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para discutir estratégias de desenvolvimento. O evento se estendeu por dois dias e alinhou críticas de economistas de mesmo pensamento aos juros altos na véspera da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, que se reúne hoje para definir se mantém a taxa básica de juros, a Selic, em 13,75% ao ano (ver abaixo). O evento foi organizado em parceria com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Haddad participou por vídeo.

No discurso, o ministro endossou as constantes críticas do governo aos juros e defendeu que há margem para cortes. O tema é complexo uma vez que exige encontrar formas para reduzir as taxas de forma

consistente. Também há divisão entre economistas de diferentes correntes sobre a capacidade de o Banco Central reduzir as taxas de juros do país, sem riscos para o equilíbrio fiscal e a **inflação**.

Haddad sugeriu que o Brasil é maior que as oscilações do mercado financeiro: "Todo mundo olhando para tela do computador para saber se o dólar aumentou um centavo, caiu um centavo, se a bolsa subiu um ponto, desceu um ponto. O Brasil é maior do que isso", disse. No evento, a nova âncora fiscal foi apontada como um caminho para a redução dos juros.

"O que nós queremos achar, e não é uma tarefa simples, é uma linha fina que permita ao governo honrar seus compromissos de campanha e oferecer ao Estado brasileiro, e não ao governo, uma base fiscal sustentável para responder aos direitos sociais que estão previstos na Constituição", disse Haddad.

À noite, no Ministério da Fazenda, o ministro afirmou a jornalistas que "estamos saindo de uma regra muito rígida [teto de gastos], que retira muitos recursos da saúde e da educação".

"Precisamos imaginar uma transição para o novo arcabouço que contemple a reposição das perdas dos dois setores", disse.

Segundo Haddad, a lei complementar do novo arcabouço "resolve o problema", sem necessidade de alterações na Constituição. "Nossa intenção é uma regra simples, que possa ser acompanhada muito facilmente", disse.

Minimizando o atraso da entrega do projeto da nova regra fiscal, prevista para antes da viagem de Lula à China, neste fim de semana, Haddad disse que existe "muita ansiedade" no Brasil e que o presidente da República está confiante no trabalho da equipe econômica. "Vi um presidente confiante na sua equipe, confiante no trabalho que está sendo por ele coordenada", disse em referência à entrevista de Lula ao portal "Brasil 247".

Após rumores de que Haddad não participaria do evento por desentendimentos internos com o presidente do BNDES, o ministro e Mercadante trocaram afagos públicos. Nos bastidores, a criação de uma comissão de economistas para discutir, entre

outros temas, o arcabouço fiscal e o anúncio do seminário teriam desagradado o ministro da Fazenda. Mercadante reafirmou que o ministro pode contar com a lealdade e solidariedade do banco, e que o BNDES vai contribuir "sempre que solicitado", mas que a instituição vai participar ativamente das discussões nacionais.

"O BNDES voltou, vai entrar no debate nacional com força, empenho de forma muito criativa e plural", disse Mercadante. Em discurso na abertura do evento, na segunda-feira, 20, Mercadante havia prometido lealdade e parceria a Haddad ao mencionar a apresentação da âncora fiscal, mas afirmou que o banco não será inibido nem deixará de falar o que pensa.

Também convidada para o seminário, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, enviou carta a Mercadante, que foi lida no evento. Sem mencionar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Tebet afirmou que "puxadinhos" do governo anterior prejudicaram a percepção sobre a política fiscal do governo. A ministra defendeu que uma boa regra fiscal é aquela que transmite credibilidade sem deixar de lado os objetivos necessários ao país.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP  
Haddad diz que âncora deve ser enviada ao Congresso com LDO

**Site:**

**<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/03/22/haddad-diz-que-ancora-deve-ser-enviada-ao-congresso-com-ldo.html>**

# Marinho quer desonerar a folha

Em meio a discussões sobre a **reforma tributária**, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, voltou a defender ontem em Porto Alegre a desoneração da folha de pagamento de setores da economia como parte do processo de retomada do crescimento do país. No primeiro encontro com empresários na sede da Federação das Indústrias do RS (Fiergs), ele também afirmou que é preciso taxar grandes fortunas para "aliviar a carga na produção e nas costas do trabalhador". "E só tem um setor que pode responder a isso, que é o setor dos bilionários", destacou. Conforme Marinho, a medida permitiria manter o financiamento da Previdência e um ambiente favorável para o crescimento da economia.

O ministro reconhece que a oneração da folha atrapalha vários setores, e avalia que é preciso "pesar" menos na folha de pagamento da produção. "É preciso ir para a renda, seja no faturamento das empresas, seja dos bilionários. Temos 1% do nosso povo que tem muito e que paga pouco, até porque no Brasil não tem imposto sobre lucros e dividendos", ressaltou.

"Quem vive da especulação não paga imposto no Brasil, isso é uma grande contradição. Só dois países no mundo não têm imposto sobre lucros e dividendos: o Brasil e a Estônia. Alguma coisa está errada", observou o ministro.

Durante o encontro, Marinho afirmou que as preocupações da indústria são as mesmas do governo, como reindustrializar o país e gerar emprego e renda.

"É preciso reduzir os juros, isso está pegando pesado contra a atividade econômica, especialmente na indústria", alertou.

Marinho ainda afirmou que é importante revisar a reforma trabalhista e reforçar a participação de sindicatos no local de trabalho. "Quanto menos o governo interferir nesse processo, melhor é para essa maturidade entre trabalhadores e empregadores", concluiu. "Se tiver entendimento entre as partes, facilitará o entendimento com o Parlamento e o trâmite para qualquer revisão, seja o processo sindical ou o processo trabalhista", assinalou.

Ministro e Leite conversam sobre medidas

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, se reuniu com o governador Eduardo Leite ontem para debater as medidas de combate ao trabalho análogo a

escravidão. O representante do governo federal cumpre agenda em solo gaúcho focada neste tema, após episódios com trabalhadores em situação degradante em Bento Gonçalves, na Serra, em fevereiro.

Depois do encontro com Leite, ele voltou a afirmar que a pasta manterá diálogo com o setor empresarial para estimular acordos de responsabilidade e, assim, prevenir crimes contra os direitos humanos.

"No ano que vem a safra acontecerá de novo e, seguramente, esse planejamento evitará que a gente repita isso (trabalho análogo à escravidão)", assinalou. Leite disse que pretende estender ao Ministério do Trabalho o acordo de cooperação técnica assinado pelo governo gaúcho com o Ministério Público do Trabalho, com a finalidade de fortalecer a fiscalização e a conscientização dos produtores.

Marinho ainda comentou sobre as férias coletivas anunciadas por montadoras de veículos, motivadas, segundo as empresas, pelos juros altos que têm influenciado no poder de compra dos consumidores. "Eu espero que o Copom tenha juízo, sensibilidade e reduza os juros", comentou. A medida adotada pelas montadoras, analisa, é comum e não indica risco de demissões em massa pelo setor.

Segundo ele, sua equipe está acompanhando de perto a movimentação da indústria de veículos, mas a suspensão da produção, observa, não representa uma preocupação.

Bolsa Família e carteira assinada

O ministro Luiz Marinho, em sua visita ao Estado, afirmou que algumas pessoas que estão no Cadastro Único e recebem o Bolsa Família têm receio de perder o benefício após formalizar contrato de trabalho. "Adequamos a legislação. A depender da remuneração, você passa a receber parcialmente o Bolsa Família ou deixa de receber integralmente no período do contrato.

Terminando, voltaria automaticamente", afirmou.

A agenda do ministro também contou com a participação do Sindicato da Indústria do Vinho (Sindivinhos-RS). Diretor executivo da entidade, Gilberto Pedrucci diz que o setor vai aprimorar a forma de contratação temporária para operar dentro das normas legais. O setor avalia a possibilidade de

contratação direta dos trabalhadores durante o período de colheita, eliminando a participação de terceirizadas.

**Site:**

**<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>**



# Reforma tributária tem resistência

» **HENRIQUE LESSA**

O secretário especial para **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, segue na estratégia de apresentar e negociar a proposta gestada pelo governo, mas a medida encontra resistência em diversos setores que temem a ampliação na carga tributária de alguns segmentos da economia.

Em almoço com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), ontem, Appy respondeu perguntas de parlamentares e empresários e, apesar do consenso quanto à necessidade da reforma, representantes de entidades empresariais, em especial dos setores de serviços, como educação e saúde, indicaram que a mudança pode ampliar as alíquotas hoje cobradas.

Segundo Marun David Cury, da Associação Paulista de Medicina, há risco de "impacto violento" no setor. "Hoje, quando o médico emite uma nota fiscal, recolhe em torno de 5% a 6%, e vai passar a recolher 25%. Isso vai causar desabastecimento de serviços de saúde, migração para o SUS, que já não suporta mais, além do fechamento de clínicas", defendeu o médico.

Já para Emerson Casali, da Federação Nacional das Escolas Particulares, a proposta deve tratar de forma diferenciada o setor de educação. "A maior carga tributária do setor hoje na faixa de 12%, isso iria para 25%, acho que o secretário está bastante sensível a necessidade de um tratamento diferenciado do setor", declarou.

Appy assegurou que a proposta defendida pelo governo deve ter um impacto fiscal neutro.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/22/all.pdf>**

# "Governo deve assumir parte do risco da reforma"

**Lucianne Carneiro Do Rio**

"Há idealização. A gente pode permitir mais flexibilizações na reforma tributária, sem perder a essência"

Professor titular da Fundação Getulio Vargas e emérito do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), o economista Aloisio Araujo defende que o governo federal assuma parte do que chama do risco da reforma tributária. Ele é a favor de que uma parcela dos recursos acumulados com o teto fiscal nos últimos anos seja usada para financiar a reforma dos impostos de consumo, com alguma compensação para Estados e municípios, e também com desoneração da folha salarial.

Com a experiência de quem participou do projeto da Lei de Falências, Araujo se declara otimista com a possibilidade de uma reforma tributária robusta, mas não acredita em uma reforma "neutra". Significa que vê perdas e ganhos entre setores e entes federativos. Por isso, a importância dessa contrapartida do governo federal.

Na avaliação dele, é possível aceitar algumas flexibilizações - como poucas alíquotas, em vez de uma alíquota única, além do financiamento pelo governo federal - em prol de manter a essência da reforma e garantir a sua realização.

Nas negociações pela reforma tributária, Araujo também é a favor de lançar mão de aumento de Imposto de Renda sobre as faixas de renda mais elevadas - com a criação de mais uma faixa - e de taxa de dividendos.

Com trânsito no circuito internacional de economistas e cientistas e contribuições nos últimos anos ao longo de diferentes governos e políticos de variadas correntes no país, Araujo se apresenta como um economista que trabalha pelo Brasil e afirma que tem conversado com o ministro do Fazenda, Fernando Haddad, sobre vários temas. A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor: Valor: O senhor vê condições de uma reforma tributária robusta?

Aloisio Araujo: Acho que é possível e é o que o Brasil precisa.

Muita coisa já foi debatida sobre a reforma tributária, mas ainda faltam detalhes. Eu tenho experiência com reformas, especialmente a Lei de Falências, há 20 anos. Também foi uma negociação difícil politicamente. A lei anterior das concordatas tinha 60 anos, ainda da época da influência do [Benito] Mussolini.

Tenho um olhar otimista. Foram feitas muitas reformas, de vários governos diferentes, mas acho que é preciso pensar nos detalhes, de um ângulo de teoria econômica, que ajude a pensar fora da caixa, para diminuir as diferenças que existem, respeitando os objetivos principais. É possível fazer concessões na reforma tributária, sem perder a essência.

Na época da Lei das Falências, o Congresso estava dividido entre devedores e credores. E a gente conseguiu avançar.

Valor: O que é a essência da reforma tributária?

Araujo: Há 15, 20 anos já existe o diagnóstico do caos tributário, com enorme número de horas para preencher requerimentos, um contencioso tributário gigantesco e empresas multinacionais que gastam muito com tributos em suas operações aqui. É óbvio que existe uma perda muito grande devido a esse custo tributário.

Existe certo consenso de que, numa reforma tributária, tem que deixar de tributar na origem e passar a tributar no destino, um consenso de que se precisa de um número pequeno de alíquotas, segundo alguns até única, e também a unificação das legislações atuais, de quem vai fazer o recolhimento dos impostos, de que é preciso ter uma maior harmonização entre os entes federativos. Há uma série de objetivos muito claros, mas também dificuldades grandes.

Valor: Quais dificuldades?

Araujo: Quando deixa de tributar na origem e passa a tributar no destino, cria divergências entre entes federativos. Tem diferença entre a federação e os Estados, entre os Estados, entre Estados e municípios, entre municípios grandes e os pequenos. Ao fazer alíquota única, vai aumentar alíquotas de alguns setores e reduzir de outros. Tenho uma visão

realista, eu acho que haverá perdas [entre os setores]. Se pensar em um prazo muito longo, tudo bem, mas ninguém trabalha com período tão longo assim.

Haverá algumas empresas que não vão conseguir [superar as perdas] porque tem a concorrência, principalmente do setor informal ou das empresas que estão no Simples. Por exemplo, a maioria das empresas de serviços está enquadrada no Simples. A gente tem ganhadores e perdedores, especialmente a curto e médio prazos, e é preciso lidar com as divergências entre os entes federativos. Temos que pensar formas de contornar. Estou falando aqui principalmente sobre a reforma de consumo. A reforma sobre a renda vai ter divergência de interesse pura e simples.

É importante também, mas não tem a complexidade de uma reforma sobre o consumo.

Valor: Quais os pontos principais da reforma sobre consumo?

Araujo: Houve um entendimento ao longo das discussões sobre a reforma do consumo. As Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) começaram muito mais distantes - a 110 no Senado e a 45 na Câmara -, evoluíram e se aproximaram. A PEC 110 faz o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, com os impostos de consumo federais e os impostos de consumo estaduais e municipais.

Nos impostos estaduais e municipais, a complexidade é maior. Como as mudanças são gigantescas, gosto da ideia de fazer primeiro uma reforma dos impostos federais.

Valor: Por que fazer essa reforma primeiro?

Araujo: Não precisa de PEC, só de maioria simples, e você pode aprender com ela, e já tem um sentimento de realização, pode fazer neutra, do ponto de vista de arrecadação. A carga tributária no Brasil já é muito elevada, perto de 35% do PIB [Produto Interno Bruto], muito mais elevada do que os países semelhantes. Há quem comente da Europa, mas é mais fácil taxar países ricos. Então eu acho que tem que ser uma reforma de impostos federais neutra, do ponto de vista de arrecadação.

De estaduais, acho que vai ter alguma perda, mas pode ter ganho na reforma sobre impostos de renda.

Valor: De que forma?

Araujo: Quando se compara com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), temos muito mais impostos de consumo, do

ponto de vista de arrecadação, e muito menos de imposto de renda. Acho que a gente pode se aproximar mais. Talvez colocar mais uma alíquota para uma renda mais elevada e botar imposto de dividendos. Não dá para taxar mais as empresas grandes que têm concorrência muito grande, mas a gente pode taxar os dividendos.

O Simples, de micro e pequenas empresas, vai ter que taxar.

É muito difícil você fazer uma unificação. Esse caos tributário não foi à toa. Ele veio porque nós fizemos ajustes fiscais com IPI muito elevado, aumento do PIS/Cofins, para fazer um ajuste fiscal que o governo não conseguia fazer. Em vez de fazer por diminuição de gastos, fez por aumento de arrecadação. Não acho que o país foi fazendo besteira atrás da outra. Fez porque precisava do ajuste fiscal, um movimento minimamente satisfatório do ponto de vista fiscal, mas que feriu a economia do ponto de vista microeconômico. Acho que tem ser neutro na totalidade [de arrecadação], mas tem que perder do ponto de vista dos impostos estaduais e municipais. É extremamente complexo, mas menos complexo. Para [equilibrar] isso, pode usar o aumento do Imposto de Renda, que tem um equilíbrio maior. Do ponto de vista distributivo, é melhor porque o Imposto de Renda tende a taxar mais os mais ricos. E o imposto de consumo taxa mais o mais pobre. Uma das dificuldades é essa convergência de alíquotas porque alguns setores vão subir muito.

Valor: E como negociar isso?

Araujo: Pode até usar parte desses recursos do Imposto de Renda para diminuição do imposto sobre a folha salarial, que é um impacto gigantesco para o setor de serviços, por exemplo, e é o que faz o setor ser tão contra [a reforma tributária]. O IVA, para quem está na cadeia produtiva e usa muitos bens industriais, produtos feitos em etapas, é deduzido.

Mas o setor de serviços em grande parte é mão de obra, trabalho, e não deduz. Então o setor de serviços acaba sendo proporcionalmente mais taxado, então por isso fica mais contra. O próprio ministro do governo [Luiz Marinho, do Trabalho] defendeu que é preciso desonerar a folha salarial.

Talvez seja bom mesmo do ponto de vista distributivo, embora eu não goste da solução de taxar o faturamento, que é péssimo do ponto de vista de organização tributária.

Taxar faturamento é ruim, mas desonerar a folha salarial é bom. Muito se fala de colocar o pobre no Orçamento. Isso significaria taxar os dividendos - a

classe média alta - e desonerar a folha salarial, fazendo as contas de forma que a reforma como um todo seja neutra. Estou introduzindo um pouco mais de complexidade para tornar possível a acomodação dos interesses. Por outro lado, você tem que reduzir o impacto na folha salarial, com questões como Funrural, salário educação. O sistema previdenciário privado em si está financiando também o Benefício de Prestação Continuada [BPC], a aposentadoria rural, o MEI, o sistema S. É um imposto sobre a renda do trabalho.

Mesmo sendo cobrado do empregador, ele vai contratar menos porque afeta o custo da mão de obra. Com a desoneração da folha salarial, faz um pouco mais de justiça. No fundo, não é o trabalhador formal que deve pagar por esses benefícios, senão vai ter menos formalização. Se justifica desse ponto de vista: os trabalhadores não estão pagando só pela própria aposentadoria, mas por outros benefícios sociais. Se desonerar um pouco, você aumenta o emprego formal, aumenta a produtividade - porque o setor formal é mais produtivo que o informal - e estaria fazendo justiça social.

Valor: Como equilibrar interesses nesse debate?

Araujo: Acredito que o governo federal deve ter um papel de financiar a **reforma tributária**. É uma ideia que venho pensando há muito tempo. Quando a lei do teto fiscal foi aprovada, já se sabia que o setor de ciência e tecnologia ia perder arrecadação, que saúde e educação iam perder. Mas, ao mesmo tempo, ia diminuir os gastos do governo federal. Esses recursos poderiam ser usados para ajudar a fazer a **reforma tributária**. Fala-se muito, e eu acredito, que a **reforma tributária** vai trazer mais crescimento da economia, mas há muita incerteza de quanto é esse aumento. Então cada setor fica com muito medo, cada ente federativo fica com muito medo. Acredito que uma parte do risco residual da **reforma tributária** tem que ficar com o governo federal. Do ponto de vista distributivo, faz todo o sentido e o governo federal pode bancar isso. Se a economia crescer, o governo federal se beneficia e ele tem mais instrumentos para bancar esses riscos. Quero usar um pedaço do consumo do governo que caiu para financiar a **reforma tributária**. A **reforma tributária** é muito mais fácil de fazer quando tem um certo superávit. Não tem superávit agora, mas diminuiu o consumo do governo.

Valor: E o teto de gastos?

Araujo: No processo de se pensar no fim do teto de gastos, vai haver uma corrida para se aproveitar aqueles gastos. E, como se fala, é preciso colocar o pobre no Orçamento. É possível usar isso para dar um alívio da carga tributária na folha de pagamento

porque beneficia mais diretamente os mais pobres. Outros gastos - mais associados à classe média - podem esperar um pouco para se recompor, como a questão do funcionalismo. Além disso, os serviços, que têm essa carga pesada da folha salarial, ficam mais abertos à **reforma tributária**.

Valor: É possível dimensionar o ganho para a economia?

Araujo: Sou otimista, acho que vai haver ganho para a economia e a produtividade, mas é difícil estimar a magnitude e os setores e entes federativos que serão mais ou menos beneficiados.

Então a ideia é usar o governo federal para fazer um pouco essa acomodação. Não é tudo nas costas do governo federal, mas pode ter sua parte.

Valor: Pode dar exemplos?

Araujo: Um dos instrumentos seria negociar o serviço da dívida, como foi pedido recentemente pelos governadores do Sul e do Sudeste. Os Estados têm muitas dívidas e alguns municípios também. Em geral, os Estados mais endividados têm mais imposto na origem. Então uma coisa que pode ser negociada é o serviço da dívida. Prazos de pagamentos de 50, 40, 30 anos, se o valor vai ou não ser recompensado.

Isso tudo gera incerteza.

Valor: Por que o senhor é a favor de um número reduzido de alíquotas e não da alíquota única?

Araujo: O princípio de taxaço veio de [Frank] Ramsey, um matemático puro. Ele dizia que os **impostos** de consumo deviam ser inversamente proporcionais à elasticidade. Mas depois vieram os resultados teóricos, que dizia que bastava você taxar uma mesma alíquota. Isso é muito benéfico do ponto de vista de simplificação tributária e continua válido. Mas, se você tem evasão tributária, a alíquota única não é mais verdade. Em países como o Brasil, com caos tributário, compatibilizar isso é mais difícil. Agricultura não é taxada, pode ser taxada, mas talvez com uma alíquota menor.

Saúde e educação: a Constituição prevê que o governo tem que dar. Então talvez tenha que taxar com uma alíquota menor ou isenção tributária. Outro exemplo: a construção civil. Os piores exemplos de perdas [tributárias] estão na construção civil porque tem um sistema deles que incentiva produzir uma parte da construção civil dentro do canteiro de obras. Como não tem valor adicionado a ele, se trouxer coisas pré-fabricadas, que já pagaram imposto, ele vai poder deduzir. Então a conveniência é passar para o

valor adicionado.

Mas atualmente estão pagando muito menos. Então se for o valor adicionado e a alíquota única, [o valor] vai dar um pulo muito grande. Então você ganha ao colocar o setor no sistema produtivo, mas com alíquota menor. Acho que há idealização.

A gente pode permitir mais flexibilizações na **reforma tributária**, sem perder a essência, como foi o caso da Lei de Falências.

Você pode caminhar com mais chance de sucesso. Essa é uma visão que tenho.

Valor: O senhor defende reduzir os gastos tributários. Como lidar com a questão de isenções?

Araujo: Gasto tributário é quando dá isenção de **impostos** para alguns. Entre os grandes gastos tributários, há o Simples, a Zona Franca de Manaus, a cesta básica. É difícil os políticos aceitarem a redução [do benefício fiscal] da cesta básica, por exemplo.

Do ponto de vista técnico, é desejado, porque focaliza mais [o benefício].

Reonerar a cesta básica e transferir recursos para as pessoas dos cadastros de benefícios.

Mas há várias incertezas nessa operação e não é tão fácil de convencer.

A Zona Franca de Manaus também tem defensores muito fortes. O próprio Simples parece impossível de acabar. Talvez taxar dividendos seja razoável. Muita gente que está no Simples [no modelo de pessoa jurídica] poderia ser atingido. A lógica é que, se você reduzir o gasto tributário, pode diminuir a alíquota média.

Mas é difícil politicamente isso.

Dado o sistema tributário muito complexo como o nosso, você tem uma certa lógica do Simples, porque permite mais formalidade, reduz a informalidade. Mas por outro lado cria muitas disfunções.

Então acho que tem que tentar reduzir isso, mas depende da política. É uma luta política.

Na hora de exportar, você tira a taxa. Você taxa o agrobusiness que é vendido aqui dentro. Mas na hora de exportar você retira a taxa da cadeia. O formato do imposto de valor adicionado permite isso. E aí você facilita o comércio exterior. Você tenta dar um subsídio porque o cara está prejudicado. Mas aí entra na Organização Mundial de Comércio.

Isso cria um espaço para proteger a indústria nacional.

Valor: E o que chamam de imposto do pecado? Como vê?

Araujo: Tem que ter o imposto seletivo, é a forma mais inteligente de taxar as chamadas externalidades negativas [produtos como cigarro, bebidas alcoólicas, gasolina, açúcar]. Eu gosto de uma coisa que eu chamo de princípio da neutralidade. Atualmente, tem externalidade negativa [pagam mais **impostos** que outros segmentos]. Ele é taxado no ICMS, PIS/Cofins, numas coisas maiores.

Quando vai para alíquota média, pode ser que o imposto sobre ele reduza. Então o imposto seletivo que vai cobrar do setor tem que equivaler a pelo menos o mínimo que era taxado antes. Então, o que se arrecadava antes com uma parafernália de **impostos**, vai ser cobrado de forma mais simples, mas com o imposto seletivo. Se a sociedade quiser cobrar mais, ótimo.

Mas pelo menos tem que ser igual ao que era antes.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187498>

# Governo vacila com o calendário legislativo

## - FERNANDO EXMAN

**FERNANDO EXMAN**

No museu de grandes novidades que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva transformou os primeiros cem dias de seu terceiro mandato, interlocutores do Palácio do Planalto no Congresso ainda tentam entender o que o governo quer, com quem devem falar e em que direção devem marchar. Existe a percepção generalizada de que intrigas internas vão atrasando a agenda legislativa do Executivo, enquanto Lula gasta tempo e energia dando nova embalagem a programas lançados pelas gestões anteriores do PT. Em outras palavras, foca na reconstrução de sua imagem pessoal, sem necessariamente sinalizar um rumo para o país.

Mas o tempo não para. E essas lideranças ponderam: o Palácio do Planalto deveria ter intermediado um desenlace para o impasse a respeito da tramitação das medidas provisórias. Ora, se uma MP é um ato legislativo pessoal do presidente da República que precisa depois do crivo do Congresso, essa disputa também é, de acordo com este ponto de vista, um problema do chefe do Poder Executivo.

O desacordo, do qual agora o governo torna-se refém, reduz a margem de manobra para a aprovação das primeiras MPs editadas pela nova administração dentro do prazo de até 120 dias estipulado pela Constituição. E em paralelo, o governo precisará dar atenção à **reforma tributária**, ao novo marco fiscal e à aprovação das diretrizes orçamentárias do ano que vem. Maio será crucial.

Lula relativiza a situação. Em entrevista nessa terça-feira (21), o presidente disse ter certeza que reunirá maioria no Legislativo.

Talvez não a ponto de levar adiante uma **reforma tributária** completa, com começo, meio e fim, assim como planejara a equipe econômica. Porém, ainda assim os votos necessários para aprovar novas regras fiscais e uma medida tributária que faça a economia voltar a crescer.

"Minha base de sustentação no momento são 513 deputados e 81 senadores. Na hora que começar a votar é que vou saber quantos votos eu vou ter", comentou Lula à "TV 247", esquecendo-se de dizer que um número considerável desses parlamentares

queria, na verdade, instalar uma CPI voltada apenas a fustigar o governo federal. E estes farão tudo para travar as propostas de interesse do governo.

O prognóstico é preocupante para quem contava com a execução de todo um plano para, além de simplificar o sistema tributário, aumentar a base de arrecadação da tributação sobre o consumo e ainda modificar os **impostos** sobre renda, lucros e dividendos. Ou seja, aumentar a receita que entrará nos cofres públicos, em meio à discussão de um novo arcabouço fiscal mais permissivo do que o combalido teto de gastos.

A primeira etapa da reforma, aliás, precisaria ser aprovada na Câmara ainda no primeiro semestre, para que tenha tempo suficiente de ser debatida no Senado antes de a campanha municipal contaminar de vez sua tramitação. O relatório de atividades do grupo de trabalho da Câmara deve ser apresentado no dia 16 de maio pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que tende a levar mais 15 dias para finalizar o texto a ser apresentado em plenário.

Até lá, precisará ficar claro se o governo apoiará uma possível sugestão de inclusão do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na reforma, como será tratada a Zona Franca de Manaus, qual o tamanho do fundo de desenvolvimento regional que atrairá os votos dos parlamentares nordestinos, se os combustíveis fósseis serão taxados de forma diferenciada (como hoje existe uma possibilidade de ser feito pela Câmara), se a isenção da cesta básica será mesmo uma ideia deixada para trás ou se a proposta de "cash back" defendida no Ministério da Fazenda terá adesão na Câmara, o que hoje parece difícil de ocorrer.

No Congresso, ainda há dúvidas se o governo terá capacidade de acelerar a transição da reforma ou precisará mesmo adotar alíquotas experimentais, diante da falta de informações sobre as simulações feitas pela **Receita Federal**. Não está claro, também, o destino de um arcabouço fiscal que até agora não conseguiu adesão nem do governo como um todo.

Quanto ao arcabouço fiscal, espera-se, sim, um modelo com flexibilidades. Mas não com a capacidade de recuperar, de imediato, a capacidade do Estado de investir.

Provavelmente por isso, argumenta-se entre aliados, já se viu cobranças de alas do governo para que a equipe econômica acelere a formulação de novas regras de promoção de investimentos por meio de parcerias público-privadas (PPPs).

Por esse mesmo motivo se aponta o esforço empreendido para a aprovação da PEC da Transição como um erro tático primordial, uma vez que a proposta de emenda constitucional resolveu os problemas do governo anterior e de parlamentares que não se reelegeram, facilitou o desfecho das negociações para as eleições das mesas diretoras da Câmara e do Senado e, ainda assim, não supriu as necessidades de investimentos públicos deste primeiro ano de mandato.

Lula gastou capital político na aprovação da PEC, antes mesmo de tomar posse. Distribuiu cargos para partidos que hoje não juram lealdade ao governo e contam com emendas parlamentares ao Orçamento impositivas, cuja gestão na boca do caixa poderá gerar atritos no decorrer da legislatura.

Líderes partidários lembram que o Congresso avançou sobre o Orçamento e controlou a pauta quando o ex-presidente Jair Bolsonaro, ainda em início de mandato, negou a política. Sob Michel **Temer**, o ex-ministro da Casa Civil Eliseu Padilha, morto na semana passada, tinha em suas planilhas perfis de votação, indicações para cargos, ligações econômicas, interesses políticos e adversários de cada parlamentar. A ex-presidente Dilma Rousseff é lembrada como cumpridora de acordos em seu primeiro mandato e ninguém duvida da capacidade de diálogo de Lula, embora ele esteja bem longe de ter 513 deputados e 81 senadores aliados.

Sua sorte é ver do outro lado, pelo menos por enquanto, uma oposição também desorganizada ou parlamentares mais preocupados com as redes sociais do que com os embates que surgirão no Congresso. Mas o tempo não para.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE  
Governo vacila com o calendário legislativo

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187498>

# Appy admite mais de uma alíquota para futuro IVA

**Raphael Di Cunto, Guilherme Pimenta e Isadora Peron  
De Brasília**

O secretário especial do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, admitiu ontem que o IVA, se for criado, terá mais de uma alíquota.

Ele afirmou nesta terça-feira a parlamentares da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) que sabe que, com a discussão política sobre o tema, haverá "algumas exceções" para tratamento diferenciado para setores, mas que o "importante é ter o mínimo possível de exceções" para não atrapalhar o sistema e não provocar uma alíquota geral muito mais alta.

O Congresso discute duas propostas de emenda constitucional (PECs) para unificar os **impostos** sobre consumo (IPI, ICMS, ISS, PIS e Cofins) em um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), que seria único ou dual (uma parte federal e outra estadual/municipal).

Além disso, haveria um Imposto Seletivo (IS) sobre bens que causam "externalidades negativas".

A proposta de Appy é de que exista apenas uma alíquota para o IVA, mas ele reconheceu ontem, ao conversar com os parlamentares, que isso provavelmente não ocorrerá. "O importante é ter o mínimo possível de exceções.

A gente sabe que, numa discussão política, vai acabar tendo algumas exceções. A gente sabe disso", disse. Ele citou como exemplos "saúde, educação e alguma outra questão relevante".

O economista afirmou que isso será um ganho porque o país hoje tem mais de um milhão de alíquotas diferentes para o ICMS e ISS.

"Você não tem três ou quatro alíquotas.

Se somar todas as cidades e Estados, tributação na origem, chegamos a casa do milhão de alíquotas", disse. Essa situação de insegurança jurídica prejudica investimentos no país, destacou ele.

O secretário ressaltou que o Congresso precisa ser cauteloso com essas exceções para não distorcer a economia. "Muito cuidado com essa ideia de serviços

a gente pode estar errando a mão do que a gente quer fazer", afirmou. Ele deu como exemplo que o imposto não pode ser decisivo para o consumidor decidir se aluga um carro ou compra. "Isso é distorção", disse.

O evento contou também com a participação de empresários, principalmente do setor de serviços, que questionaram o secretário sobre o impacto para suas empresas. A maioria reclamou que terá aumento da carga tributária.

Appy respondeu que as empresas de serviços que prestam serviços no meio da cadeia produtiva, para outras empresas, terão redução da carga porque a alíquota, de fato, será maior, mas passarão a ter direito a créditos para abater os **impostos**.

Quem será afetado, disse, são os que prestam serviços direto ao consumidor final - mas, no caso de educação e saúde, o Congresso já fala em regimes diferenciados.

Em outro evento, promovido pelo site "Jota", o advogado-geral da União, Jorge Messias, afirmou que acompanha o debate para que o texto final gere poucos questionamentos na Justiça.

"As próprias premissas que levam à construção dessa **reforma tributária** são importantes e necessárias para a redução de litigiosidade.

Com a migração para bases amplas, alíquota única, com modelo de creditação, acho que isso tudo fica muito mitigado", afirmou.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187498>



# Appy fala em ganho de arrecadação para todos os Estados

**CÉLIA FROUFE BRASÍLIA**

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, afirmou ontem que todos os Estados vão ter aumento de arrecadação em duas décadas com a implantação do projeto, que está sendo discutido pelo Ministério da Fazenda e pelo Congresso. De acordo com ele, seriam "pouquíssimos" os municípios que sairiam perdendo, mas que isso ocorreria por causa de distorções existentes hoje.

Essas cidades, segundo Appy, são geralmente muito pequenas e têm uma forte arrecadação baseada no ISS (imposto sobre serviços cobrado pelos municípios) porque contam, por exemplo, com a instalação de uma refinaria em seu território. "São erros, na verdade. Não faz sentido", disse o economista, durante almoço realizado pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), em Brasília.

Ele afirmou que o município que mais recebe ISS conta com uma receita de R\$ 14 mil per capita e o que menos arrecada, R\$ 65 por habitante. "Não faz sentido um País com uma distribuição tão diferente dessas", afirmou.

Appy disse que o Ministério da Fazenda está aberto para a construção do melhor modelo tributário para o País. Aos parlamentares e a empresários, o secretário afirmou que o regime tributário nacional é complexo porque tem muitas regras e, mais do que isso, conta com muitas exceções.

"A complexidade tem custo, o litígio tem custo também e gera insegurança jurídica, que reduz investimentos", afirmou.

O secretário reforçou que o objetivo da **reforma tributária** é combater distorções como a cumulatividade de **impostos**.

"A cumulatividade é um problema nacional e onera o produto nacional, as exportações, as importações e reduz os investimentos", disse.

## SERVIÇOS.

Appy reforçou que o setor de serviços vai ser beneficiado com **reforma tributária**, apesar das críticas constantes de representantes do segmento.

"O setor paga pouco (imposto) hoje? Sim, mas não recupera nada, e isso vai mudar", disse, acrescentando que o custo líquido de serviços vai ser menor do que é hoje porque haverá o fim da cumulatividade que existe atualmente.

A FPE insiste na necessidade da desoneração da folha de pagamento (redução dos encargos cobrados sobre os salários dos funcionários) para todos os setores de forma permanente - uma demanda do setor de serviços. O governo, porém, não pretende abordar esse tema nesta primeira fase da reforma, focada nos **impostos** sobre o consumo.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Tributária tem potencial para elevar PIB em até 20%, calcula economista

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

A reforma dos **impostos** sobre o consumo pode garantir um aumento de arrecadação de até R\$ 2,5 trilhões em 20 anos por conta do impacto na produtividade econômica e no crescimento do **PIB**. Esse é o ganho de arrecadação em relação a um cenário sem reforma. No cenário mais otimista, o **PIB** teria um crescimento adicional de 20% nas primeiras duas décadas posteriores à aprovação da **reforma tributária** em tramitação no Congresso.

Os cálculos sobre impacto da reforma para o crescimento das receitas foram apresentados pelo economista Sergio Gobetti, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, em audiência do grupo de trabalho de **reforma tributária** da Câmara. O grupo de trabalho está ouvindo especialistas para debater o tema.

O grupo foi criado para buscar um texto de convergência para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que será levada ao plenário da Casa. O relator é o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

No cenário conservador, a arrecadação aumentaria R\$ 509,1 bilhões, com crescimento de 4% do **PIB** potencial. Num cenário mediano, de impacto de 11%, a reforma garantiria R\$ 1,4 trilhão a mais de receita.

Gobetti disse que não se trata de aumento da carga tributária, mas do impacto positivo na economia com a simplificação e a maior eficiência do sistema tributário pela introdução do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). "Ninguém tem bola de cristal para saber quanto vai crescer o **PIB**, mas o que ele crescerá dependerá da qualidade da reforma", afirmou.

"Diferentes estudos são unânicos em reconhecer os efeitos positivos da reforma sobre o crescimento econômico. Podemos não ter certeza sobre a magnitude dos impactos, mas, que eles existirão, é consenso entre economistas de diferentes matizes."

PREMISSA.

A coluna vertebral da reforma é a unificação da base tributária de consumo entre bens e serviços e a

aplicação do princípio do destino (onde são consumidos) para a tributação, além da manutenção da carga tributária atual e da participação relativa da União, de Estados e de municípios no bolo da arrecadação.

O economista afirmou que a aplicação do princípio do destino do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será criado com a reforma, vai produzir uma desconcentração de receitas. A proposta prevê a mudança da incidência do tributo da origem (o local onde o item é produzido) para o destino (onde está o consumidor).

Com isso, municípios mais pobres e Estados de menor **PIB** per capita terão sua fatia no bolo ampliada, mas de modo gradual, devido à regra de transição.

Isso vai acontecer, em primeiro lugar, pela substituição do ISS (imposto sobre serviços cobrado hoje pelos municípios na origem) pelo tributo no destino.

Outro motivo é a mudança no critério da chamada cota-parte do IBS, que passará a ser distribuída 60% com base na população, 5% em partes iguais e 35% por lei estadual.

"Podemos não ter certeza sobre a magnitude dos impactos, mas, que eles existirão, é consenso entre economistas de diferentes matizes" Sergio Gobetti Economista do Ipea e da Secretaria de Fazenda do RS

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A PEC da exploração da fé (Editorial)

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), enviou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), de autoria do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), que amplia a imunidade tributária que hoje é concedida aos templos religiosos no País. Essa PEC deve ser rejeitada no âmbito da própria CCJ; caso não seja, que não prospere no plenário. Trata-se de um engodo, uma desavergonhada tentativa de explorar a fé alheia e os recursos dos contribuintes para enriquecer ainda mais algumas igrejas - principalmente os seus líderes.

A Constituição de 1988 já proíbe a União, os Estados e os municípios de instituir **impostos** sobre templos de qualquer culto (art. 150, inciso VI, alínea b). É razoável que tenha sido esse o entendimento do constituinte originário. Afinal, as religiões têm papel fundamental na vida da grande maioria dos brasileiros.

Seus templos, pois, são locais de relevante interesse social, não econômico. Tributá-los poderia levar, no limite, à extinção de denominações religiosas que não tivessem condições financeiras de arcar com o custo, uma evidente contradição com a liberdade de culto assegurada pela própria Constituição.

No entanto, o que pretendem o deputado Marcelo Crivella, sobrinho do líder máximo da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, e os mais de 350 deputados que assinaram a PEC é extrapolar essa imunidade tributária sobre os templos para a aquisição de quaisquer bens ou serviços "necessários à formação do patrimônio, à geração de renda e à prestação de serviços" das instituições religiosas. Chega a ser acintoso.

O que está isento de tributação, à luz da Constituição, é o livre exercício da fé. Os defensores da PEC argumentam, no entanto, que as instituições religiosas não devem pagar **impostos** sobre a construção e reformas dos templos, manutenção de escolas, creches ou asilos nem tampouco sobre despesas correntes, como água e energia elétrica, sem falar na aquisição de bens, como imóveis e veículos. Ora, todas essas atividades, por mais louváveis que possam ser, vão além dos serviços estritamente religiosos que são cobertos pela imunidade tributária vigente.

Caso a PEC seja aprovada tal como está na CCJ, as instituições religiosas ficarão isentas de recolher ICMS, ISS e IPI ao adquirir quaisquer bens e serviços

que possam ser ligados à suposta atividade espiritual.

Por exemplo: o líder de uma determinada instituição religiosa poderia adquirir um jatinho por um preço muito abaixo do que é cobrado de um cidadão leigo alegando que a aeronave é imprescindível para sua presença diante dos fiéis. A conta de energia das igrejas também seria muito mais baixa do que as cobradas de outros estabelecimentos, criando no País uma distinção tributária inconcebível entre cidadãos leigos e religiosos.

O que é isso senão a subversão do princípio fundante desta República, a igualdade de todos perante a lei?

Hoje, já há muitas distorções ao texto constitucional.

O País não precisa de outra.

**Síte:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# JR Business: "A maior política industrial para o setor é a reforma tributária", analisa o economista-chefe da FIESP (JR Business)

## *JR Business*

This is a modal window.

Beginning of dialog window. Escape will cancel and close the window.

End of dialog window.

A indústria de transformação brasileira enfrenta um momento de desaceleração. Apesar do avanço de 1,6% no **PIB** em 2022, o quarto trimestre do ano mostrou uma desaceleração de 0,3%, resultado inferior se comparado a outros setores. Em entrevista ao JR Business, o economista-chefe da FIESP, Igor Rocha, explicou a importância de um novo arcabouço fiscal e tributário para o país, que garanta a isonomia de arrecadação e traga previsibilidade para os investidores. O economista também salientou a importância de um setor industrial forte, que ajude a desenvolver tecnologias.

**Site:** <http://noticias.r7.com/jr-24h/conteudo-exclusivo/jr-business/videos/jr-business-a-maior-politica-industrial-para-o-setor-e-a-reforma-tributaria-analisa-o-economista-chefe-da-fiesp-21032023>

# Texto da reforma tributária deve ser aprovado no Congresso até o fim do ano

**Multimídia:**

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2023/03/21/RDIONACIONAL  
DEBRASLIAFM961DF-18.02.31-18.05.06-1679433705.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2023/03/21/RDIONACIONAL<br/>DEBRASLIAFM961DF-18.02.31-18.05.06-1679433705.mp3)**

# Que imposto é esse (Que imposto é esse)

**Eduardo Cucolo**

## **Perfil do blogueiro**

**Eduardo Cucolo é repórter de Mercado. Foi secretário de Redação na Sucursal da Folha em Brasília, além de responsável pela cobertura de Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional, Receita Federal e Banco Central na capital federal.**

## **Link externo, abre o Twitter do blog**

Representantes de governadores e prefeitos mostraram que ainda há restrições à reforma da tributação do consumo em análise no Congresso Nacional por parte dos governos regionais.

O consenso em torno de alguns pontos obtido em 2019 pelos estados ainda não se traduziu em uma posição unificada nas atuais gestões, e os prefeitos das grandes cidades mantêm a posição contrária à inclusão do seu tributo sobre o consumo (ISS) na reforma.

"Agora em 2023, com as novas formações dos governos estaduais, estamos revisando todas essas premissas que levaram ao consenso em 2019. A primeira que já temos consenso é que a gente defende a criação de um IVA, único ou dual. A nossa defesa é pelo imposto de valor agregado, mas não vamos nos prender a um modelo único ou dual", afirmou Carlos Eduardo Xavier, presidente do Comsefaz (comitê dos secretários estaduais de Fazenda), durante audiência

pública na Câmara nesta terça (21) .

Ele defendeu outros pontos da reforma, como ampliação da base de incidência, com o fim da lista de serviços que estão no rol de ICMS ou ISS, o princípio do destino para acabar com a guerra fiscal, e que cada estado e município fixe sua alíquota do novo imposto, além da manutenção dos Fiscos estaduais.

"Os estados defendem a **reforma tributária** porque nós acreditamos que com ela vamos ter crescimento econômico, melhor distribuição de renda e riqueza e geração de empregos", disse.

Edvaldo Nogueira, presidente da FNP (Frente Nacional dos Prefeitos), manifestou restrições à reforma e defendeu a PEC 46, do Simplifica Já , que não acaba com o ISS. O grupo de trabalho da Câmara trabalha em cima de outras duas propostas (PEC 45 e PEC 110), que mexem também com o ISS.

A FNP, que representa municípios com mais de 80 mil habitantes, diz que os três textos deveriam ser analisados e que ainda é necessário apresentar cálculos para provar que todos os entes da Federação ganham com as outras duas propostas.

Nogueira disse ainda que uma **reforma tributária** deve contemplar o aumento da participação dos municípios na arrecadação tributária.

"Precisamos de uma reforma em que todos os municípios ganhem. Os municípios precisam aumentar sua arrecadação. Precisam de mais recursos", disse Nogueira.

"Ninguém é contra a **reforma tributária**. Todo mundo quer reforma. Mas onde está a complexidade? Não é no ISS. O problema está no ICMS e no governo federal", afirmou. "Tem o Simplifica Já, que de fato não é uma **reforma tributária**, é uma simplificação do caminho para uma reforma futura, que também deve ser levado em conta, preservando o ISS."

Carlos Eduardo Xavier, do Comsefaz, também afirmou ser necessária uma revisão do pacto federativo, para que os estados e municípios consigam arcar com as obrigações que eles têm com as suas populações.

Paulo Ziulkoski, presidente da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), entidade que representa mais de 5.000 municípios, afirmou que vai esperar o relatório do grupo de trabalho antes de manifestar

apoio ao texto. Lembrou, no entanto, que a entidade apoiou a PEC 110, que prevê um novo tributo federal e outro estadual-municipal, que incorporou sugestões do grupo.

Ele colocou entre as premissas para apoiar o texto a mudança da arrecadação da origem para o destino e as regras de transição que garantem manutenção das receitas por um período de 20 anos.

Também disse que a reforma mantém a autonomia dos municípios e que a proposta Simplifica Já não representa uma **reforma tributária**. "Os prefeitos, a maioria, são a favor da reforma", afirmou.

Durante a audiência, o economista do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) Sérgio Gobetti apresentou projeções que mostram que, sem considerar o mecanismo de transição para evitar perda de receita, 85% dos municípios brasileiros ganham com a reforma, o que inclui quase metade das capitais. Com a regra de transição, esse impacto é diluído no tempo.

Se forem consideradas as projeções de crescimento maior da economia por conta da reforma, o percentual de ganhadores sobe para 98%.

Segundo Gobetti, os 61 municípios com maior arrecadação do ISS concentram hoje 43% dessa receita, embora representem apenas 12% da população.

Ele afirmou que os dados mostram também que, de 2010 a 2019, a base de tributação do ISS não cresceu mais do que a do ICMS.

"Sem unificar ISS e ICMS, não há como eliminar por completo a cumulatividade da tributação no Brasil, nem amenizar significativamente a regressividade produzida pela menor tributação dos serviços em comparação às mercadorias."

**Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2023/03/reforma-tributaria-divide-prefeitos-e-governadores-que-pedem-mais-recursos.shtml>**

# Reforma tributária pode aumentar o PIB em até 20% e a arrecadação em R\$ 2,5 tri em 20 anos

BRASÍLIA - A **reforma tributária** dos **impostos** sobre consumo pode garantir um aumento da arrecadação de até R\$ 2,5 trilhões em 20 anos por conta do impacto das mudanças na produtividade econômica e no crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) .

No cenário mais otimista, o **PIB** teria um crescimento adicional de 20% nas primeiras duas décadas posteriores à aprovação da **reforma tributária** em tramitação no Congresso .

Os cálculos sobre impacto da reforma para o crescimento das receitas estão sendo apresentados pelo economista Sergio Gobetti, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, em audiência do grupo de trabalho de **reforma tributária** da Câmara. O grupo de trabalho está ouvindo especialistas para debater o tema.

Formado por parlamentares indicados pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o grupo foi criado para buscar um texto de convergência para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que será levado ao plenário da Casa. O relator é o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

No cenário conservador, a arrecadação aumentaria R\$ 509,1 bilhões com aumento de 4% do **PIB** potencial. Num cenário mediano, de impacto de 11%, a reforma garantiria R\$ 1,4 trilhão a mais de receita.

Gobetti disse que não se trata de aumento da carga tributária, mas do impacto positivo na economia pela simplificação e maior eficiência do sistema tributaria com a introdução do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Ninguém tem bola de cristal para saber quanto vai crescer o **PIB**, mas o que ele crescerá dependerá da qualidade da reforma , acrescentou.

Segundo ele, a reforma proporcionará uma transição com ganhos para 98% dos municípios brasileiros. Diferentes estudos são unânicos em reconhecer os efeitos positivos da reforma sobre o crescimento econômico. Podemos não ter certeza sobre a magnitude dos impactos, mas que eles existirão é consenso entre economistas de diferentes matizes ,

ressaltou.

O economista do Ipea faz um alerta aos deputados de que o País tem mais chance de crescer se o modelo de reforma tiver menos exceções e casuísmos.

A coluna vertebral da reforma é a unificação da base tributária de consumo entre bens e serviços e aplicação do princípio do destino (onde são consumidos), para a tributação, além da manutenção da carga tributária atual e da participação relativa da União, Estados e municípios no bolo da arrecadação inalterada.

O economista pontuou que a aplicação do princípio do destino do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será criado com a reforma, vai produzir uma desconcentração de receitas. A proposta prevê a mudança da incidência do tributo da origem - o local onde o item é produzido - para o destino, onde está o consumidor. Com isso, municípios mais pobres e Estados de menor **PIB** per capita terão sua fatia no bolo ampliada, mas de modo gradual, devido à regra de transição.

Gobetti explicou que os municípios terão sua fatia no bolo alterada por duas razões. Em primeiro lugar, pela substituição do ISS (imposto sobre serviços cobrado hoje pelos municípios na origem) pelo o IBS no destino. Nesse ponto, 5.252 municípios (94%) ganham.

Outro motivo é a mudança no critério da cota-parte do IBS, que passará a ser distribuído 60% com base na população, 5% em partes iguais e 35% por lei estadual.

Com dados, Gobetti contesta a tese de que o ISS tende a crescer mais do que o ICMS, o tributo cobrado pelos Estados. A avaliação de aumento da ISS como ele é hoje tem fomentado a resistência das capitais à reforma. Ele atribuiu essa resistência à confusão que é feita entre o **PIB** do setor de serviços versus base de arrecadação do ISS.

A zona cinzenta entre ICMS e ISS não interessa a ninguém , alertou. O mundo da economia digital deve



dificultar cada vez mais a separação entre mercadorias e serviços. As empresas vendem serviços embutidos na mercadoria. Fica mais difícil separar do preço o que é mercadoria e serviço e definir qual o serviço é tributado pelo ISS (dos municípios) e qual é pelo ICMS (dos Estados).

**Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/reforma-tributaria-pode-aumentar-o-pib-em-ate-20-e-a-arrecadacao-em-r-25-tri-em-20-anos,1bbcb50f7cbd61192e1908344fb1700evjrvv89s.html>**

# Appy diz que reforma tornará sistema tributário extremamente mais simples

## Brasília

Depois de questionamentos e críticas de alguns setores, o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **Reforma Tributária**, Bernard Appy, disse nesta terça-feira, 21, que as mudanças nas regras vão tornar o sistema de cobrança e incidência de **impostos** extremamente mais simples do que o existente hoje. No limite, a gente não quer que tenha escrituração contábil, considerou, lembrando que o uso de registros como este ocorre quando há exceções.

Appy fez a declaração durante almoço realizado pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), em Brasília.

Fizeram perguntas sobre as mudanças ao secretário representantes dos setores de shoppings, consórcios, imobiliário, comércio, médico, ensino, contabilidade e de recursos humanos. Um deles chegou a brincar com Appy: Acho que o senhor já ouviu isso algumas vezes, mas nosso caso é diferente, disse, arrancando risos dos presentes, inclusive do convidado.

Appy reforçou que o setor de serviços vai ser beneficiado com **reforma tributária**, apesar das críticas constantes de representantes do segmento. O setor paga pouco (imposto) hoje? Sim, mas não recupera nada e isso vai mudar, disse, acrescentando que o custo líquido de serviços vai ser menor do que é hoje porque haverá o fim da cumulatividade que existe atualmente.

O secretário afirmou que ainda não se debruçou sobre a questão dos consórcios, que os shoppings podem ganhar crédito ao investirem em outras unidades e que haverá manutenção do Simples. Ele lembrou também que todos os pontos, mesmo depois de serem apresentados pela Fazenda, serão debatidos pelos parlamentares no Congresso.

Appy comentou ainda que não cabe ao governo decidir o que é importante para as pessoas consumirem, mas que esta escolha cabe a elas próprias. Por que o perfume não é um produto tão importante quanto a cesta básica para os mais pobres? Não é o governo que tem que dizer isso, mas hoje é assim que é.

## Estados

O secretário garantiu que todos os Estados vão ganhar arrecadação em duas décadas com a implantação da **reforma tributária**. De acordo com ele, são pouquíssimos os municípios que sairão perdendo, mas que isso ocorre por causa de distorções existentes hoje.

Essas cidades, conforme Appy, são geralmente muito pequenas e têm uma forte arrecadação com ISS porque conta, por exemplo, da instalação de uma refinaria em seu território. São erros, na verdade. Não faz sentido, disse.

Ele afirmou que o município que mais recebe ISS conta com uma receita de R\$ 14 mil per capita. Ao mesmo tempo, o que menos arrecada é de R\$ 65 por habitante. Não faz sentido um País com uma distribuição tão diferente dessas, comparou.

Ao final de sua explanação, o secretário reafirmou que a aprovação da reforma é um jogo de ganha ganha e que terá impacto muito grande sobre o **PIB**.

Interferência para quem consome ou produz

Bernard Appy também que a tributação não pode ser um dos pontos de interferência na escolha de quem consome ou quem produz. Numa decisão sobre alugar ou comprar carro, por exemplo. Num mundo sem imposto, você toma a decisão. O imposto não pode interferir nessa decisão, não pode distorcer o que for melhor do ponto de vista de preços relativos, disse.

Appy repetiu que, quanto mais exceções forem adicionadas à **reforma tributária**, maior será a dificuldade de classificação dos produtos.

Ele também voltou a dizer que é preciso tomar cuidado com o que se chama de serviços. A maior gritaria contra a reforma tem sido exatamente desse setor produtivo, que teme pagar mais **tributos** aos governos com a **reforma tributária**. É bom tomar cuidado porque podemos errar na mão, alertou.

O secretário comentou ainda que, atualmente, é impossível saber qual é o imposto que foi pago em um produto ou serviço, porque não é de conhecimento o total de incidências ao longo da cadeia produtiva

tamanho a complexidade do sistema tributário doméstico. Além disso, ele comentou que a incidência de **impostos** sobre **impostos** é uma jabuticaba, já que só ocorre em solo brasileiro.

Abertura para construção do melhor modelo

Appy disse também o Ministério da Fazenda está aberto para a construção do melhor modelo tributário para o País. Na semana que vem, a FPE fará um encontro com secretários de Fazenda dos Estados para também discutir a **reforma tributária**.

Ele voltou a dizer que os textos dos projetos que tramitam no Congresso - o PL 45, na Câmara e o 110, no Senado - são muito próximos, com a principal diferença sendo a divisão do imposto entre Estados e União no caso do Senado, conhecido como IVA (Imposto sobre Valor Agregado) Dual.

Aos parlamentares e empresários, o secretário afirmou que o regime tributário nacional é complexo porque tem muitas regras e, mais do que isso, conta com muitas exceções. A complexidade tem custo, o litígio tem custo também e gera insegurança jurídica, que reduz investimentos, afirmou.

A FPE insiste na necessidade da desoneração da folha de pagamentos para todos os setores permanentemente. De acordo com a Frente, o Brasil é o País com maior tributação e subsídios sobre a folha no mundo.

A entidade divulgou um quadro comparativo, citando a Brasscom como fonte, que revela que a incidência doméstica é de 27,8%, seguida por 20,4% na Argentina, 18,1% na Hungria, 13,8% na Alemanha, 12,3% no Japão, 12,05% na Índia, 10,6% na Austrália, 9,8% no México e 8,8% na Coreia do Sul.

Para o Brasil, o cálculo levou em conta **tributos** de 22% (**INSS** patronal de 20% e Seguro de Acidente de Trabalho de 2%) e uma taxa de 5,8% de terceiros com os subsídios para o Sistema S, entre outros.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/03/21/appy-diz-que-reforma-tornara-sistema-tributario-extremamente-mais-simples.htm>

# Haddad: Carga tributária sobre a indústria chegou ao limite do insuportável

**Rosana Hessel**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu a redução do peso dos **impostos** sobre a indústria, que "chegou ao limite do insuportável". Ainda segundo ele, é preciso interromper o processo de queda da participação da indústria no Produto Interno Bruto (**PIB**).

"Chegou o momento de reverter essa curva e voltar a produzir manufaturados, inclusive, para a exportação", afirmou nesta terça-feira (21/3), durante apresentação virtual em evento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A **reforma tributária**, que é uma agenda para o desenvolvimento do futuro do país, na avaliação de Haddad, vai permitir "dar um choque de eficiência na economia brasileira", simplificando o sistema tributário com a criação do Valor Agregado (IVA), que está previsto nas duas propostas de reforma que tramitam no Congresso e estão sendo consideradas pelo relator: PEC 45/2019, da Câmara, e PEC 110/2019, do Senado. Ainda não está claro, contudo, quantos **tributos** serão unificados no IVA, pois o número varia entre as duas PECs, mas um que está fora e é bastante criticado, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), porque encarece o crédito e desestimula os investimentos, é um forte candidato para ser incluído na reforma, segundo interlocutores do governo.

"Não estamos falando só de simplificação. Estamos falando em clareza dos **tributos**. Vamos substituir um sistema tributário caótico por um sistema em que as pessoas sabem exatamente o que devem pagar", afirmou o ministro. De acordo com ele, um dos objetivos da reforma será tirar da ilegalidade setores que não estão encadeados do ponto de vista tributário e econômico. Assim, a carga de **impostos** será melhor distribuída, desonerando exportações e reduzindo o peso dos **tributos** sobre a indústria, que precisa voltar a se desenvolver no país.

Para o ministro, a **reforma tributária**, que foca no imposto sobre o consumo, também terá efeitos distributivos na renda da população. "O efeito será benéfico para a população de baixa renda, porque ela consome mais os produtos super tributados do que os subtributados", afirmou. Ele ainda disse que a

mudança do atual sistema tributário permitirá ao governo cobrar alíquotas menores sobre o consumo, algo que vai ao encontro do desejo de taxar menos o consumo e mais sobre a renda, a fim de "equilibrar o sistema tributário do país para que ele se aproxime dos melhores sistemas do mundo".

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para contato. Clique aqui e mande o e-mail.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/03/5081846-haddad-carga-tributaria-sobre-a-industria-chegou-ao-limite-do-insuportavel.html>

# Reforma tributária vai permitir choque de eficiência na economia, diz Haddad

Rio

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez longa defesa da **reforma tributária** que tramita no Congresso e disse que analistas não têm enxergado todos os seus benefícios para além da simplificação. Segundo Haddad, a reforma vai permitir um choque de eficiência na economia brasileira.

Ele se referiu à **reforma tributária** como uma agenda de futuro, capaz de preparar crescimento. Com relação a perspectivas de calendário, ele disse que o governo tem total condição de aprovar a reforma na Câmara entre junho e julho e, no Senado, no segundo semestre deste ano.

Os subprodutos dessa **reforma tributária** nem sempre são considerados pelos comentaristas. Não estamos só falando de simplificação, estamos falando de clareza dos **tributos**, disse o ministro. Vamos substituir um sistema caótico por outro onde as pessoas sabem o que devem. Vamos levar setores que não estão encadeados do ponto de vista tributário, mas que já estão encadeados do ponto de vista econômico, continuou Haddad.

Nessa linha, ele afirmou, será possível alargar a base de arrecadação incidente sobre consumo sem majorar alíquotas. O ministro reiterou que haverá mais imposto sobre renda e menos **tributos** sobre consumo. Isso se aproxima dos melhores sistemas tributários do mundo, disse, ao listar impactos sobre todos os setores da economia.

Para Haddad, a carga tributária sobre a indústria, por exemplo, está no limite do suportável, um dos fatores sobre o encolhimento do setor. Ele garantiu que as tributações sobre a indústria e exportações serão contempladas na nova legislação. As regras de transição dão conforto tanto a empresas quanto aos gestores públicos das três esferas de governo, comentou.

O pacote da reforma junto com as novas regras fiscais devem proporcionar maior estabilidade fiscal e social, disse ele.

Neste ponto, Haddad explicou que a reforma vai trazer benefícios para a baixa renda porque essa faixa da população consome mais produtos sobretributados do

que itens subtributados.

O ministro afirmou, ainda, que a reforma vai contribuir para enfrentar os desafios dos fundos regionais, que precisam ser repensados para garantir desenvolvimento equilibrado em termos regionais.

No mais, a reforma deve desinchar e diminuir os custos da Justiça. Mais de 30% de todo litígio no poder Judiciário tem como pano de fundo disputas tributárias. O Judiciário custa 1,8% do **PIB**. Quase metade disso tem a ver com os sistema tributário, disse o ministro.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/03/21/reforma-tributaria-vai-permitir-choque-de-eficiencia-na-economia-diz-haddad.htm>

# Appy faz novo alerta de que exceções tributárias para setores podem minar a reforma

**Por Fernanda Trisotto - Brasília**

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, voltou a criticar a grande quantidade de benefícios fiscais e alertou parlamentares sobre os riscos do grande número de exceções e também a adoção de alíquotas diferenciadas na **reforma tributária**.

? Como o sistema tem muitas regras, e ainda mais exceções, uma quantidade monumental de alíquotas, regimes fiscais, isso gera diferenças de interpretação ? afirmou o secretário ao criticar o atual sistema em evento da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

Para Appy, o novo modelo tributário tem de trazer regras simples e homogêneas. Ele pontuou que as duas PECs trazem válvulas de escape para exceções fiscais ou diferenciação de alíquota, mas que é preciso "tomar muito cuidado".

? Às vezes o pessoal fala que setor de serviços será mais tributado. Depende do quê. Por exemplo, aluguel de carro tem que pagar menos que venda de carro? Eu acho que não. No mundo com imposto, não é o imposto que vai distorcer essa decisão do que é melhor comprar ou alugar um carro ? afirmou.

Ele reforçou que a tributação não pode distorcer as decisões dos consumidores:

? O importante é ter o mínimo possível de exceções. A gente sabe que na discussão política terá exceções, mas tem de ser desenhado para ter o mínimo possível.

Appy participou de evento da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), que defende adoção de alíquotas diferenciadas para setores e também a desoneração da folha de pagamentos.

O secretário ainda afirmou que a **reforma tributária** terá impacto de elevar o crescimento da economia brasileira em, no mínimo, um ponto percentual por ano após sua aprovação. Isso será resultado da simplificação do sistema e diminuição dos litígios.

? O objetivo da reforma é exatamente corrigir as distorções. Isso pode gerar 12 pontos percentuais de crescimento do **PIB** potencial em pouco mais de 10 anos. É perfeitamente razoável ser o efeito da **reforma tributária** ? afirmou a parlamentares.

Appy explicou novamente os textos de **reforma tributária** que tramitam no Congresso em duas propostas de emenda à Constituição (PECs) e disse que a equipe econômica está aberta para o diálogo e construção do melhor modelo. Sobre a adoção de um sistema de cashback para a devolução de **tributos** para os mais pobres, Appy voltou a afirmar que a calibragem e custo da medida ficarão por conta dos parlamentares.

O governo quer uma reforma que simplifica os **tributos**. Ela unificaria os **tributos** federais PIS, Cofins e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o estadual Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o municipal Imposto sobre Serviços (ISS). Todos dariam espaço a um Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Os principais são a perspectiva de elevação da carga tributária para alguns setores, como os de serviços e o agronegócio, a manutenção de incentivos fiscais ligados a setores e regiões e formas de compensar estados e municípios pelos efeitos da unificação.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/03/appy-faz-novo-alerta-de-que-excecoes-tributarias-para-setores-podem-minar-a-reforma.ghtml>

# Appy diz que discussão política levará a mais de uma alíquota do IVA, mas que "é importante ter o mínimo de exceções"

**Por Raphael Di Cunto e Guilherme Pimenta, Valor - Brasília**

O secretário especial do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, afirmou nesta terça-feira (21) a parlamentares da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) que sabe que, com a discussão política sobre o tema, haverá "algumas exceções" para tratamento diferenciado para alguns setores, mas que o "importante é ter o mínimo possível de exceções" para não atrapalhar o sistema.

O Congresso discute duas propostas de emenda constitucional (PECs) para unificar os **impostos** sobre consumo (IPI, ICMS, ISS, PIS e Cofins) em um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), que seria único ou dual (uma parte federal e outra estadual/municipal). Além disso, haveria um Imposto Seletivo (IS) sobre bens que causam "externalidades negativas".

Bernard Appy, secretário especial do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária** - Foto: Ana Paula Paiva/Valor

A proposta de Appy é de que exista apenas uma alíquota para o IVA, mas ele reconheceu nesta terça-feira, ao conversar com os parlamentares, que isso provavelmente não ocorrerá.

"O importante é ter o mínimo possível de exceções. A gente sabe que, numa discussão política, vai acabar tendo algumas exceções. A gente sabe disso", disse. Ele citou como exemplos "saúde, educação e alguma outra questão relevante".

O economista afirmou que isso será um ganho porque o país hoje tem, efetivamente, mais de um milhão de alíquotas diferentes para o ICMS e ISS.

"Você não tem três ou quatro alíquotas. Se somar todas as cidades e Estados, origem, chegamos à casa do milhão de alíquotas", disse.

Essa situação de insegurança jurídica prejudica investimentos, destacou o secretário.

O secretário ressaltou que o Congresso precisa ser

cauteloso com essas exceções para não distorcer a economia.

"Muito cuidado com essa ideia de serviços porque a gente pode estar errando a mão do que a gente quer fazer", afirmou. Ele deu como exemplo que o imposto não pode ser decisivo para o consumidor decidir se aluga um carro ou compra. "Isso é distorção."

Appy comentou que há vários estudos sobre o potencial de crescimento do país com o novo sistema, mas que uma conta "intermediária" é estimar que o país terá crescido 12 pontos percentuais a mais em dez anos se o projeto for aprovado.

"O Brasil crescerá 1,5% a mais por ano, durante dez anos, com a **reforma tributária** aprovada. É daí para cima", disse.

**Site:**

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/03/21/appy-diz-que-discusso-politica-levar-a-mais-de-uma-aliquota-do-iva-mas-que-importante-ter-o-minimo-de-excees.ghtml>

# AGU acompanha reforma tributária para evitar questionamentos na Justiça, diz Messias

Por Isadora Peron, Valor - Brasília

O advogado-geral da União, Jorge Messias, afirmou que o órgão tem acompanhado o debate sobre a **reforma tributária** para que o texto final gere poucos questionamentos na Justiça.

"A nossa atuação tem um papel de fazer análise prospectiva para que, a partir dos precedentes do Supremo Tribunal Federal, a gente possa oferecer para o debate um texto que gere uma menor litigância, uma menor judicialização", disse em um evento promovido pelo site "Jota".

Segundo ele, as propostas que vêm sendo debatidas vão, por si só, diminuir a judicialização. "As próprias premissas que levam à construção dessa **reforma tributária** elas são importantes e necessárias para a redução de litigiosidade. As grandes disputas tributárias se dão a partir das bases tributárias, o que é serviço, o que é produto industrializado... Com a migração para bases amplas, alíquota única, com modelo de creditação, eu acho que isso tudo fica muito mitigado", afirmou.

Para Messias, esse é um debate que interessa a todos, especialmente ao setor produtivo. "Até porque, para o setor produtivo, a judicialização é um custo, o que iria de encontro ao espírito da reforma, que é simplificar, que é reduzir custos, que é melhorar o ambiente de negócio."

O AGU destacou que o tema é uma "prioridade" para o governo e que vem sendo conduzido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Já em relação a mudanças na legislação trabalhista, Messias afirmou que o assunto está sendo estudado pelo Ministério do Trabalho, que tem travado um amplo diálogo com as centrais sindicais e outros setores.

Ele também afirmou que existem desafios novos, como a regulação dos trabalhadores de aplicativo, que também vai exigir uma reflexão em conjunto com o Ministério da Previdência.

Regras dos precatórios

Sobre as mudanças nas regras dos precatórios, Messias afirmou que o governo está comprometido com um processo "célere e seguro".

Na semana passada, a AGU revogou uma portaria que autorizava pagamento de outorgas com precatórios e se comprometeu a elaborar, em até 120 dias, novas diretrizes.

A decisão foi criticada por algumas concessionárias de infraestrutura, que já haviam comprado precatórios para pagar as outorgas, o que deve gerar uma onda de judicialização.

"Eu quero dizer para todos que nós estamos comprometidos com um processo célere, seguro, transparente e participativo. Da parte da Advocacia-Geral da União, segue a diretriz da confiança", afirmou Messias.

Segundo ele, esse é um tema que ainda vem sendo "objeto de amadurecimento" e a medida adotada pelo órgão teve como objetivo dar mais segurança jurídica ao processo.

"A administração pública não pode adotar decisões tão impactantes, tão significativas, sem ter o máximo grau de segurança. É nosso papel ser também pelo controle de legalidade", disse.

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/03/21/agu-acompanha-reforma-tributaria-para-evitar-questionamentos-na-justia-diz-messias.ghtml>



# Haddad fala em avançar na desoneração da folha e corrigir desequilíbrios no Imposto de Renda

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em seminário do BNDES - Foto: Reprodução

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta terça-feira (21) que o governo federal pretende avançar no processo de desoneração da folha de pagamentos e, também, na correção do que ele chamou de desequilíbrios do Imposto de Renda.

Em participação virtual no seminário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ele explicou, porém, que esses temas serão tratados somente depois das deliberações sobre duas prioridades na área econômica: o novo arcabouço fiscal - regras para contas públicas -, e a **reforma tributária** sobre o consumo.

Nós podemos fazer por projeto de lei, avançar na desoneração e na correção dos desequilíbrios no que diz respeito, sobretudo, ao imposto sobre a renda, corrigir as distorções do sistema tributário brasileiro e chegar ao final do ano, eu digo, no primeiro semestre, com as medidas anunciadas e, quem sabe no fim do segundo semestre, com as medidas aprovadas, declarou.

Até o fim de 2023, os 17 setores que mais empregam no país pagam uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, ao invés dos 20% de contribuição patronal sobre o salário dos empregados.

No início desse mês, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, defendeu que a **reforma tributária** inclua a retirada de **impostos** que, hoje, incidem sobre a folha de pagamento das empresas - e que o país comece a discutir a cobrança no faturamento.

Juros excessivamente elevados

No evento do BNDES, o ministro Haddad voltou a criticar o atual patamar da taxa básica de juros da economia. Em 13,75% ao ano, o juro brasileiro representa a maior taxa real do planeta, e está no maior patamar em mais de seis anos. Analistas apontam que o juro é alto para conter pressões

inflacionárias decorrentes, entre outros fatores, do aumento de gastos públicos.

Não temos problemas geopolíticos, nossa **inflação** está mais controlada do que no resto do mundo e nossa taxa de juro está exageradamente elevada, o que significa espaço para cortes em momento que a economia brasileira pode e deve decolar. Não temos porque **temer** tomar as decisões corretas no ponto de vista fiscal e monetário, buscando a convergência entre essas políticas, declarou.

O BC autônomo, comandado por Roberto Campos Neto, indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, foi novamente alvo de ataques nesta terça-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele também foi acompanhado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin.

PPPs e medidas de crédito

Segundo o ministro, o governo federal também prepara um novo marco legal para as chamadas Parceria Público-Privadas (PPPs), além de medidas para melhorar o ambiente de crédito no Brasil. Essas últimas, em parceria com o Banco Central. O objetivo é apresentá-las no próximo mês.

Em abril, vamos anunciar um conjunto de medidas regulatórias, uma das quais pode ser antecipada a pedido da casa civil, sobre PPPs, vamos investir pesadamente. Tesouro e Casa Civil estão terminando a redação, e medidas para melhorar o ambiente de crédito, pactuadas com a área técnica do BC, concluiu.

**Site:**

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/21/haddad-fala-em-avancar-na-desoneracao-da-folha-e-corrigir-desequilibrios-no-imposto-de-renda.ghtml>

# Haddad diz que inflação está sob controle e há espaço para corte de juros

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou nesta terça-feira que a **inflação** no Brasil está sob controle, mas que a **taxa** de juros está exageradamente elevada e há espaço para cortá-la.

Nossa **inflação** está mais controlada do que no resto do mundo e nossa taxa de juros está exageradamente elevada, o que significa espaço para cortes, no momento em que a economia brasileira pode e deve decolar, disse Haddad em participação virtual em evento do BNDES.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reúne-se nesta terça e na quarta para discutir a política monetária, com expectativa no mercado de manutenção da taxa básica de juros Selic em 13,75%. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e vários de seus ministros têm criticado recorrentemente o patamar dos juros.

Segundo Haddad, é preciso tomar as decisões corretas tanto do ponto de vista do arcabouço fiscal quanto do ponto de vista monetário --porque há espaço para isso-- para que nós possamos convergir a política fiscal e a monetária .

O ministro abordou ainda a situação fiscal do país, dizendo que a sustentabilidade das contas é fundamental para um desenvolvimento sustentável. Haddad afirmou que passou o fim de semana trabalhando na interlocução recomendada pelo presidente Lula para preparar o terreno político para a recepção do arcabouço fiscal .

Segundo Haddad, é possível ter uma regra fiscal mais inteligente, sem descontrole, e que leve a um maior crescimento.

Nesta terça-feira, a proposta de um novo arcabouço fiscal era discutida em reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO).

No entanto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse em entrevista nesta terça-feira que apresentará o novo arcabouço fiscal apenas depois de sua viagem à China e que não há pressa para discutir a âncora apresentada a ministros do governo por Haddad na semana passada.

Haddad afirmou ainda nesta terça-feira que, com a

**reforma tributária**, será cobrado menos sobre o consumo e mais sobre a renda.

## Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Haddad diz que **inflação** está sob controle e há espaço para corte de juros

**Site:** [https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/haddad-diz-que-inflacao-esta-sob-controle-e-ha-espaco-para-corte-de-](https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/haddad-diz-que-inflacao-esta-sob-controle-e-ha-espaco-para-corte-de-juros,a312a1fd349e931d76c0090284dbbf2am63oetpt.html)

[juros,a312a1fd349e931d76c0090284dbbf2am63oetpt.html](https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/haddad-diz-que-inflacao-esta-sob-controle-e-ha-espaco-para-corte-de-juros,a312a1fd349e931d76c0090284dbbf2am63oetpt.html)

# Comissão do Senado aprova projeto que cria regras para simplificar obrigações tributárias

**Brasília**

*/  
Bruna Lima, do R7, em Brasília*

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou nesta terça-feira (21) o projeto que cria o Estatuto de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias, que tem como objetivo facilitar as demandas do contribuinte, sobretudo por meio da criação de uma base de dados unificando informações da União, estados e municípios. O texto segue para votação em plenário.

A proposta, que foi aprovada no ano passado na Câmara dos Deputados, institui a Declaração Fiscal Digital (DFD), prevendo a unificação e o compartilhamento de dados entre os fiscos das três esferas do governo. Na prática, isso permitirá apurar **tributos**, fornecer declarações pré-preenchidas e guias de recolhimento pelas administrações tributárias.

A partir de um Registro Cadastral Unificado (RCU), os contribuintes também terão facilitados os meios de pagamento das contribuições. Obrigações acessórias vinculadas ao Imposto de Renda (IR) e ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) ficam de fora da nova regra apresentada.

Autor do projeto, o senador Efraim Filho (União-PB) destacou que a proposta, ao tornar mais simples a vida do contribuinte, colabora para reaquecer nossa economia. Efraim sugeriu o projeto enquanto era deputado federal.

Em meio às discussões sobre a **reforma tributária**, o relator da proposta, senador Alan Rick (União-AC), afirmou que ela não entra em conflito com o atual debate. "Pelo contrário, favorece, pois estrutura o funcionamento integrado dos entes públicos com a participação da sociedade civil quanto às obrigações tributárias acessórias, viabilizando e simplificando o sistema", afirmou.

A proposta também prevê a criação do Comitê Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias (CNSOA) para gerir as ações de simplificação de obrigações tributárias acessórias. Na

criação do RCU, o comitê deve atuar em conjunto com o já existente Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM).

De acordo com o texto, o CNSOA será formado por 24 integrantes, sendo seis da **Receita Federal**; seis das secretarias estaduais de Fazenda, indicados por meio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); três indicados entre os secretários municipais da Fazenda de capitais estaduais; três por meio de entidade de representação nacional dos municípios brasileiros; e seis indicados pelas Confederações Nacional da Indústria (CNI), do Comércio (CNC), dos Serviços (CNS), da Agricultura e Pecuária (CNA), do Transporte (CNT), e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae).

Os mandatos serão de dois anos, sendo possível se manter no cargo caso haja aprovação de três quintos dos membros.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasil/comissao-do-senado-aprova-projeto-que-cria-regras-para-simplificar-obrigacoes-tributarias-21032023>

# CNSaúde discute Reforma Tributária e o impacto dos pisos salariais na saúde

Apresentado por

Mesmo diante de diversos desafios econômicos, jurídicos e tributários, além da pandemia, o mercado de saúde brasileiro é considerado, em diversos setores, um dos maiores do mundo, com cerca de 4,8 milhões de trabalhadores.

No entanto, esse crescimento sólido e constante do setor pode estar ameaçado por diversos temas que serão discutidos nos dias 22 e 23 de março, em um evento gratuito e promovido pela Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde), em Brasília (DF).

Acadêmicos, autoridades e lideranças do setor saúde do Brasil estarão presentes em diversos painéis para debater temas como **Reforma Tributária** de Renda; **Reforma Tributária** de Consumo; Reforma Trabalhista; Pisos Salariais e outros.

"É uma grande oportunidade de debatermos e esclarecermos à sociedade sobre os diversos desafios que o setor da saúde, pública e privada, enfrenta e pode contribuir para um crescimento cada vez mais sustentável e igualitário", afirma o presidente da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde), Breno Monteiro.

Confira a programação

Palestrantes/Debatedores:

- Bernard Appy: Secretário Extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda;

- Ministério do Trabalho: Rafaele Rodrigue, Coordenadora de Negociação Coletiva e de Medicação; e Elzilene Mendes, Coordenadora-Geral do Registro Sindical Substituta;

- Helio Zylberstein: Presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE);

- Mauro Junqueira: Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS);

- Eliane Medeiros: Diretora da DIFIS/ANS - Diretoria de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);

- Maurício Nunes: Diretor da DIDES - Diretoria de Desenvolvimento Institucional, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);

- Paulo Ziulkoski: Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM); - Gustavo Madi: Diretor da área de Economia do Direito na LCA Consultores;

- Geraldo Biasoto: Mestre e doutor em Economia, ex-Secretário de Investimento em Saúde do Ministério da Saúde;

- Arthur Chioro: Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), do Ministério da Educação;

- Alex Machado Campos: Diretor da terceira Diretoria da ANVISA;

- Deputados e Senadores: Pedro Westphalen (PP/RS); Aguinaldo Ribeiro (PP/PB); Reginaldo Lopes (PT/MG); Afonso Florence (PT/BA), Carlos Eduardo de Oliveira Lula (PSB/MA) e o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF);

Temas/Painéis:

- Pisos Salariais na Saúde: análise jurídica e econômica

- Impacto dos Pisos Salariais: No Setor Público

- **Reforma Tributária** da Renda: O impacto no setor saúde

- **Reforma Tributária** do Consumo: O impacto no setor saúde - Reforma Trabalhista: Avaliação da reforma e agenda para o futuro da saúde - CNSaúde Mulher: Reformas Necessárias ao Século XXI

Veja a programação completa e os horários de cada painel: clique aqui .

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/parceiros/cnsaude/2023/03/5081789-cnsaude-discute-reforma-tributaria-e-o-impacto-dos-pisos-salariais-na-saude.html>

# Grupo de trabalho da reforma tributária recebe apoios em MG

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/03/21/RDIOCMARAFM9>**

**69DF-07.35.52-07.37.33-1679401196.mp3**

# O que é reforma tributária? Entenda

*Por Laura Ignacio - São Paulo*

A história do tributo no Brasil registra o chamado "quinto" como um dos primeiros **tributos** no país. Na época em que o Brasil era uma colônia, do ano de 1530 a 1822, um quinto do valor total da venda de ouro garimpado ou pau-brasil extraído, devia, obrigatoriamente, ser entregue ao rei de Portugal. Mas foi da República em diante que os **tributos** foram se multiplicando e a cobrança ficando cada vez mais complexa.

Atualmente, a tributação é regulada, principalmente, pela Constituição Federal de 1988. Mas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), desde a edição da Carta Magna, em média, são editadas 1,54 normas tributárias por hora. Entre as leis, por exemplo, há a Lei Kandir para o ICMS, a Lei nº 8.213, de 1991, sobre a **Previdência Social**, a Lei nº 116, de 2003, para o ISS, etc.

A **reforma tributária** é um conjunto de mudanças substantivas feitas no sistema de tributação, que engloba leis ordinárias e complementares, além da Constituição. Acontece, portanto, por meio do Congresso Nacional.

Qual é o objetivo?

No Brasil, a reforma é necessária especialmente quanto à tributação da produção e venda de bens e serviços, que precisaria de alteração profunda e estrutural, segundo o Insper. Na tributação da renda e da folha, seria necessário fazer ajustes mais pontuais.

É comum que os sistemas tributários sejam revistos de tempos em tempos, aponta o Insper. Tanto que **reforma tributária** é um tema recorrente no mundo, não só no Brasil. A diferença, conclui o material do Insper, está na urgência e na amplitude das mudanças que precisam ser feitas.

Essa necessidade existe por causa do nível crescente de complexidade do sistema tributário brasileiro. O ICMS, por exemplo, pode ter que ser pago por meio de um regime chamado de substituição tributária - quando uma empresa da cadeia de produção recolhe o imposto em nome de todas as demais.

Sem uma reforma, o chamado "manicômio tributário" do Brasil - que engloba dezenas de **tributos** e milhares de regras - resulta em: pouca transparência para os cidadãos sobre a carga tributária embutida no

preço dos produtos e serviços, insegurança jurídica e altos custos de conformidade, especialmente para as empresas.

Atualmente, o Brasil ocupa a posição 184 de 190 no ranking do Banco Mundial "Doing Business" sobre a facilidade de se pagar **impostos** nos países. O que mais pesa para essa colocação é o tempo que as empresas levam para administrar e pagar os **tributos**. Em São Paulo, gasta-se em média 1.501 horas por ano. Nos países da OCDE são 158 horas.

Quais as principais propostas de reforma?

As principais propostas de reforma em andamento hoje são a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 45 e a PEC nº 110. Ambas pretendem substituir o PIS, a Cofins, o ICMS, o ISS e o IPI por um imposto sobre o consumo: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Ele seria parecido com o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), adotado em mais de 170 países.

Além disso, tanto a PEC 45 quanto a PEC 110 também propõem a criação do Imposto Seletivo (IS). O objetivo seria desestimular o consumo de produtos que prejudicam a saúde e o meio ambiente.

Mas apesar desses projetos já existirem desde 2019, o caminho é longo. Nenhum deles já foi votado em Plenário e há muitas sugestões de emendas apresentadas.

A PEC 45 foi proposta pelo deputado Baleia Rossi (MDB/SP) e tramita na Câmara dos Deputados. Ela pretende criar um IVA nacional.

Já a PEC 110 nasceu do texto do ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) e tramita no Senado. O projeto quer instituir um IVA "dual": um IVA federal administrado pela União e um IVA que juntaria o ICMS e o ISS, para ser gerido por Estados e municípios.

O que muda no Brasil se uma dessas propostas for aprovada?

Especialistas afirmam que o IBS equivaleria a cerca de 25% do valor do bem ou serviço para que a carga tributária dos contribuintes fique inicialmente neutra com a reforma, sem aumento ou queda em geral.

Mas o principal efeito dessa unificação é a simplificação para pagar os **tributos**. Na prática, isso reduziria, especialmente, os custos de gestão dos

**tributos**, o que inclui: gastos com contabilistas para apresentar à **Receita Federal** todas as declarações devidas e com advogados para discutir na Justiça cobranças da **Receita Federal**.

Segundo levantamento do Insper, em 2021 o país tinha um acervo de disputas tributárias que ultrapassava R\$ 5,4 trilhões. A reforma mudaria este cenário, reduzindo o número de processos administrativos e judiciais.

Como será a tramitação no Congresso?

As duas propostas alteram a competência dos entes federativos para a tributação dos bens e serviços. Assim, envolvem regras importantes contidas na Constituição, que define as competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios para cobrar **tributos**.

A mudança na Constituição, feita por meio de PEC, é a mais difícil de se fazer. Isso porque para sua aprovação são necessários os votos de três quintos na Câmara (49) e no Senado (308). Além disso, são necessários dois turnos de discussão (o 1º turno tem cinco sessões e o 2º turno tem três sessões).

Leis ordinárias são aprovadas com a maioria simples dos votos, ou seja, de mais da metade dos votantes. Já leis complementares exigem a votação pela maioria absoluta (41 senadores e 257 deputados)

**Site:**

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2023/03/21/o-que-e-reforma-tributaria-entenda.ghtml>

# Entenda as propostas e diferenças das PEC 45 e PEC 110

Por Adriana Aguiar - De São Paulo

Estão na pauta do Congresso duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que tratam da **reforma tributária**: a PEC 45, considerada mais técnica, e a PEC 110, considerada mais política. As duas pretendem substituir o PIS, a Cofins, o ICMS, o ISS e o IPI por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) único ou dual, que leve a tributação somente sobre o consumo. O IVA hoje em dia é adotado em mais de 170 países. Esse imposto sobre consumo chamaria Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e seria de cerca de 25% do valor do produto ou do serviço prestado e deve ser direcionado à cidade e Estado onde o produto foi consumido ou o serviço foi prestado, além da União. Ele não incide sobre investimentos e exportações.

As duas propostas também criam um Imposto Seletivo (IS) para desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde ou meio ambiente. E ambas propostas permitem um programa de devolução de **impostos** para a família de baixa renda, ao consumirem (seria uma espécie de cashback). Os dois projetos também mantêm o Simples para empresas de pequeno porte.

A principal ideia da reforma é simplificar o sistema tributário. Com isso, as empresas deverão gastar menos com obrigações tributárias. Isso porque, desde a Constituição de 1988, foram editadas mais de 460 mil normas tributárias no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), o que gera dificuldades para as companhias em seguir todas as obrigações. Com a reforma, as pessoas também saberão quanto pagam efetivamente de **impostos** e para onde esse dinheiro vai.

## Tramitação no Congresso

A tramitação mais avançada é da PEC 45, proposta pelo deputado Baleia Rossi (MDB/SP). Ela foi elaborada a pedido de Rodrigo Maia, na época presidente da Câmara, pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), think tank independente que tem como objetivo contribuir para a simplificação do sistema tributário. O projeto tramita desde 2019, já passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara e está pronto para ser votado no plenário.

Já a PEC 110, também de 2019, teve um texto substitutivo apresentado pelo relator, o então senador Roberto Rocha (PTB-MA), em março de 2022, e está pronta para a pauta da CCJ do Senado Federal. A PEC já recebeu mais de 250 emendas.

## Diferenças entre PEC 45 e 110

Apesar das semelhanças, as PECs têm algumas diferenças que podem ser decisivas na sua aprovação. Em geral, a PEC 45 acaba sendo mais técnica e a PEC 110 faz mais concessões aos setores envolvidos.

A primeira delas é que na PEC 45 há a proposta de criação de apenas um IBS, que seria dividido entre União, Estados e municípios, de acordo com o local onde o produto é consumido ou serviço é prestado. Já na PEC 110 ficou instituída a criação de dois **impostos**, um IBS de competência estadual e municipal, e outro IBS de competência federal. A proposta teria sido um pleito da **Receita Federal**.

Outra grande diferença é que a PEC 45 prevê a adoção de uma mesma alíquota para todos os setores, sem exceção. Já a PEC 110 faz a ressalva aos regimes favorecidos pela Constituição.

A PEC 45 também não permite a concessão de benefícios fiscais, já a PEC 110 traz exceções previstas na Constituição para regimes favorecidos.

A PEC 110 permite regimes favorecidos por meio de isenção ou adoção de alíquotas reduzidas; devolução total ou parcial do imposto aos adquirentes dos bens e serviços e alteração nas regras de creditamento. E ainda que não cite quem são os beneficiários, relator na exposição de motivos menciona o setor agropecuário e de agroindústria, produtos integrantes da cesta básica de alimentos, setor de educação, saúde e transporte público, atividades beneficentes, entre outros.

Ainda não se sabe como a tramitação vai avançar, mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad tem se mostrado empenhado em aprovar a **reforma tributária** e tem se articulado para isso. Além disso, o economista Bernard Appy, nomeado como secretário especial da **Reforma Tributária**, integrou até o fim de 2022, a equipe do CCiF, entidade que elaborou o texto original da PEC 45.



## Opinião de especialistas

De acordo com o diretor do CCiF e professor da FGV Direito SP, onde também é coordenador do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF), Eurico Santi, a PEC 45 e a PEC 110 têm muito mais semelhanças do que dessemelhanças. Mas a PEC 110 acabou ficando mais politizada, já recebeu mais de 250 emendas, e acabou abrindo concessões a setores sobre isenção, alíquotas menores e tratamentos diferenciados. "A nossa ideia com a PEC 45 foi não favorecer nenhum setor, todos pagam igual e sobre todos os produtos e não há isenção, mas quem é de baixa renda pode ter valores devolvidos", diz.

Na opinião do professor da pós-graduação em direito tributário da Escola de Direito de São Paulo (GVlaw), Carlos Eduardo Navarro, sócio do Galvão Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados, as PECs têm diferenças relevantes como a divisão de dinheiro entre os fiscos, uma vez que a PEC 110 prevê um imposto apenas direcionado para Estados e municípios e outro para a União, o que pode facilitar a tramitação. "O que escutamos é que a **Receita Federal** quer um imposto só dela", diz.

Para Navarro, a PEC 110 traz uma harmonização maior dos diferentes interesses, ao prever benefícios fiscais e alíquotas diferenciadas para alguns setores, o que poderia facilitar sua aprovação. Além disso, mantém os benefícios para a Zona Franca de Manaus, o que, se negado, pode gerar dificuldade. "Do ponto de vista técnico acho a PEC 45 mais adequada ao não permitir nenhum tipo de incentivo fiscal. Quando todos pagam, todos pagam menos. Mas existem setores que são muito fortes e que estão atuando no Congresso politicamente", diz.

Os maiores prejudicados, contudo, com a reforma, em qualquer um dos projetos, segundo Navarro, podem ser os prestadores de serviços para pessoas físicas. Isso porque no caso das prestadoras de serviço para pessoas jurídicas, as empresas poderão depois tomar crédito desses 25% de IBS pagos. Mas no caso de quem presta para pessoa física, a pessoa não tem o que fazer com esse crédito. No caso das pequenas empresas, elas poderão se manter no Simples e não ter aumento de tributação. "Quem presta serviço para pessoa física de fato deve ter tendência ao aumento do preço, pode sofrer uma pressão inflacionária. Mas a maioria está no Simples", diz.

Já o professor associado de direito tributário da UFRJ Eduardo Maneira, sócio do Maneira Advogados, acredita que a PEC 45, que está com a tramitação mais acelerada, é que deve andar e receber algumas sugestões da PEC 110. "O governo vai se empenhar

para aprovar. Ainda mais com o Bernard Appy, nomeado como secretário especial da **Reforma Tributária**", diz. Para ele, contudo, só deve ser aprovada, se fizer algumas concessões, como benefícios fiscais ou alíquotas menores para alguns setores. Além dos dois **impostos**, um para a União e outro para Estados e municípios.

### Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Entenda as propostas e diferenças das PEC 45 e PEC 110

### Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/03/21/entenda-as-propostas-e-diferencas-das-pec-45-e-pec-110.ghtml>

# Reforma tributária: setores da economia reclamam de aumento de impostos; propostas trazem válvula de escape

Por **Alexandro Martello, g1 - Brasília**

Setores que representam cerca de 70% do Produto Interno Bruto (**PIB**) veem risco de terem que pagar mais imposto se for aprovada a **reforma tributária** sobre o consumo.

Esse é um dos principais pontos de tensão e de críticas das propostas que estão sendo avaliadas pelo Congresso Nacional.

A **reforma tributária** é uma das prioridades do governo Lula para o ano de 2023. A equipe econômica vem afirmando que a primeira etapa vai estabelecer mudanças nos **impostos** sobre consumo.

A ideia é unificar diversos **impostos** que hoje são pagos ao longo da cadeia produtiva em um só: o Imposto sobre Valor Agregado (IVA). A alíquota, até então, está estimada pelo governo em 25% - uma das maiores do mundo.

Essa porcentagem será distribuída ao longo da cadeia produtiva. Nesse cálculo, haverá mudança no peso dos **impostos** para cada setor da economia, e alguns deles entendem que vão pagar mais do que pagam hoje.

O IVA não vai ser cumulativo. Ou seja, vai ser calculado para ser pago uma só vez no caminho de um produto: desde o produtor, passando pelo distribuidor, chegando ao comércio e, por fim, ao consumidor final.

O governo tem frisado que não quer aumentar a carga tributária, apenas simplificar e modernizar o modelo de cobrança.

Os textos em discussão no Congresso Nacional preveem válvulas de escape que, em tese, podem diminuir o impacto das mudanças para alguns ramos de atividade. Ou, ainda, abrir a possibilidade de uma lei complementar tratar do tema.

Essas válvulas de escape, segundo o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, seriam exceções à tributação

de 25%.

Com isso, podem reduzir o peso da tributação para alguns setores.

O relatório de uma das propostas de emenda à Constituição que trata da **reforma tributária** estabelece tratamento especial por 12 anos para:

A forma como esse tratamento favorecido será implementado, por sua vez, dependerá do Congresso. Pode ser por meio de alíquota mais baixa, isenções, créditos presumidos ou até mesmo devolução do imposto para o consumidor (o chamado cashback para a população carente).

Em outra PEC em tramitação, há previsão de uma lei complementar sobre quais setores que terão tratamento favorecido.

O g1 entrou em contato com o relator da **reforma tributária** sobre o consumo na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que coordena grupo de trabalho sobre o assunto no Legislativo, e perguntou se o relatório contemplará válvulas de escape (exceções) para alguns setores. Mas não obteve resposta.

A definição de exceções, ou seja, tratamento favorecido, para setores da economia na **reforma tributária**, se implementada, tende a afetar a alíquota geral sobre o consumo, estimada inicialmente em 25%.

O secretário Appy defende o mínimo de exceções possível à alíquota geral.

A explicação é que, para manter a mesma carga tributária, concedendo tratamento favorecido a alguns setores, será necessário cobrar mais de todas as atividades.

Ele também se mostrou preocupado em relação ao cashback - medida presente nas propostas de **reforma tributária** sobre o consumo que tramitam no Congresso Nacional e que prevê uma espécie de devolução às famílias de baixa renda de parte do

imposto pago.

O que determina a alíquota? O que determina a alíquota do novo imposto [sobre consumo] é sim o quanto vai ter de exceção. O cashback afeta porque tem que manter a receita dos entes, alertou Appy.

O g1 entrou em contato com representantes da agricultura, dos serviços e da indústria. E com alguns dos subsetores, como comércio, setor financeiro e administradores de shoppings (integrantes dos serviços), além das incorporadoras de imóveis (parte da indústria).

O setor de serviços, que representa 68,2% do **PIB** de 2022, segundo dados oficiais, e a agropecuária, com peso de 7,9% na economia no último ano, se dizem prejudicados.

Indústria (23,9% do **PIB** de 2022) avalia que, na média, haverá redução do peso dos **tributos**. O setor financeiro informou não dispor ainda de informações suficientes, dentro dos cenários apresentados, para aferir o impacto.

Luigi Nese, presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), estimou que as propostas em discussão vão, pelo menos, dobrar a carga tributária do setor, gerando um impacto imediato nos preços, se repassado ao consumidor, de 10%.

Segundo ele, a proposta geraria uma queda de 0,6% no **PIB** e aumento de 1% na **inflação** anual e a perda de um milhão de postos de trabalho. Ele propôs duas ou três alíquotas (de acordo com o setor). Nese defende que a reforma traga, também, uma desoneração da folha de pagamentos. Para compensá-la, quer um imposto sobre movimentações financeiras, nos moldes da antiga CPMF.

Guilherme Mercês, diretor de Economia da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) citou estudo da entidade segundo o qual as proposta em discussão gerariam um aumento de 84% a mais de 188% na tributação sobre o setor de serviços. Ele afirmou que a entidade apoia a realização de uma reforma como um todo, mas acrescentou que o grande ponto de alerta é a alíquota única na casa dos 25%.

A CNC informou que ainda está trabalhando em estimativas mais detalhadas sobre o impacto no setor de comércio.

A Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasca) entende que a **reforma tributária** deve promover uma simplificação de **impostos**. Entretanto, informou que os setores de comércio e serviços, que

respondem por quase 2/3 dos empregos gerados no país, poderiam ter um aumento significativo na carga tributária, ocasionando uma grande pressão em toda a cadeia varejista.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou não dispor ainda de informações suficientes, dentro dos cenários apresentados, para aferir o impacto no setor financeiro.

Disse apenas que o sistema atual é um entrave para o crescimento, pois reduz a produtividade das empresas, impede a alocação eficiente de recursos e gera um nível de litigiosidade na sociedade sem paralelo nos demais países, tanto nos desenvolvidos como nos emergentes comparáveis ao Brasil. Acrescentou que o setor defende a construção do novo sistema tributário que seja simples, equilibrado e transparente.

Mario Sergio Carraro Telles, gerente-executivo de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), afirmou que a entidade apoia não somente a realização de uma **reforma tributária**, mas também a última versão da **PEC 110** - que tramita no Senado (com IVA dual, um para o governo e outro para estados e municípios).

Segundo ele, um imposto de 25%, estimado pelo governo, representaria redução da carga na média para o setor industrial, um desejo do ministro Fernando Haddad, da Fazenda. Não é possível afirmar que todas as indústrias vão ter redução de carga, declarou Telles. Avaliou que, com o fim da cumulatividade (do sistema atual), a tributação vai melhorar muito, o que se traduz em crescimento da economia e favorece a todos os setores.

A Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) se diz favorável à **reforma tributária** desde que ela resulte em uma simplificação tributária e não onere a atual carga tributária do setor. Acrescentou que terrenos e mão de obra, fundamentais na composição dos custos do setor, não gerarão crédito tributário no futuro IVA.

Dessa forma, pode ocorrer um aumento nos custos de novos imóveis à população, dificultando o combate ao déficit habitacional do Brasil que é de 7,8 milhões de moradias, acrescentou. Por fim, afirmou que em países onde foi adotado o IVA, a construção civil recebeu um tratamento tributário específico.

Coordenador do Núcleo Econômico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Renato Conchon, informou que a entidade apoia a realização de uma **reforma tributária**, mas lembrou que boa parte da produção do setor, destinado a venda externas, ou

produtos da cesta básica, não pagam tributos pelas regras atuais.

Com o início de uma alíquota única de 25%, mesmo com créditos sobre etapas anteriores da produção, ele diz que haverá aumento de carga tributária sobre a cesta básica (exportações seguem desoneradas pelas propostas), o que pode impactar os preços de produtos agropecuários ou perda da renda dos produtores.

Ele defendeu uma alíquota diferenciada para o setor, menor do que 25%, e que os produtores pessoas físicas não seja contribuinte direta do futuro IVA.

Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Pedro Lupion (PP-PR), criticou a ideia de se criar um cashback para famílias de baixa renda e defendeu a manutenção da desoneração dos produtos da cesta básica.

"Nós temos qualquer tipo aumento de tributação sobre a cesta básica que gera impacto no consumidor final lá na frente prejudica muito mais os que mais precisam do que uma proposta de cashback", acrescentou, na ocasião. Ele defendeu alíquotas menores para o setor agrícola. Disse que, em mais de 40 países que adotam o IVA, somente quatro deles não têm diferenciação de alíquota por setores.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/21/reforma-tributaria-setores-da-economia-reclamam-de-aumento-de-impostos-propostas-trazem-valvula-de-escape.ghtml>**

# Reforma tributária marca encontro com deputados

**FELIPE NABINGER**

O temor por parte do empresariado com um possível aumento de **impostos** por conta da **Reforma Tributária** permeou encontro de empreendedores da área de comércio, serviços e turismo com parlamentares da Assembleia Legislativa e da bancada gaúcha em Brasília, nesta segunda-feira, em Porto Alegre. Promovida pela Fecomércio- RS, a reunião-almoço com representantes do legislativo estadual e federal serviu para apresentar a agenda da entidade e uma plataforma colaborativa para auxiliar os parlamentares na formulação de projetos com demandas dos empresários associados.

"Como bancada, temos assuntos que devem ser atendidos conjuntamente. Queremos fazer essa interlocução e tratar desses assuntos. Precisamos entender que há pautas a serem discutidas em conjunto, como a **Reforma Tributária**, que é o grande assunto do momento e precisa ser muito debatido", afirmou a vice-líder da bancada gaúcha no Congresso, deputada federal Any Ortiz (Cidadania), representando o líder, Carlos Gomes (Republicanos).

A deputada vê como um consenso o desejo de simplificação dos **impostos**, mas ressalta o temor de um aumento da carga tributária. "Sabemos a complexidade da questão tributária e quanto isso custa para o micro, pequeno e grande empresário.

Mas que ela (a reforma) não venha com aumento de **impostos**.

É a nossa preocupação." Integrante da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, Any participou, na semana passada, de encontro entre os integrantes da frente e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), para tratar do tema, destacando a importância que assuntos como a desoneração da folha e o aumento do teto do Simples Nacional sejam contemplados.

A deputada relatou que o ministro afirmou que o governo tem alternativas, mas que ela não vê isso na prática. "Levamos nossas preocupações como o aumento do tributo e o que representa o ISS e como vai ficar. Temos que ficar muito atentos. A proposta ainda não foi colocada na mesa e precisará ser muito trabalhada", analisou a deputada.

**PÉ NO FREIO.** Para o deputado federal Alceu Moreira (MDB), o empreendedor "colocou o pé no freio", não só pela questão dos **impostos**, mas por não ver uma política clara que atenda o empreendedorismo por parte do governo federal.

Quanto à reforma, em sua fala no evento, também enfatizou o temor do aumento de **impostos** e que a falta de informação pode levar o governo a repetir erros da gestão atual.

"As duas PECs não são oriundas do Executivo, nasceram de parlamentares. Hoje temos dois projetos para cada um chamar de seu. Não desaprovamos totalmente. O princípio da simplificação que os dois apresentam, somos convergentes.

Claro que precisamos cuidar do não aumento da carga tributária global e setorial", analisou o presidente da Fecomércio- RS, Luiz Carlos Bohn.

Atualmente, tramitam no Congresso a PEC 45/2019, na esfera da Câmara dos Deputados, que serve como base para a reforma defendida pelo governo, incluindo elementos da PEC 110/2019, do Senado, além da PEC 46/2022, conhecida como "Simplifica Já".

Plataforma agregará propostas legislativas

O encontro, que além de empresários do setor, contou com cerca de 20 deputados, entre federais e estaduais, serviu para apresentar a plataforma digital Representa+. "A plataforma permite que o empresário conheça a posição da nossa entidade e opine. É uma novidade nacional. Tornamos dinâmica e fácil a vida do empresariado no posicionamento político", explicou o presidente da Fecomércio- RS, Luiz Carlos Bohn, durante a solenidade.

Ele ressaltou ser um passo adiante em relação à apresentação da agenda legislativa, composta de demandas da classe, entregue a parlamentares desde 2010. Entre os principais temas deste ano, conforme Bohn, estão a defesa da liberdade econômica, redução de burocracia e a terceirização.

Para o gerente de Relações Governamentais da Fecomércio- RS, Lucas Schifino, a plataforma, disponível no site da entidade, facilitará a participação

do empresariado na vida política.

"A ideia é que possam acessar a plataforma, buscar soluções e sugerir novos projetos, tornando-se uma rotina toda vez que ele tiver um problema que não dependa dele, mas do governo e das leis", explicou.

No ar desde julho do ano passado, a Representa+ já teve mais de 17 mil visualizações.

Dos projetos cadastrados com posicionamento da Fecomércio- RS, despontam entre os mais votados como prioridade pelos empresários os que versam sobre a ampliação nos limites de enquadramento ao Simples Nacional e pautas pontuais como a contrariedade à proposta de obrigação de seguro de responsabilidade civil à empresas organizadoras de evento e a defesa do projeto que limita a 15 dias úteis o prazo máximo para a abertura e o fechamento de pequenas empresas.

**Site:** <https://digital2.correiodopovo.com.br/>

# Reginaldo Lopes: "Reforma será excelente para Minas"

**Guilherme Peixoto**

O deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho (GT) criado pela Câmara dos Deputados para debater a **reforma tributária** nacional, crê que as mudanças na lógica de cobrança de **impostos** vão potencializar a economia de Minas Gerais. Reginaldo esteve ontem na sede da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), em Belo Horizonte, para apresentar, a representantes do setor produtivo, as prováveis bases da reforma. Entre os pilares, a proposta para unificar cinco **tributos** ligados a bens e serviços em um tributo único. O novo conjunto de regras, segundo ele, será "bom" para o Brasil e "excelente" para Minas.

A ideia do GT da reforma é apresentar, em maio, os pilares das alterações tributárias. Os planos de Reginaldo preveem a aprovação do projeto sobre o tema na Câmara em dois turnos, ainda no primeiro semestre. Depois do recesso de meio de ano, a proposta chegaria ao Senado Federal. A expectativa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é obter o aval completo do Congresso neste ano.

Durante a passagem por BH, o deputado petista recebeu, do governador Romeu Zema (Novo) e do prefeito Fuad Noman (PSD), sinalizações positivas sobre o conteúdo da reforma. A expectativa é que a **reforma tributária** sirva como alavanca para a diversificação econômica de Minas Gerais. A crença é que a desoneração das exportações ajude o estado a se tornar competitivo. "Minas é o terceiro **PIB** do Brasil, mas o segundo estado em número de indústrias. Isso significa que podemos potencializar muito (o estado), ser exportador de valor agregado e reindustrializar o estado", disse Reginaldo.

Ele previu, também, impactos positivos às contas públicas -atualmente, o estado conversa, com a União, sobre a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), visto pela Fazenda estadual como saída para renegociar dívida de cerca de R\$ 150 bilhões. "Se a economia mineira voltar a crescer, vamos arrecadar mais, gerar empregos e estabilizar o estado do ponto de vista fiscal", emendou.

Nos cálculos do coordenador do grupo que conversa sobre a reforma, as mudanças vão proporcionar crescimento econômico nacional de 12% a 20% em

dez anos. "O país vai ficar mais rico e a renda per capita do povo brasileiro vai aumentar quase R\$ 500", vislumbrou.

Em abril, Reginaldo Lopes vai a São Paulo (SP) conversar sobre a reforma com o governador paulista Tarcísio de Freitas (Republicanos). O apoio dele, de Zema e do governador fluminense Cláudio Castro (PL) à proposta dão tranquilidade ao governo. Segundo o deputado mineiro, o plano é "construir convergências" com chefes dos Executivos estaduais e municipais. O cronograma do grupo de trabalho tributário prevê o dia 11 do próximo mês como a data de anúncio de consensos que devem nortear a construção do texto-base.

"GANHO" As conversas do GT da reforma se amparam em duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) apresentadas na Câmara e no Senado. Em ambas, a simplificação de **impostos** de consumo compõe a lista de pilares. A ideia é substituir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e o Imposto sobre Serviços (ISS) pelo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) ou pelo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS). A conta tem, também, um Imposto Seletivo (IS) extrafiscal.

Anfitrião do encontro desta segunda-feira, o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, disse que a desburocratização tributária vai representar um "ganho" à cadeia produtiva. "Em uma reunião, um empresário disse ter uma companhia de mesmo porte aqui (no Brasil) e nos Estados Unidos. Aqui, ele tem mais de 120 pessoas na área tributária; lá, sete", exemplificou.

A justificativa que coloca a agregação tributária como tendência global é utilizada, também, por Reginaldo Lopes. "O mundo inteiro tributa o consumo com imposto de valor agregado. Não se consegue mais, no século 21, separar o que é uma mercadoria do que é um serviço. A reforma é imperativa para o avanço do Brasil".

MANICÔMIO Mais cedo, na Cidade Administrativa, Romeu Zema recebeu Reginaldo Lopes e garantiu ser "totalmente favorável" às novas regras tributárias.

"Precisamos simplificar o sistema tributário no Brasil e fazer com que quem trabalha e produz fique aplicando seu tempo e esforços na atividade - e não tentando entender esse manicômio tributário que temos aqui", falou. No evento da Fiemg, o Palácio Tiradentes foi representado por Luiz Cláudio Gomes, secretário-adjunto de Fazenda. Ele foi questionado por um empresário presente ao debate sobre a possibilidade de a reforma causar perda de autonomia aos entes federativos, mas negou a hipótese. "Autonomia tributária é definir alíquota, fiscalizar e cobrar. Nada disso está sendo perdido por Minas, pelos municípios ou por qualquer outro estado", minimizou. Entre a agenda com Zema e o encontro na Fiemg, Reginaldo e Newton Júnior se reuniram com Fuad Noman. Nas redes sociais, o prefeito disse ter aproveitado a oportunidade para "ouvir e analisar" as sugestões.

NOVELA As discussões sobre a **reforma tributária** pautam a classe política do Brasil de tempos em tempos há algumas décadas. Segundo Reginaldo, desta vez, o debate está "maduro" o suficiente para ser convertido em leis. "Todas aquelas dúvidas e incertezas foram respondidas. Damos um tratamento (às questões)", garantiu. A reforma prevê, inclusive, mecanismos que, segundo o petista, vão garantir "justiça social". Entre eles, a devolução do dinheiro de imposto pago na compra de mercadorias e serviços - o chamado cashback.

"Precisamos simplificar o sistema tributário no Brasil e fazer com que quem trabalha e produz fique aplicando seu tempo e esforços na atividade - e não tentando entender esse manicômio tributário que temos aqui""

Romeu Zema (Novo), governador

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/03/2023/p1>



# Seletividade tributária como imposição constitucional - OPINIÃO JURÍDICA

*Tathiane Piscitelli é colaboradora do blog Fio da Meada, professora de direito tributário e finanças públicas da FGV Direito SP e doutora e mestre em direito pela Faculdade de Direito da USP*

Uma das pautas prioritárias do governo federal para o primeiro semestre deste ano é a **reforma tributária**. O objetivo é simplificar o sistema e redistribuir a carga tributária para onerar aqueles que detêm maior capacidade contributiva.

No centro dessas ideias estão as propostas de emenda constitucional que visam à unificação da tributação sobre o consumo. Dentre elas, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019 está em estágio mais avançado de tramitação e reflexão.

A essência da PEC 45 é conhecida: a criação do IBS, imposto sobre bens e serviços, que substituiria outros cinco **tributos** (ICMS, ISS, IPI e PIS/Cofins), com alíquota única e sistemática não cumulativa. As críticas direcionadas à PEC são diversas, como o longo período de transição, o maior ônus para o setor de serviços, a ofensa ao regime federativo e o aumento da tributação de produtos essenciais. Neste texto, vou me concentrar em apenas uma questão: a seletividade na tributação do consumo.

A tributação menos gravosa de bens essenciais é medida que se insere no contexto mais amplo da formatação do sistema tributário nacional. Partindo-se da premissa de que as receitas tributárias são fundamentais para a manutenção do Estado e atendimento das necessidades públicas, parece evidente que a distribuição dos ônus e bônus da tributação deve observar o modelo de Estado que a tributação auxilia a manter - no nosso caso, um Estado Social e Democrático de Direito. Por essa razão, há muito defendo que a configuração das normas tributárias deve, necessariamente, observar a justiça distributiva. Tal conclusão é corroborada pelo próprio texto constitucional: nos termos do artigo 3º, dentre os objetivos da República Federativa do Brasil, está a construção de uma sociedade "livre, justa e solidária". Tal construção não se dá apartada dos **tributos** e das formas de tributar.

Elementos de justiça distributiva pelas mãos da tributação estão presentes em diversos dispositivos constitucionais - o princípio da capacidade

contributiva, as exceções ao princípio da uniformidade geográfica, a previsão da tributação de heranças, doações e de grandes fortunas e a progressividade do Imposto de Renda e outros **impostos** são exemplos evidentes disso. A seletividade na tributação do consumo é outra hipótese clara: tanto o ICMS quanto o IPI terão suas alíquotas moduladas à luz da essencialidade do bem objeto de tributação. O abandono da seletividade na tributação do consumo, com a adoção de uma alíquota uniforme (e elevada) se afasta desse comando constitucional.

Defensores da medida costumam apoiar-se no argumento da neutralidade na tributação do consumo, além de apontarem que a simplificação implicaria maior eficiência econômica. A solução para compensar a maior tributação sobre tais bens seria a devolução do tributo (nesse caso, o IBS) à população de baixa renda.

Contudo, a devolução dos valores não pode ser a única medida para assegurar a tributação adequada de produtos essenciais. Em primeiro lugar, porque não há um consenso em torno daqueles que seriam elegíveis para receber o benefício. Além disso, haveria muitos problemas práticos na efetivação da medida: apenas os beneficiários de programas de distribuição de renda receberiam a devolução? Como lidar com a diferença de renda per capita nas diversas regiões do país? Qual seria a periodicidade da atualização do piso de remuneração daqueles que receberiam o IBS de volta, considerando a **inflação**? A devolução seria imediata? Em caso negativo, os valores seriam corrigidos pela **inflação**? E, ainda, qual a fonte orçamentária respectiva? Sem isso, o contribuinte mais pobre corre o risco de levar um passa-moleque do Estado: "pague mais agora pelo arroz, o feijão e o açúcar; um dia a gente te devolve alguma coisa".

Esses pontos precisam ser enfrentados para que possamos começar o debate em torno da reforma da tributação do consumo à luz desse tópico bastante específico e que está na agenda do governo atual: a realização da justiça distributiva pelas mãos da tributação. Sobre isso, inclusive, é comum que se alegue que a tributação do consumo não é o locus de realização de justiça no sistema tributário. Ainda que esse argumento tenha bases teóricas sólidas, reforce-se, devemos olhar para ele sob o ponto de vista que a Constituição de 1988 adotou: a seletividade

necessária da tributação do consumo é índice irrefutável da incorporação dos ditames de justiça em todo o sistema tributário nacional. Além disso, a adoção de benefícios tributários para bens essenciais é também forma de mitigar a regressividade econômica inerente a essa base tributária.

Por isso tudo, no caminhar das discussões sobre a unificação da tributação do consumo, é fundamental que o governo, se pretender seguir com sua vocação de priorizar pautas relacionadas com a redução da desigualdade, ocupe-se de assegurar a manutenção da tributação mais favorecida aos bens essenciais, com a incorporação desse princípio aos serviços de mesma natureza. Vale notar que as duas estratégias não se excluem: a tributação minorada de produtos essenciais é compatível com eventual devolução dos **tributos** eventualmente incidentes para a população de baixa renda, se for o caso. Antes, porém, faz-se fundamental responder às questões colocadas acima, como forma de assegurar a efetividade da medida e a existência de benefícios concretos à parcela mais vulnerável de nossa população.

Tathiane Piscitelli é colaboradora do blog Fio da Meada, professora de direito tributário e finanças públicas da FGV Direito SP e doutora e mestre em direito pela Faculdade de Direito da USP

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187497>

# Pesquisa mostra preocupações com a reforma

Joice Bacelo De São Paulo É praticamente unânime entre as empresas a necessidade - e urgência - de simplificar o sistema tributário brasileiro. Mas mudanças também geram preocupações. O que mais vem tirando o sono dos empresários, quando se fala em reforma, é o risco de haver aumento de custos.

Há preocupação com a perda de benefícios fiscais e com os créditos acumulados nas operações que são feitas atualmente ou que foram obtidos por meio de decisões judiciais e hoje servem como moeda de pagamento de **tributos**. São questões que, dependendo do tamanho do impacto, podem interferir diretamente no rumo dos negócios.

Os empresários também estão apreensivos com o quanto terão que desembolsar com a transição do modelo atual para o novo.

Eles terão que investir em novos sistemas e, provavelmente, em mais mão de obra especializada.

As empresas gastam, atualmente, cerca de 1,2% do faturamento com gestão tributária. Durante o processo de transição - que pode levar de cinco a sete anos, segundo as propostas que estão na mesa - dois modelos estarão rodando ao mesmo tempo. Serão necessários, portanto, dois sistemas e profissionais com conhecimento nos dois modelos, o atual e o novo.

"Com certeza, em termos de complexidade, vai piorar antes de melhorar", diz Luiz Rezende, sócio-líder de consultoria tributária da Deloitte.

Essas preocupações constam na edição de 2023 da pesquisa Tax do Amanhã, da Deloitte, que será divulgada hoje ao mercado. O estudo contou com a participação de presidentes, diretores e gerentes de 116 empresas que atuam em todas as regiões do país. Revela como esse grupo lida com o sistema atual e as perspectivas para a **reforma tributária**.

A imensa maioria dos participantes - 93% - respondeu que têm expectativa em relação à reforma.

Eles esperam, principalmente, simplificação de **tributos** e redução de obrigações acessórias.

Os participantes também se posicionaram sobre as Propostas de Emenda Constitucional (PEC) que

concentram as discussões: a 45, da Câmara dos Deputados, e a 110, do Senado. Para a maioria - 56% -, a PEC 45 é a que mais agrada. Essa proposta substitui PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS por um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O modelo previsto na PEC 110 é diferente. Haveria o que está sendo chamado de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual: ICMS e ISS, geridos por Estados e municípios respectivamente, seriam substituídos pelo IBS, enquanto que o PIS e a Cofins virariam Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).

"A resposta que tivemos em relação à expectativa das empresas, por o máximo de simplificação possível, está coerente com a realidade que se tem hoje", afirma Gustavo Rotta, sócio de consultoria tributária da Deloitte.

"Grandes empresas gastam, em média, 43 mil horas por ano com gestão tributária", ele frisa, levando em conta os dados da pesquisa.

Toda complexidade do sistema tributário está no colo dos contribuintes.

Precisam conhecer e interpretar as leis, declarar e pagar os **tributos** e tem ainda que esperar cinco anos para ter a certeza de que fizeram tudo certo e não correm mais riscos de autuação.

Não é à toa, portanto, o clamor do empresariado por menor complexidade.

"Só que o jogo tem que estar muito bem combinado para que o contribuinte não seja pego no contrapé", enfatiza Gustavo Rotta.

A pesquisa da Deloitte mostra que 95% dos participantes estão preocupados com a transição da **reforma tributária**. O que mais gera tensão - com 60% dos votos - são custos não previstos.

Em segundo lugar, com 40%, aparece a preocupação com falta de segurança jurídica. A questão, aqui, está relacionada com a forma como o Judiciário interpretará as novas normas em caso de embate entre Fisco e contribuinte.

Em terceira e quarta posições - com 42% e 38% dos

votos, respectivamente - são citados o medo da perda de benefícios fiscais e dos créditos acumulados ou obtidos por meio de decisões judiciais (nos casos de cobranças indevidas do governo).

A PEC 45 e a PEC 110 tratam essas questões de formas diferentes. A 45 não permite a concessão de benefícios fiscais. Mas prevê regimes diferenciados para alguns negócios: venda de imóveis, serviços financeiros, combustíveis e lubrificantes.

Já a 110 prevê isenção ou adoção de alíquotas reduzidas. O benefício seria exclusivo a segmentos socialmente relevantes: agronegócio, produtos da cesta básica, gás de cozinha para uso residencial, educação, saúde, medicamentos, transporte público coletivo e entidades beneficentes.

Prevê, além disso, a criação de regimes diferenciados (semelhante ao que se vê na PEC 45).

Na pesquisa da Deloitte, 67% dos participantes entendem que os benefícios deveriam ser mantidos.

Luiz Rezende e Gustavo Rotta, do time de consultoria tributária, contextualizam que as empresas que têm incentivos desenharam os seus negócios contando com eles e, se perderem, vão ter que rever as estruturas e pode ser que determinados ativos não façam mais sentido.

Breno Vasconcelos, tributarista e professor no Insper, afirma que os benefícios estaduais já estão - no modelo atual - em fase de gradativa redução. Ele cita que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionais incentivos concedidos sem a aprovação do Confaz e depois desse julgamento uma lei complementar regulamentou a questão.

"E tem um segundo ponto importante.

Tanto na PEC 45 como na 110 não vai haver uma virada de chave imediata. Não é no ano em que as empresas vão perder todo o benefício", frisa.

Em relação aos créditos fiscais, a imensa maioria dos participantes da pesquisa da Deloitte - 90% - entendem que a possibilidade de monetização é fundamental para que o novo modelo tributário tenha a confiança do empresariado.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187497>

# Grandes empresas questionam na Justiça R\$ 559 bi em tributos

*Zínia Baeta e Beatriz Olivon De São Paulo e Brasília*

As 19 maiores empresas abertas não financeiras brasileiras questionam na Justiça a cobrança de R\$ 559 bilhões em **tributos** pela União, Estados e municípios. O montante representa 74,3% das estimativas com ações judiciais em geral - quando consideradas as contingências nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2022, segundo levantamento do Valor Data.

Os valores envolvidos nesses processos apontam, segundo especialistas, para um quadro preocupante, em comparação com outros países, e demonstram a necessidade de uma reforma no sistema tributário nacional. Por aqui, essas disputas pesam 17 vezes mais para as empresas do que no exterior, conforme estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Insper.

Para algumas companhias, as contingências fiscais representam mais de 90% do total de disputas indicadas em seus informes financeiros.

Esse é o caso da Gerdau (91,3%), Ambev (97,5%), Grupo Pão de Açúcar (92,5%), Sendas Distribuidora (93,3) e Natura (90,5%). O volume de processos fiscais é formado principalmente por disputas sem provisionamento, em razão de não haver chance de perda provável na avaliação das companhias.

Um dos motivos para esse peso relevante das disputas tributárias está na complexidade da legislação, segundo Nelson Machado, professor de economia na FGV e diretor no Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), think tank que elaborou o texto original da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45.

O texto propõe a substituição do PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI por um imposto sobre bens e serviços (IBS).

Levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) mostra essa complexidade.

Hoje estão em vigor 39 mil normas tributárias no Brasil. Foram editadas por União, Estados e Distrito Federal e municípios, que hoje cobram 64 **tributos** - entre **impostos**, contribuições, fundos e taxas.

É cobrado o ICMS sobre a circulação de mercadorias

e ISS sobre serviços, uma separação que era relativamente fácil há 50 anos, mas que hoje gera um contencioso considerável sobre qual tributo deve ser pago em cada situação, avalia Machado.

"Nosso sistema é tão caótico que ele produz e aumenta a litigiosidade." O professor lembra que a cobrança de ICMS por 26 Estados mais o Distrito Federal ainda dá margem para a guerra fiscal, que pode levar uma empresa a decidir se instalar em um Estado pelos benefícios oferecidos. "O imposto não deveria induzir à decisão de se instalar em um ou outro lugar." Mas não é nem o ICMS nem o ISS o campeão do contencioso. Hoje o IPTU se destaca com o maior volume de ações - cerca de 25% do total (528.175 processos), conforme a pesquisa CNJ/Insper.

Os campeões federais e também mais significativos para empresas abertas, com base no estudo, são contribuição previdenciária (8,2%, um total de 174.128 processos), o PIS e Cofins, com 5,8% (122.868) e 5,5% (117.135) do total das ações tributárias.

Advogado tributarista e head de estudos do IBPT, Gilberto do Amaral lembra que, além da insegurança jurídica, a complexidade do sistema tributário nacional traz forte impacto ao caixa das empresas. De acordo com levantamento da entidade, as empresas gastam por ano, em média, 1,2% do faturamento bruto para administrar e executar as normas tributárias.

"A empresa não sabe direito que regra aplicar, o que gera custos enormes de compliance", diz Eurico Diniz De Santi, sócio e diretor do CCiF. O professor destaca que a Receita ainda delega ao contribuinte a prerrogativa de interpretar a legislação e tem cinco anos depois disso para verificar se há algum erro e fazer uma autuação fiscal, o que é mais uma insegurança para as empresas.

"Às vezes o passivo tributário é maior que o patrimônio líquido da companhia. Isso a desvaloriza." Para a União, a conta também é alta. A soma do impacto estimado das ações judiciais tributárias, com classificação de risco possível, que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ), é de R\$ 862,9 bilhões, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023.

Só discussões tributárias federais na esfera administrativa somam cerca de R\$ 1trilhão, considerando apenas os valores que estão no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Há ainda outra conta, dos valores em que a dívida já foi confirmada na esfera judicial - ou nem chegou a ser discutida - mas ainda não foi paga: são os R\$ 2,7 trilhões inscritos em dívida ativa.

Considerando o tempo médio de uma disputa fiscal no Brasil, as empresas desembolsam valores "exorbitantes" para a sua manutenção - seja com taxas judiciais, custos com perícias, gastos com escritórios de advocacia e custos com garantias -, afirma a Ambev em nota ao Valor. A companhia destaca ainda a existência de um "custo intangível", em virtude dos impactos reputacionais sofridos por uma empresa que carrega uma disputa fiscal em seu balanço.

De acordo com a companhia, a maior parte do contencioso brasileiro decorre de divergências de interpretação da **legislação tributária**. "Isso decorre, em especial, da complexidade da nossa legislação", diz. Para a Ambev, uma **reforma tributária** que traga previsibilidade, simplificação e clareza seria um passo importante para redução do contencioso e aumento da segurança jurídica do país, com a melhoria do ambiente tributário, tornando o Brasil mais atrativo para investimentos.

Um executivo de outra grande empresa que atua em diferentes Estados ouvido pelo Valor destaca a dificuldade em lidar com as divergências entre normas estaduais, em especial. Uma atividade corriqueira, a transferência de mercadorias entre Estados, afirma, pode gerar autuações gigantes, por causa de divergências entre os governos.

"Quem eu desagradar cobra uma multa imensa e, às vezes, com processo criminal de sonegação fiscal", diz. Ele explica que, mesmo com centenas de pessoas dedicadas ao pagamento de **impostos**, há dificuldade em precificar produtos.

Entrevistas anônimas feitas na pesquisa CNJ/Insper mostram as diferenças entre o cenário nacional e o internacional. Uma empresa, por exemplo, citou que tem 1.476 processos tributários no Brasil e 16 no exterior, distribuídos por 14 países.

Para Breno Vasconcelos, advogado tributarista e professor no Insper, apesar de ser uma amostra pequena e envolver empresas que, provavelmente, têm operações maiores no Brasil, é um indício de que o contencioso brasileiro é complexo.

Heleno Torres, titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo (USP), considera ser

necessário simplificar e resolver o sistema tributário nacional. Mas defende que essa reforma deveria ser feita por fases - partindo pelo PIS/Cofins.

Por serem contribuições, acrescenta, as mudanças poderiam começar a valer em 90 dias. A ideia seria unificá-las. A desoneração da folha de pagamentos também entraria nessa primeira fase. A segunda fase, viria em 2024, com a reforma para unificar os **impostos**.

Para a sócia do Demarest Advogados, Priscila Faricelli, é preciso também uma reforma do contencioso fiscal. "Para uma empresa se defender na Justiça, ela precisa apresentar uma garantia integral (do valor cobrado).

Se for um processo de bilhões, é algo inviável até para grandes empresas", diz, acrescentando que outra questão a ser discutida são os valores das multas, que podem chegar a 150%. "Um auto de infração que começa em R\$ 100 milhões, facilmente chega a R\$ 450 milhões." Procuradas pelo Valor, as empresas Gerdau, Pão de Açúcar e Sendas Distribuidora não quiseram comentar o assunto.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187497>

# Zema apoia reforma tributária: Estamos juntos, deputados"

**LUCAS NEGRISOLI, Pedro Augusto Figueiredo**

Prefeito celebrou fato de finalmente haver um projeto com chance de vingar

O governador de Minas, Romeu Zema (Novo), e o prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), declararam apoio às duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que tratam da **reforma tributária** e estão em discussão na Câmara dos Deputados. O texto é uma mistura de duas PECs apresentadas pelo Grupo de Trabalho (GT) para tratar do tema, liderado pelos deputados federais mineiros Reginaldo Lopes (PT) e Newton Cardoso Jr. (MDB), que estiveram ontem na capital para encontros que fazem parte de uma série de reuniões estaduais para buscar apoio de prefeitos e governadores.

O governador reforçou o apoio em vídeo acompanhado dos parlamentares. "Recebendo a proposta da **reforma tributária** dos nossos deputados aqui, Reginaldo Lopes e Newton Cardoso, e quero frisar que estou totalmente favorável. Precisamos de justiça no sistema tributário no Brasil. Precisamos fazer com que quem trabalhe e produz fique aplicando o seu tempo, os seus esforços, na atividade, e não tentando entender este manicômio tributário que foi criado no Brasil. Estamos juntos, deputados. O Brasil cresce, e todos ganham", definiu Zema.

O momento é emblemático. É a primeira aparição pública em que o chefe do Executivo mineiro pontua um alinhamento tão claro com seu opositor Lula (PT), o que, na análise de Lopes, demonstra que a **reforma tributária** do petista é "uma reforma de Estado, não de governo". Além disso, o parlamentar crê que, caso a proposta siga sendo vista com bons olhos pela oposição, há mais chances de que ela não sofra problemas na tramitação.

"A reforma vai corrigir essas distorções, dando mais segurança, transparência e eficiência à economia brasileira. As exportações, sobretudo de Minas, ficarão mais competitivas. Desta forma, o Estado passará a atrair mais investimentos e a gerar mais empregos", pontuou Zema.

"O apoio de Zema demonstra que é uma reforma de Estado, não de governo. A reforma que defendemos dá a possibilidade de Minas diversificar a economia.

Tudo que gastar nos processos será abatido no recolhimento do imposto. Isso faz o Brasil crescer e permite que, a partir daí, Minas, que é um pequeno Brasil, também possa crescer", opina Lopes.

PBH. O prefeito Fuad Noman afirmou que a capital terá "posição de total apoio" às Propostas de Emenda à Constituição (PECs). "Preciso estudar um pouco mais, mas essa reforma é o caminho certo. Depois de tantos anos, temos pelo menos um projeto que é capaz de ir a plenário, ter uma votação e resolver o problema, tão complexo para o país. Acho que nossa posição será de total apoio", reforçou o prefeito.

Entenda

- O texto final da **reforma tributária** será uma síntese de duas PECs - 45/2019 e 110/2019. Elas propõem a unificação de cinco **impostos** - IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS. A PEC 45 prevê a junção em um tributo, do tipo Imposto sobre o Valor Agregado (IVA). No Brasil, ele recebeu o nome de Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS). A arrecadação do IBS seria redistribuída aos governos federal, estaduais e aos municípios. Já a PEC 110 propõe dois IVAs, o IVA Dual. O IBS, que iria para Estados e municípios, e a Contribuição sobre Operações com Bens e Prestações de Serviços (CBS), que seria um imposto federal.

- As propostas preveem o Imposto Seletivo (IS), com tributação maior para produtos prejudiciais à saúde, como cigarros. As duas possuem uma trava que impede o aumento da carga tributária. Outras alterações importantes são o fim da tributação sobre exportações e a mudança da tributação da origem (onde o produto é fabricado) para o destino (onde ele é consumido).

"Reforma é boa para o país e excelente para MG", diz Lopes

A proposta de **reforma tributária** discutida no Congresso aumentará a competitividade das indústrias de Minas e reduzirá as desigualdades econômicas entre as diferentes regiões do Estado. Essa é a projeção do coordenador do grupo de trabalho sobre o tema, o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG).

Ele se reuniu ontem com os diversos sindicatos que fazem parte da Federação das Indústrias do Estado de

Minas Gerais (Fiemg) para apresentar as propostas. A expectativa de Lopes é que a reforma seja aprovada em 2023. E, segundo ele, a **reforma tributária** fará o **PIB** brasileiro crescer de 12% a 20% nos 15 anos seguintes à sua aprovação. "Essa reforma é boa para o país, mas é excelente para Minas", disse ele após a reunião com a Fiemg.

"Minas precisa diversificar sua pauta (econômica). Atualmente, é um Estado exportador de produtos primários e semielaborados. Quando você desonera a exportação, significa que podemos potencializar muito e ser exportador de (produtos com) valor agregado e reindustrializar Minas", disse.

Fiemg. O presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, declarou que a instituição apoia a reforma, mas ressaltou que é necessário que algumas premissas sejam mantidas, como que não haja aumento da carga tributária.

"A segunda não é condicionante, mas é um desejo nosso, é uma solução para a tributação sobre a folha. É uma tributação perversa, que tributa o emprego e o trabalho dos brasileiros. Isso é muito ruim", disse.

**Site:** <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>



# Regra fiscal pode redirecionar a economia, projeta FGV Ibre

**Marsílea Gombata De São Paulo**

Agentes econômicos estão em compasso de espera por detalhes do novo arcabouço fiscal. A expectativa é grande: o conjunto de regras fiscais do novo governo pode contribuir para um cenário mais otimista de crescimento neste ano, assim como o de afrouxo monetário. Tudo indica que podemos estar em meio a um momento de redirecionamento da trajetória da economia, afirma o Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Em sua edição de março, o boletim afirma que o ano de 2023 pode ser melhor do que o esperado até agora se o governo apresentar um arcabouço crível, com algum dispositivo como revisão de gastos, e aprovar a **reforma tributária**.

"Mesmo com todos os desafios do momento, seria possível ter um resultado um pouco melhor para 2023 e, principalmente, para os próximos anos. Sem dúvida, a definição do novo arcabouço fiscal e a aprovação de uma **reforma tributária** bem desenhada são cruciais para caminhar nessa direção", afirma o boletim. "Se conseguirmos recuperar a sustentabilidade fiscal e, ao mesmo tempo, aprovar uma **reforma tributária** bem feita, poderíamos elevar os ganhos de produtividade na economia, que continuam muito negativos." A expectativa se dá também em relação ao grau de ambição da reforma, ou seja, "os resultados que esse novo arcabouço espera gerar nos próximos anos, em termos de retomada dos superávits primários e da sustentabilidade da dívida pública", diz o texto.

Segundo o boletim, um elemento que poderia contribuir para uma maior aceitação da nova regra seria a adoção de uma revisão contínua dos gastos públicos ("spending review"), o que poderia elevar sua eficiência ao longo do tempo. Se houver forte apoio político ao desenho do novo arcabouço, acrescenta, maior a capacidade de ancorar as expectativas.

"Precisamos saber se está gerando uma trajetória da dívida sustentável.

A ideia é que tenha controle de gastos, alguma expectativa nessa linha, talvez segundo o **PIB** per capita", diz Silvia Matos, coordenadora da Boletim Macro.

Na seção sobre política fiscal, o boletim foca na grande ansiedade sobre o anúncio do novo arcabouço fiscal e a estratégia planejada de política fiscal do governo.

"No arcabouço fiscal apresenta-se o conjunto de regras que serão utilizadas para elaboração do orçamento e sua condução nos próximos anos. A estratégia de política fiscal reflete como o governo combinará suas prioridades políticas com a sustentabilidade da dívida pública e uma estratégia de crescimento", escreve Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre, ao destacar que são coisas com interseções, mas bastante diferentes.

Ele argumenta que o anúncio do novo arcabouço fiscal deve produzir impacto nas taxas de juros.

"Primeiro, elimina-se uma fonte de incerteza com relação ao compromisso político do governo com a trajetória das contas públicas.

Assim, o prêmio de risco cai", diz.

"Segundo, o impacto da política fiscal sobre a demanda agregada se torna mais previsível e, na hipótese de um arcabouço que oriente a gestão governamental em uma trajetória corretiva de endividamento, as taxas de juros também devem cair porque isso significaria um orçamento contracionista, o que reduz a pressão sobre a taxa de **inflação**", continua.

A seção lembra que o governo apresentou uma série de medidas que buscavam zerar o déficit primário, apesar de as autoridades reconhecerem que seria difícil conseguir que tais medidas atingissem o efeito esperado.

Considerando o impacto das medidas anunciadas, eles projetam que o déficit primário federal em 2023 fique em torno de 0,9% do **PIB**, a partir de uma combinação de 18,7% do **PIB** de despesa primária e 17,8% do **PIB** de receitas primárias líquidas.

O autor afirma que para zerar o déficit primário em 2024, partindo de um déficit de 0,9% do **PIB** neste ano, seria necessário elevar a arrecadação em

aproximadamente 0,7 ponto percentual do **PIB**.

"É um esforço factível, mas que não depende apenas das variáveis que o governo controla, pois a arrecadação dependerá das medidas que o governo adotará e que dependerão, por sua vez, de aprovação no Congresso", afirma Pires.

Ele acrescenta que uma conjuntura desfavorável pode tornar a tarefa mais difícil, sendo necessário adotar algum tipo de regra de contingência ou cláusula de escape.

"Teremos meta de superávit?"

Se as despesas crescem, com alguma taxa em função do **PIB** per capita, como serão as receitas no ano que vem? Esses são pontos importantes para se pensar na sustentabilidade futura da dívida", afirma Silvia.

O boletim chama atenção para a possibilidade de a turbulência financeira lá fora e o anúncio do novo arcabouço fiscal aqui no Brasil contribuírem para mudança de rumo da condução da política do Banco Central.

José Julio Senna, que chefia o Centro de Estudos Monetários do FGV Ibre, argumenta que, para ter algum peso na política monetária, a divulgação do novo arcabouço precisará realmente empolgar e promover sensíveis alterações nos principais fatores que hoje condicionam as ações do BC, como expectativas de **inflação** de curto e médio prazo, juros reais das Notas do Tesouro Nacional (NTN-Bs), turbulências financeiras observadas nos mercados americanos.

"Para que a divulgação do novo arcabouço fiscal venha realmente a fazer diferença, será preciso que os fatores acima listados sejam efetivamente afetados pelo anúncio, de maneira sensível e, obviamente, favorável", afirma Senna. "Sem isso, o tão esperado alívio (expressivo) na condução da política monetária levará um pouco mais de tempo para se materializar." Em relação à atividade, o FGV Ibre lembra que no Brasil e em diversos outros países da América Latina o crescimento ficará abaixo do potencial em 2023. A desaceleração é generalizada e as expectativas de **inflação** permanecem elevadas, sem muito espaço para estímulos monetários, ressalta.

"Com tanta incerteza, não tem perspectiva de crescimento sem custo. Se vier mais crescimento, será com mais **inflação** e juros. Menos crescimento significa menos **inflação**. Não é um cenário muito positivo. Até a queda de juros, se ocorrer [agora] por questões internacionais, não seria por um bom motivo", diz Silvia. "É um ciclo muito diferente de

outros, e isso é desafiador para o Brasil e para a América Latina como um todo." O FGV Ibre projeta continuidade da desaceleração da atividade em 2023, com sondagens confirmando enfraquecimento da atividade.

Por causa do bom desempenho da agropecuária, a projeção para o crescimento do **PIB** no primeiro trimestre é de 1,0% em relação ao último trimestre de 2022.

Mas para o ano a projeção é de crescimento de 0,3%, devido os "efeitos acumulados da política monetária contracionista, a desaceleração da economia mundial e o elevado grau de incerteza na economia mais que compensando as medidas expansionistas de política fiscal".

"Os indicadores de alta frequência de crédito ampliado e de condições financeiras mostraram sinais de desaceleração desde o fim de 2022. Com relação ao crédito, essa tem sido especialmente intensa neste início do ano", diz o boletim. "Há uma tendência negativa principalmente relacionada aos serviços, que foram o grande destaque da atividade no ano passado." Para janeiro, as projeções ainda mostram sinais de resiliência nos principais setores da economia, mas dados preliminares de março dão um tom negativo, que deve permanecer durante o ano todo, alerta o FGV Ibre.

"O primeiro trimestre é o falso positivo em termos de crescimento, pois tudo é de agropecuária", afirma Silvia. "Os indicadores na parte de consumo de bens e serviços pelas famílias entram em março mostrando desaceleração. É a perspectiva, dado o aperto do crédito e das condições financeiras." Os índices de confiança acompanham o pessimismo, dando continuidade à trajetória de desaceleração no início do ano, de forma disseminada entre setores e segmentos. Apesar de a prévia de março sinalizar possível redução do pessimismo para os próximos meses, esse movimento deve ser interpretado com cautela.

"Uma prévia das sondagens feita (...) até o dia 13 indica que a confiança empresarial pode voltar a subir em março, novamente puxada pela diminuição do pessimismo com a evolução futura da economia e dos negócios", escrevem os economistas Anna Carolina Gouveia, Stefano Pacini e Viviane Seda Bittencourt, na parte sobre expectativas de empresários e consumidores do boletim.

"A única coisa que pode ajudar bastante é nos tornarmos domesticamente um país solvente, com capacidade de pagar a dívida, gerar superávit e ter política social com sustentabilidade fiscal", conclui Silvia.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187497?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187497?page=1&section=1)**

# Tributação simplificada faria economia crescer, defende Pedro Passos

## **Reforma Tributária Mônica Scaramuzzo De São Paulo**

O empresário Pedro Passos, um dos acionistas da empresa de beleza Natura, vê urgência na aprovação da **reforma tributária** em discussão no Congresso e acredita que um sistema simplificado e menos agressivo deverá estimular o crescimento do país. Para ele, é preciso enfrentar barreiras setoriais e pensar no desenvolvimento regional de outra forma.

"A gente tem um caos tributário que só vem piorando a cada ano que passa. O sistema atual está totalmente disfuncional", diz Passos. O empresário entende que a pauta sobre a reforma é ampla. "É preciso separar as discussões da reforma do imposto sobre consumo e a do Imposto de Renda", argumenta.

Para ele, o governo Luiz Inácio Lula da Silva tem a grande oportunidade de colocar o tema em debate e conseguir aprovação no Congresso. "Espero que haja capital político para reforma do consumo, que está mais madura." À frente das discussões, o ministro da Economia, Fernando Haddad (PT), espera colocar a reforma em votação entre julho e julho. "Vejo uma predisposição do Congresso. Os Estados apoiam, em sua maior parte, há algumas resistências de municípios, mas parece que tem um consenso razoável." Para Passos, é preciso conseguir fazer uma reforma moderna, e o governo tem sinalizado o tema como prioridade. Segundo ele, vai ser um grande avanço se o país conseguir aprovar a simplificação dos **tributos**, atualizando práticas comuns em centenas de países e que usam a estrutura do imposto sobre valor adicionado, consolidando o consumo num único imposto. "É assim que os países têm feito. É uma simplificação muito importante. Hoje no Brasil tem uma fragmentação de **impostos** - IPI, ICMS, PIS/Cofins - com bases de incidências diferentes, que gera uma profunda confusão, inclusive de alíquotas." Passos reforça que o valor do contencioso tributário é da ordem de 75% do **PIB**. "É um valor muito alto, que mostra que tem alguma coisa errada. Essa insegurança jurídica trava os investimentos no país." O empresário é favorável à PEC 45, mas acredita que tanto ela como a PEC 110 podem contribuir para reduzir o caos tributário do país. As PECs 45 e 110 propõem que ICMS, PIS/Cofins e Imposto Sobre Serviços (ISS) sejam substituídos por um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A principal diferença é que a PEC 45 propõe um IBS único, ou Imposto sobre

Valor Agregado (IVA), para governos federal, estaduais e municipais. Já a 110 sugere um IVA dual, um para a União e outro para Estados e municípios. Há também diferenças menores, ligadas a benefícios fiscais e intervalo de transição do modelo atual para o novo.

"A gente evitaria uma série de problemas que tem hoje, inclusive o custo para pagar o imposto. O Brasil é um dos países mais caros do mundo. Tem de partir para o IVA, tem de partir para a simplificação de **impostos** e unificação das alíquotas, que mexe com o **interesse** de setores. [Esse último] é um tema importante que a gente precisa discutir", diz o empresário.

Outro ponto importante da reforma é o princípio de recolhimento no destino, segundo o empresário. "Em vez de ser no Estado de origem, seria no Estado que compra a mercadoria, bem ou serviço. Acho que essa unificação no destino evita uma série de problema de guerra fiscal, que hoje está presente. Com isso, a gente aumenta a transparência, melhora as questões federativas e complexidade devido ao número de **impostos** e diferentes alíquotas. A base tributária é muito complexa e produz distorções alocativas. Uma empresa que vende o mesmo produtos por canais diferentes paga **impostos** diferentes." O empresário diz que há um consenso do setor privado de que a **reforma tributária** vai estimular maior crescimento do país. Passos defende e acompanha mais de perto a PEC 45, que foi elaborada pelo atual secretário especial para a **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. "Unifica os **impostos**, não gera cumulatividade, não onera os investimentos. Tudo que você compra credita, tudo que sai do estabelecimento, você debita, seja serviços, seja bens. Não incide sobre exportações, importações. A PEC 45 me parece bastante positiva. Mas a PEC 110 também vai nessa direção, mas com algumas diferenças." Um dos fundadores da Natura, com unidades em vários países, o empresário diz que o Brasil tem o regime tributário mais complexo. "Estou há 40 anos na Natura. Não existe nenhum país parecido com essa complexidade tributária, mesmo na América Latina. O custo tributário e o contencioso são muito grandes", diz.

Passos prevê que as discussões da reforma enfrentarão resistências de alguns setores, mas que

há um consenso de que a mudança do sistema tributário é necessária. "O setor agrícola paga muito menos **impostos** que outros. A indústria é mais onerada hoje, representa 10% do **PIB** e representa 20% da arrecadação dos **impostos**. Obviamente essa mudança vai ter uma readequação entre setores e, sem dúvida nenhuma, há de se estabelecer um regime de transição para que se possa evoluir. E isso é previsto no projeto." De acordo com Passos, é preciso enfrentar essa agenda, uma vez que o mundo todo adota alíquota uniforme para os setores da economia. "O benefício será para todos os setores e vai tirar uma trava importante dos investimentos e desenvolvimento do país." Pelas regras atuais, segundo ele, a população mais pobre consome mais bens do que serviço e proporcionalmente paga mais imposto que os ricos, que consomem mais serviço. "É importante equalizar alíquotas intersetoriais. Não há motivos para tantos puxadinhos de regimes especiais", afirma.

O sistema atual provoca insegurança jurídica para investimentos. "Seria um grande passo do governo se ele usar seu poder político para poder fazer essa coordenação para aprovar a reforma. Os projetos estão maduros, existe um consenso entre os Estados, ainda há umas dúvidas federativas, resistências de parte dos municípios, vamos passar por barreiras setoriais e teremos de pensar o desenvolvimento regional de outra forma, mas vamos evoluir", afirma o empresário.

Para ele, é preciso rediscutir os incentivos fiscais. "Não é possível que a Zona Franca de Manaus, por exemplo, impeça uma **reforma tributária**. Temos de ver que o tratamento diferenciado que podemos dar para toda a Amazônia. Até redesenhando, talvez, a forma como a gente encara a Zona Franca de Manaus, seu escopo e objetivo." Ele defende incentivos regionais para diminuir as diferenças do país. "Não há dúvidas que é preciso. Porém, o mecanismo tem de ser outro. O atual é impeditivo. Na Zona Franca, por exemplo, está muito baseado no IPI. É um imposto velho, que para no meio da cadeia produtiva. Portanto é cumulativo. Então, precisamos acabar com isso." Uma outra questão que deve ser discutida em um segundo momento é a reforma do Imposto de Renda. "Precisamos melhorar a progressividade do IR. Quando você compara com outros países, o Brasil arrecada proporcionalmente mais na área de consumo e menos na área no IR, que é um imposto direto mais justo porque quem recebe mais deveria pagar mais. Mas há distorções, com rico pagando menos que o assalariado, várias exceções, lucro presumido, incentivo para dedução de escola, medicina da classe média, enquanto o pobre vai para o Sistema Único de Saúde (SUS)." Passos também defende tributação sobre dividendos, mas pondera que seria preciso baixar a alíquota total sobre as

empresas, que, em média, é de 34% no Brasil, enquanto a média mundial é de 20%. "Sou totalmente favorável à tributação de dividendos como condicionante de que o tributo corporativo caia." O ideal é que o governo tenha capital político para fazer as reformas sobre consumo e Imposto de Renda, além do regime fiscal. "Tem de usar o capital político agora porque é difícil fazer reformas nos últimos dois anos de governo. Mas vai depende da popularidade de governo e de articulação no Congresso."

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

# Haddad se reúne com Guimarães e Wagner para discutir texto do arcabouço fiscal

*Kelly Hekally - Especial para Correio*

Os líderes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Câmara e no Senado se reúnem na manhã desta segunda-feira (20/3) com o titular da Fazenda, Fernando Haddad (PT), para discutir o texto do arcabouço fiscal. A proposta, que deve ser enviada formalmente ao Congresso no começo do mês que vem, pode ter, ainda nesta semana, o teor posto à apreciação de líderes da Câmara, por onde deve começar a tramitar.

O projeto, ao ser apresentado, terá que passar pelo menos pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e Comissão de Finanças e Controle (CFT). As duas são presididas pelo PT. Conforme agenda oficial do ministro, os encontros ocorrem separadamente, no prédio do ministério.

O deputado José Guimarães e o senador Jaques Wagner, ambos do PT, costuram nas Casas, além da aprovação da **reforma tributária**, a sinalização positiva de parlamentares para o projeto de lei (PL) que vai mudar o teto de gastos, vigente desde 2017 no Brasil.

O arcabouço fiscal, na prática, funciona como o conjunto de regras que determinam como o governo federal pode gastar as verbas do orçamento. A regra tenta evitar um descompasso entre o crescimento de despesas e receitas, para garantir previsibilidade e segurança às contas públicas.

Um encontro estaria sendo costurado para esta segunda-feira entre o ministro e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). As assessorias de Haddad e Lira não confirmam a audiência. A proposta da nova âncora divide o PT, que tem uma ala que pede expansão dos gastos com a área social, ao passo em que o ministro da Fazenda é cobrado por equilíbrio entre investimentos do tipo e expectativas do mercado.

Proposta já tramita na Câmara

Um Projeto de Lei Complementar (PLP), de número 62/23, foi protocolado na Câmara. O texto sobre arcabouço fiscal está baseado no controle da dívida pública, adoção de limites de gastos por órgão federal e medidas de ajuste para corrigir eventuais

desequilíbrios fiscais.

O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), autor da proposta, afirma que o texto é uma "contribuição antecipada" ao debate da nova âncora fiscal do país. Emenda Constitucional de 2022 obriga que o governo envie até agosto ao Congresso Nacional um projeto para substituir o atual regime de teto de gastos, mas o PL do governo deve ser enviado até o próximo mês.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para contato. Clique aqui e mande o e-mail .

**Site:**

**<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/03/5081542-haddad-se-reune-com-guimaraes-e-wagner-para-discutir-texto-do-arcabouco-fiscal.html>**

# Juros altos 'não se justificam', travam investimentos e 'encarecem a dívida', diz Alckmin

Por Carolina Nalin - Rio

O vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, criticou os juros altos no Brasil na manhã desta segunda-feira, afirmando que eles não se justificam, travam investimentos e tornam a dívida brasileira mais cara.

- Agindo com responsabilidade fiscal, não há nada que justifique ter 8% de juros real acima da **inflação** quando não há demanda explodindo e, de outro lado, quando o mundo inteiro tem juros negativos. Mas nós acreditamos no bom senso e que a gente vá com a ancoragem fiscal mitigar essa dificuldade - disse Alckmin em seu discurso de abertura em seminário no BNDES, no Rio.

O Comitê de Política Monetária (Copom) se reúne amanhã e na quarta-feira para decidir sobre a nova taxa de juros, hoje em 13,75% ao ano.

Alckmin afirmou que o governo tem concentrado seus esforços para fazer avançar a **reforma tributária** e para encaminhar uma nova proposta de ancoragem fiscal, algo que deve ser apresentado "nos próximos dias", disse.

- Estamos otimistas que a **reforma tributária** possa avançar. Já o custo de capital é um outro problemão porque juros altos dificultam investimentos e encarecem a dívida do governo. Metade da dívida (do governo) é Selic. E acho que o governo encaminha nos próximos dias a ancoragem fiscal, que vai combinando curva da dívida, de outro lado superávit e do outro lado o controle do gasto. Uma medida inteligente, bem feita, que vai trazer bastante segurança na questão fiscal.

O ministro também citou a decisão do governo federal de reonerar a gasolina como uma atitude alinhada à busca por responsabilidade fiscal.

- Seria muito confortável e populista não cobrar imposto sobre combustível fóssil, mas o governo agiu de maneira correta. Não vou cobrar do diesel porque afeta toda a cadeia e **inflação**, não vou cobrar gás de cozinha porque afetam as famílias mais pobres. Mas

vou cobrar da gasolina.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/03/juros-altos-nao-se-justificam-travam-investimentos-e-encarecem-a-divida-diz-alckmin.ghtml>

# Taxas de juros no Brasil são pornográficas, diz presidente da Fiesp

**Nicola Pamplona**

Às vésperas da reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Josué Gomes da Silva, disse nesta segunda-feira (20) que as taxas de juros no Brasil são "pornográficas" e incompatíveis com a situação fiscal do país.

Em seminário no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), ele defendeu ainda uma **reforma tributária** que reduza a carga sobre a indústria a níveis mais próximos aos hoje oferecidos ao agronegócio.

"É inconcebível a atual taxa de juros hoje no Brasil", afirmou, alegando que um país com dívida bruta equivalente a 73% do **PIB** e com reservas internacionais de US\$ 370 bilhões (R\$ 1,9 trilhão) não pode ser considerado um país com problema fiscal.

"Não é uma boa explicação para as pornográficas taxas de juros do Brasil", reforçou, em coro com outros participantes do evento, o primeiro seminário do banco sob a gestão Aloizio Mercadante, chamado "Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para o Século 21".

"Se não abaixarmos [os juros], de nada adiantará fazermos políticas industriais. Porque as principais políticas industriais, aquelas que são mais horizontais e, portanto, atingem o conjunto da economia, são justamente uma taxa de juros compatível e, obviamente, uma **reforma tributária** que crie isonomia entre os setores."

Em pesquisa feita pela Reuters, economistas acreditam, porém, que O Banco Central vai insistir em sua postura agressiva, deixando a taxa Selic no nível mais alto em seis anos, ao mesmo tempo em que provavelmente afastará as esperanças de qualquer afrouxamento iminente da política monetária.

Nesta segunda, o boletim Focus do Banco Central traz avaliação semelhante. Os analistas consultados fizeram pequenos ajustes às suas projeções econômicas, mas seguem vendo manutenção da taxa básica de juros no atual patamar de 13,75% tanto na reunião desta semana quanto na de maio.

As previsões se mantêm mesmo diante das turbulências que passaram a afetar o setor bancário global nos últimos dias e diante de expectativas sobre o novo arcabouço fiscal, que vem sendo debatido entre a área econômica e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O presidente da Fiesp afirmou que "qualquer estratégia para o desenvolvimento nacional passa por uma nova industrialização do Brasil", em linha do que vem defendendo Mercadante. Ele citou que o setor já foi responsável por 30% do **PIB** e hoje é por de 12%.

Além do corte dos juros, defendeu redução da carga tributária sobre o setor que, segundo ele, responde por 30% de todos os **impostos** produzidos no país. "Da renda adicionada da indústria, 45% representam **impostos**. O agro, que é pop, que é tec, que é tudo, paga 5%."

Além de carga tributária menor, acrescentou o presidente Fiesp, o agronegócio ainda dispõe de um plano de financiamento com subsídios que somam R\$ 13 bilhões por ano. "Só nos ofereçam as mesmas condições que são oferecidas ao agro que teremos uma indústria pop, tec e tudo", concluiu.

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/taxas-de-juros-no-brasil-sao-pornograficas-diz-presidente-da-fiesp.shtml>



# GT da Tributária convida Tebet para audiência sobre perspectiva federativa

## **Brasília**

O grupo de trabalho (GT) da **reforma tributária** na Câmara convidou a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, para uma audiência pública na terça-feira, 21, para tratar da perspectiva federativa da mudança no modelo de tributação do País. Também foram chamados para o debate representantes dos Estados e dos municípios.

O impacto da reforma na autonomia e no caixa dos entes federativos é um dos principais pontos de discussão. Na semana passada, o coordenador do GT, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), disse que já é consenso a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, ou seja, com uma alíquota cobrada pela União e outra por Estados e municípios.

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), contudo, tem se reunido com os representantes dos municípios para tratar da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 46/22, de sua autoria, que propõe unificar a **legislação tributária**, mas sem acabar com os **impostos** estaduais e municipais, como prevê as PECs 45/19 e 110/19, analisadas no GT da Câmara.

Além de Tebet, foram convidados para a audiência pública da terça-feira o presidente da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Edvaldo Nogueira, o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, o diretor da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Carlos Henrique de Azevedo Oliveira, e o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Carlos Eduardo Xavier.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/03/20/gt-da-tributaria-convida-tebet-para-audiencia-sobre-perspectiva-federativa.htm>

# Reforma tributária pretende reduzir imposto pago pelos mais pobres

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/03/20/RDIOCMARAFM9>**

**69DF-07.36.39-07.41.27-1679322918.mp3**

# Samuel Kinoshita: Temos de resguardar interesses de SP na reforma tributária

Em sua primeira entrevista no cargo, o novo secretário estadual da Fazenda e Planejamento de São Paulo, Samuel Kinoshita, de 42 anos, diz que o governo paulista apoia a **reforma tributária**, mesmo que inicialmente represente perda de receita para o Estado. Ele ressalta, porém, que é preciso resguardar os interesses dos 46 milhões de brasileiros que vivem em São Paulo. Confira a seguir os principais trechos da entrevista.

Pelas declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, uma das prioridades do governo federal é a **reforma tributária**. Qual a sua posição em relação a essa questão?

Acredito que a **reforma tributária** é muito importante para o Brasil. O governador Tarcísio (Gomes de Freitas) e o secretário de Fazenda de São Paulo apoiam uma modernização na **legislação tributária**. A última grande **reforma tributária** no País foi realizada nos anos 1960. De lá para cá, a tributação degringolou de maneira muito pronunciada. A gente criou disfuncionalidades, em especial na forma como tributamos o consumo, que precisam passar por uma modernização em direção ao que são as melhores práticas globais.

Como o sr. analisa as principais propostas de **reforma tributária** que estão em discussão no Congresso?

Até agora, a gente ainda não tem um texto para analisar. No momento, o que há são propostas já apresentadas e a gente está elucubrando em cima de ideias. Do que está sendo debatido, um dos aspectos mais importantes é justamente a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), prevista nas duas principais propostas em discussão no Congresso, as PECs 45 e 110. Um bom IVA é aquele em que cada etapa da cadeia produtiva paga o imposto referente apenas ao valor adicionado ao produto ou serviço e no fim da linha há a cobrança de uma alíquota sobre o consumo. Há estudos que mostram que o **PIB** (Produto Interno Bruto) potencial brasileiro subiria de 10% a 20% se a gente fizesse essa reformulação. Então, acredito que, no caso da tributação do consumo, especificamente, nós temos de avançar.

Em relação à proposta de mudança na tributação das operações hoje sujeitas ao recolhimento de ICMS

(Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que passaria a ser feita no destino e não mais na origem, qual a sua avaliação?

Tanto a PEC 45 como a 110 contemplam a mudança da tributação da origem para o destino. Hoje, uma parte do ICMS é tributada na origem e outra no destino. É algo extremamente complexo. Se a tributação se der só no destino, vamos ter uma simplificação enorme do processo. O problema é que, quando você adota a tributação só no destino, os Estados que produzem muito, como São Paulo, podem, em tese, ter uma perda instantânea.

Por causa dessa possível perda de receita, alguns políticos e analistas dizem que São Paulo está trabalhando contra a **reforma tributária**. É isso mesmo?

O que mais ouço nos fóruns dos quais faço parte, com os demais secretários de Fazenda, é: Ah, mas São Paulo é rico. Eles querem dizer que, no fundo, São Paulo acabará pagando a conta e, por isso, estaria obstaculizando a reforma.

Isso não é verdade. São Paulo tem uma postura cooperativa. O Estado pode perder alguma coisa no início, mas acreditamos que, com o tempo, isso será bom para o Brasil, para São Paulo e para os brasileiros. Agora, mesmo levando em conta que existem mecanismos de manutenção do padrão de receitas vindouras nessas propostas, temos de defender os interesses do Estado - e não só de caixa. Temos de resguardar as políticas públicas que esses recursos viabilizam para os 46 milhões de brasileiros que vivem em São Paulo.

O sr. tem dito que quer retomar o protagonismo de São Paulo na discussão da **reforma tributária**. O que isso significa na prática?

O que eu quero dizer é que São Paulo quer participar dessa discussão de maneira ativa. É importante ter esse papel ativo, participar desses fóruns e contribuir, colocar os pontos de resguardo que devem ser considerados. De novo, a gente tem de resguardar o futuro das políticas públicas para a população que vive em São Paulo. É uma responsabilidade grande, que exige muita reflexão. Nós estamos fazendo essa reflexão de forma minuciosa. A gente avançou em

vários aspectos nos estudos e tem apresentado isso nos fóruns, conversado com o secretário (Extraordinário de **Reforma Tributária**) Bernard Appy sobre isso, colocando nossas dúvidas. Vamos avançar nesse debate.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

**Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/03/20/samuel-kinoshita-temos-de-resguardar-interesses-de-sp-na-reforma-tributaria.htm>**

# "Lula pode contar conosco na tributária"

**Por Ricardo Mendonça - De São Paulo**

O governador do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PSDB), elegeu a infraestrutura como principal foco de atenção para seu mandato. Nos discursos e em entrevistas, ele destaca o fato de o Estado ser um dos campeões em crescimento econômico, palco de alguns dos maiores investimentos industriais e, com 3,3% de desemprego, sofrer com a escassez de mão-de-obra. A missão é garantir condições para dar vazão ao ciclo.

Vice-presidente do PSDB, mas eleitor de Jair Bolsonaro (PL), apesar do partido ter apoiado a sulmato-grossense Simone Tebet (MDB), Riedel não deixa de elogiar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter colocado a **reforma tributária** em pauta. Mas manifesta preocupação com a posição do governo petista diante do que chama de "insegurança jurídica no campo". Na visão de Riedel, o grande ponto negativo do governo Lula teria sido a suposta leniência à volta da invasão de terras produtivas por movimentos como o MST. Ele citou como exemplo a invasão de uma propriedade da Suzano, no sul da Bahia.

## PUBLICIDADE

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

### **Reforma tributária**

"Temos urgência em alguns temas no Brasil, como a **reforma tributária**. Qual é o modelo? PEC 45? A 110? É outra discussão. Mas a reforma é uma necessidade. Então eu acho que o governo começa sinalizando de maneira positiva ao colocá-la na pauta."

### Apoio

"Para a **reforma tributária**, Lula pode contar conosco. E aí precisamos discutir a reforma a ser feita. Mato Grosso do Sul não é um Estado consumidor. Tem 3 milhões de habitantes e é exportador de matéria-prima e industrializados. Uma mudança [do local de tributação] quebra o Estado. Quais são os mecanismos que garantem a previsibilidade de receita [para o Estado]?"

### Insegurança no campo

"O destaque inicial negativo do governo Lula é a insegurança jurídica no campo. No Brasil, a reforma

agrária foi discutida em cima de algumas bases. Hoje é uma realidade completamente diferente. O governo entra e começa toda uma movimentação de movimentos vinculados à reforma agrária, e utilizam como método de pressão aqueles instrumentos lá de trás, como é o caso lá da Bahia, da Suzano. Eu acredito que isso não é um bom caminho. Afugenta a tranquilidade para investimento. Se é para fazer reforma agrária, tem de comprar área e distribuir."

### Questão indígena no MS

"São duas coisas muito distintas: a questão social e a fundiária. São 94 comunidades indígenas no Estado. Estamos falando aqui e desenvolvimento humano, necessidades básicas. Aí a mão pesada do Estado deve trabalhar."

### Disputa por terras

"Já a questão fundiária gera conflitos por uma outra situação. Os proprietários foram titulados 100 anos atrás. A vida seguiu, passa de pai para filho, divide, vende, tudo com título da União originário. A questão fundiária indígena do norte do país, onde as terras são da União, é completamente diferente. Aqui, a União errou lá atrás ao dar o título. Então se agora há identificação de que é terra indígena, tem de indenizar aqueles que receberam título da propriedade. Esse caminho é reconhecido pelo governo federal. Acho que é o adequado."

### PSDB em 2022

"Não foi bem do ponto de vista parlamentar, mas surpreendeu do ponto de vista do Executivo, tem três governadores: Eduardo Leite (RS), eu e a Raquel Lyra (PE). Tivemos uma grande polarização e isso fez com que vários partidos tivessem uma diminuição de rendimento. Não é transferir responsabilidade. É um mea culpa. O Eduardo Leite, na presidência, tem feito essa discussão."

### Voto em Bolsonaro

"Desde o início do processo de discussão aqui no PSDB do Mato Grosso do Sul a gente tomou essa decisão [de apoiar Bolsonaro, apesar de o partido ter fechado aliança com Simone Tebet, do MDB, que é do Estado]. O partido tinha um pré-candidato a presidente, mas não teve candidato. A gente nem sabia que a então senadora Simone seria candidata. Tenho o maior respeito pela Simone, uma pessoa que

tem uma trajetória, de alto rendimento, de resultados. Mas aqui foi 60% a 40% [na disputa Bolsonaro versus Lula]. No primeiro turno já era uma discussão dessa natureza."

Bolsonaro hoje

"Acho que ele tem de se explicar nessas questões [refúgio nos EUA, golpismo no 8 de janeiro e suspeita de roubo de joias]. É uma questão muito dele, questões pessoais. Não vou julgar ninguém. Acho que ele vai ter a oportunidade de justificar ou não."

Pedidos a Lula

"Um dos projetos que a gente pediu é a ligação da BR-267 à ponte que liga ao Paraguai, uma alça de 18 quilômetros, R\$ 130 milhões. A ponte entre Carmelo Peralta (Paraguai) e Porto Murtinho (MS) está sendo feita pela Itaipu binacional paraguaia. Lá em Foz do Iguaçu (PR) foi a Itaipu binacional brasileira que construiu. Então é a contrapartida: uma ponte de 600 metros, US\$ 84 milhões, 25% já concluída."

Concessão

"Outro pedido foi a concessão dessas rodovias [BR-163, BR-262 e BR-267]. Elas não têm mais a menor condição de permanecerem com vias simples em razão do volume de carretas e carga. Caso a União tenha dificuldade em avançar, que possa delegar ao Estado, a gente faz a concessão."

Fábrica de fertilizantes

"A UFN-3 (Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados) tem de ser concluída. Ela entrou no processo de desestatização do setor de gás da Petrobras, com quase 90% do investimento concluído, e não foi. Agora a Petrobras anuncia que desistiu da venda. É extremamente importante uma indústria de nitrogenado como essa. Ela está na boca do gasoduto que vem da Bolívia. A matéria-prima está na porta. Então tem tudo para ser um sucesso."

Estatal ou privada

"Para o Mato Grosso do Sul é indiferente se a UFN-3 vai continuar estatal ou se será vendida. Só acho que se for vendida, não será concluída. Então o caminho é a Petrobras terminar [a construção] e operar. Ou terminar e colocar à venda."

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP

"Lula pode contar conosco na tributária"

**Site:**

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/03/20/lula-pode-contar-conosco-na-tributaria.ghtml>

# MPs na fila de votação

**Kelly Hekally Especial para Correio**

Se o ditado popular atribui o começo do ano ao fim do carnaval, no Congresso Nacional, a máxima pode ser substituída pela escolha das presidências das comissões permanentes. São 30 na Câmara e 24 no Senado. Com o fim da disputa pelos espaços também de poder, a tendência é de que os trabalhos nos colegiados e nos dois plenários funcionem.

Neste primeiro momento, a expectativa congressista é de andamento da **reforma tributária**, que tem sua primeira parte, do imposto sobre consumo, tramitando em Grupo de Trabalho (GT) instalado para tal entre deputados, e medidas provisórias (MPs) - entre as assinadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o total soma 24 com apreciação pendente. Acerca do arcabouço fiscal, a ideia primária é de que chegue ao parlamento no início do próximo mês.

"Temos uma vontade conjunta, do governo eleito e do Congresso, em dialogar para tentarmos votar a reforma tão falada, tão difícil, que é a **reforma tributária**", afirmou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no início do mês. No Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente da Casa, também tem falado em priorizar a tributária. A matéria, porém, só poderá ser discutida caso seja aprovada na Câmara.

Ainda há dúvidas sobre se a proposta de emenda constitucional (PEC) do fim das comissões mistas vai ganhar fôlego. O debate está na esfera do escopo, mas já guarda ressalva de senadores. Na Câmara, há PECs de temas correlatos. Se Lira comprar a briga pela mudança e levar à frente nos mesmos moldes da manobra que realizou reiteradamente na legislatura anterior, vai furar caminho e conseguir que o tema seja levado mais rapidamente ao plenário para votação de deputados.

Lira e Pacheco anunciaram que as reuniões do colégio de líderes vão passar a ser às quintas-feiras. Nos encontros, são decididas as pautas levadas aos plenários na semana seguinte. Cravar o dia das discussões retoma um caráter de normalidade no Congresso e, em tese, traz previsibilidade, cuja ausência vinha sendo questionada por parlamentares na gestão Bolsonaro.

Outra pauta que, pelo calendário, precisa ser prioridade no Congresso é o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária (PLDO), escopo inicial do

Orçamento-Geral da União de 2024. A iniciativa começa com o Palácio do Planalto, que precisa enviar até o próximo dia 15, data em que começa a contar o prazo de análise pelo Congresso, que, precisa ocorrer até 17 de julho, contando com a data da sanção.

Na pauta, entra em ação a Comissão Mista Orçamentária, que será presidida pela senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) e relatada pelo PL, com nome ainda a ser oficializado. O debate no colegiado deve entrar em um funil entre aliados (o PSD no Senado é considerado próximo ao presidente Lula) e opositores "independentes", considerando que PL não declarou ser oposição ferrenha ao petista.

Com pautas ainda em construção, as comissões serão responsáveis pelas discussões de projetos de lei ordinária (PLs) e complementar (PLCs) e PECs, os mais relevantes tipos de proposições legislativas. Após o andamento de PLs, PLCs e PECs nos colegiados, a decisão sobre ser levado a plenário é dos presidentes no Congresso. Na Câmara, PL e a federação PT-PCdoB-PV abocanharam o maior número de comissões: seis e cinco, nesta ordem.

MPs no limbo

Das 24 MPs aguardando tramitação, 11 são do presidente Lula. O andamento é objeto de disputa entre Câmara e Senado e estão para além de um mal-estar entre Lira e Pacheco. Parlamentares de ambas as Casas se queixam da demora e do perfil de análise, com MPs sendo levadas direto a plenário, burlando as comissões mistas, determinadas pela Constituição. Há, contudo, defesa do formato por parte dos congressistas.

Enquanto a decisão sobre manter ou pôr fim aos colegiados não é tomada, porém, MPs estão na iminência de caducar. A que autorizou, no ano passado, contratação temporária para realização do Censo Demográfico de 2022, por exemplo, vence amanhã.

Do governo Lula, as MPs começam a perder eficácia, de maneira escalonada, a partir de maio, já que o prazo total de vigência de uma proposição do tipo são 120 dias, no máximo. Em meio às lançadas para deliberação do Congresso estão, por exemplo, a dos valores adicionais do Bolsa Família (1155); da retomada do Minha Casa, Minha Vida (1162); da reoneração dos combustíveis (1163); da extinção da Fundação Nacional do Índio (Funasa) (1156); e da

mudança no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, acerca do voto de qualidade (1160).

Como são as reuniões de líderes

Encontros prezam pela tentativa de consenso das matérias a serem analisadas em plenário.

Entenda como funciona

» No Congresso, os encontros entre os presidentes da Câmara e do Senado ocorrem com os respectivos líderes de cada Casa.

» Nas reuniões, que são separadas, os líderes dos 23 partidos da Câmara e dos 13 do Senado levam as pautas prioritárias para "negociar" o apoio dos colegas dos demais partidos. O momento pode ser definido como uma verdadeira troca de adesões para levar as matérias a plenário.

» Para agilizar as discussões nos plenários da Câmara e do Senado, os encontros funcionam, também, para se chegar a uma espécie de consenso prévio.

» A palavra final acerca das decisões nos encontros depende do presidente de cada uma das Casas, assim como da conveniência e oportunidade do cenário político para deliberar sobre a matéria em plenário.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/20/all.pdf>**



# Vazio no Senado aumenta protagonismo de Ribeiro à frente da reforma tributária

*Vandson Lima, Caetano Tonet e Raphael Di Cunto De Brasília*

Na ausência de um senador especialista em matéria tributária em seu grupo político, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tem escolhido como interlocutor o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator do grupo de trabalho (GT) que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45 na Câmara.

É a Aguinaldo que Pacheco tem feito seus apontamentos sobre o que tem mais ou menos chance de vingar no Senado, segundo interlocutores de ambos ouvidos pelo Valor. O deputado e o senador têm se encontrado semanalmente - e eventualmente mais de uma vez na semana - para conversar sobre as mudanças contidas na proposta e as condições políticas para avanço da matéria.

A princípio, a ideia era que houvesse um senador, designado por Pacheco, acompanhando diretamente os trabalhos no GT na Câmara.

Mas os nomes em quem Pacheco confiava para a pauta econômica deixaram o Senado do ano passado para cá. Tasso Jereissati (PSDB-CE), José Serra (PSDBSP) e Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) não disputaram a reeleição ao Senado, enquanto Roberto Rocha (PTB-MA) e Alexandre Silveira (PSD-MG) foram derrotados nas urnas - este último, amigo de Pacheco há mais de 20 anos, se tornou ministro de Minas e Energia do atual governo.

Hoje, os poucos nomes do Senado que acompanham com mais afinco a questão tributária não fazem parte da base governista, casos de Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) e Laércio Oliveira (PP-SE), ou são bolsonaristas ferrenhos, como Rogério Marinho (PL-RN).

O presidente do Senado é um defensor de longa data de uma reformulação do modelo tributário brasileiro.

Em 2021, após se filiar ao PSD e seu nome passar a ser especulado como candidato à Presidência da República nas eleições de 2022, Pacheco atuou fortemente para tentar emplacar a reforma proposta pela PEC 110, que tinha como relator o senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

O texto, que Pacheco classificava como "a reforma que melhor reúne os anseios nacionais de simplificação e desburocratização tributária", propunha um modelo de tributação dual, por meio de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) com a unificação de **impostos** em dois núcleos: um federal, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que funde o PIS e Cofins; e um dos entes federados, que unificava ICMS (estadual) e ISS (municipal).

A PEC 110 não teve êxito, assim como as pretensões presidenciais de Pacheco. Nos bastidores, o presidente do Senado culpou a falta de empenho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e do ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, pelo revés.

Ele ainda insistiria na matéria até o fim de 2022, à qual pretendia deixar como legado de seu primeiro mandato à frente do Senado, mas a proposta não chegou ao plenário.

Durante todo esse período, Rodrigo Pacheco recebia com frequência Roberto Rocha e Aguinaldo Ribeiro na residência oficial do Senado para discutir a **reforma tributária**.

Depois da derrota de Rocha no Maranhão, Pacheco aumentou sua proximidade com Aguinaldo, que além de relator da reforma, é irmão de Daniella Ribeiro, senadora que é do mesmo partido que Pacheco, o PSD, e foi indicada para assumir a presidência da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O senador também se tornou mais próximo de outro integrante do GT, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). Aguinaldo Ribeiro foi procurado pela reportagem, mas preferiu não se pronunciar.

Integrantes do GT ouvidos disseram que ainda esperam que o Senado indique um representante ou um grupo de senadores para acompanhar as discussões da **reforma tributária**, mas que isso não foi colocado até o momento.

Um parlamentar, sob reserva, ponderou que a não indicação por parte do Senado pode estar relacionada ao embate entre Pacheco e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que vem se avolumando desde que ambos foram reeleitos.

A criação do grupo de trabalho para a **reforma tributária** foi uma iniciativa de Lira para acelerar a discussão em torno da PEC 45, de iniciativa da Câmara dos Deputados, em detrimento da proposta do Senado.

Mais recentemente, os presidentes das duas Casas do Congresso Nacional voltaram a ficar em lados opostos na discussão sobre a volta do rito de comissões mistas para o exame das Medidas Provisórias (MP).

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187496?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187496?page=1&section=1)**

# Cashback da reforma pode incluir mensalidade escolar, diz Appy

**Marta Watanabe e Laura Ignacio De São Paulo**

O cashback proposto na **reforma tributária** sobre consumo pode ser destinado não somente à população mais vulnerável e também poderia servir para aumentar a progressividade em alguns setores, com a devolução, por exemplo, do imposto sobre mensalidades escolares do ensino básico pagas por pessoas de renda mais baixa, segundo Bernard Appy, secretário especial de **Reforma Tributária**.

Ele destaca que não há modelo de cashback definido ainda e que o governo estuda as experiências internacionais. Dentre elas, ele cita a do Uruguai, que, explica, devolve o imposto sobre consumo no momento da compra, "no caixa do supermercado".

As declarações de Appy foram dadas em evento sobre **reforma tributária** promovido na sexta-feira (17) pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT).

O cashback seria a devolução do tributo sobre consumo pago na compra de bens e serviços. Essa restituição tem suscitado debates e está prevista nos textos mais atuais da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19 e PEC 110/19.

As duas PECs são apontadas por Appy como as que devem dar base à discussão da **reforma tributária** sobre consumo no Congresso. Elas estabelecem a criação de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) no modelo de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) não cumulativo e tributado no destino. As PECs propõem unificação de vários **tributos** existentes hoje em um único IBS nacional - caso da PEC 45/19 - ou em dois, um federal e outro subnacional - como na PEC 110/19.

No debate sobre cashback há quem questione se há recursos tecnológicos suficientes para identificar o nível de consumo dos contribuintes versus sua capacidade contributiva em termos de renda, o que parece essencial para definir os beneficiários da devolução do imposto.

Outra crítica é o programa se tornar mais uma transferência de renda financiada pelo IBS e dirigida aos mais vulneráveis, perdendo sua característica de restituição de imposto e sua capacidade de redução de regressividade no novo sistema de tributação sobre

consumo.

Ainda não há modelo definido sobre o cashback, somente o conceito, ressalta Appy. Ele diz que tem citado um modelo que poderia usar o Cadastro Único, mas isso não está definido. "O desenho não está fechado, estamos olhando experiências internacionais", diz o secretário.

Appy cita o modelo uruguaio que permite o desconto do imposto "na hora, no caixa do supermercado".

"Você vai comprar e já deduz do valor que você tem a pagar no caixa. Para as pessoas que estão habilitadas a participar do programa.

Obviamente é preciso ter limites, para não ter fraudes, e é preciso ter um sistema que funcione." Para Appy, recursos tecnológicos para essa devolução em tempo real não seriam problema.

"Acho que a tecnologia hoje em quase todo o Brasil já permite fazer isso. Não vejo isso como grande impeditivo." O que é preciso fazer agora, de acordo com o secretário, é discutir o texto constitucional, em que basta apenas garantir o princípio. "A forma de implementação será detalhada depois.

Nossa equipe está estudando a experiência internacional para ver quais são as melhores opções e vamos conversar [nesta semana] com o Ministério de Desenvolvimento Social." A preocupação de o cashback se destinar também a pessoas que não são miseráveis mas têm renda baixa já aparece, diz Appy, e "está no radar também". "Como será tratado eu não sei, mas creio que isso não precisa estar no texto constitucional." O sistema de cashback, defende ele, pode servir para outras coisas. "Pode funcionar, por exemplo, para tratamento diferenciado para educação básica.

Em vez de reduzir a alíquota [do IVA para esse serviço], é possível devolver o imposto até determinado valor." A educação básica de família de classe média baixa, quando paga educação privada, diz Appy, custa em torno de R\$ 600, R\$ 700 por mês. Ele exemplifica com um imposto de 20%. Nesse caso, diz, a devolução de IVA seria de até R\$ 140 ao mês. "Então uma pessoa que está pagando R\$ 700 na escola poderia receber 100% do imposto de volta. A

pessoa que paga R\$ 10 mil ao mês para o filho na escola vai pagar o imposto. Mas essa pessoa que paga R\$ 10 mil mensais tem condição de pagar imposto, suponho.

Esse modelo pode ser usado para introduzir progressividade em questões setoriais.

Não estou dizendo que vai ser assim. Estou dizendo que pode ser assim." Appy lembra que o texto da PEC 110/2019, ao definir como poderiam ser os tratamentos favorecidos, inclui a possibilidade de um cashback. "E não necessariamente é preciso devolver em cash, pode ser até como no modelo uruguaio, deduzindo direto na hora de fazer o pagamento."

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187496?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187496?page=1&section=1)**

# "É preciso defender interesse de SP na reforma tributária"

**JOSÉ FUCS**

ENTREVISTA: Samuel Kinoshita, Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, atuou no mercado financeiro e foi assessor do ex-ministro da Economia Paulo Guedes

Em sua primeira entrevista no cargo, o novo secretário estadual da Fazenda e Planejamento de São Paulo, Samuel Kinoshita, de 42 anos, diz que o governo paulista apoia a **reforma tributária**, mesmo que inicialmente represente perda de receita para o Estado. Ele ressalta, porém, que é preciso "resguardar os interesses dos 46 milhões de brasileiros que vivem em São Paulo". Confira a seguir os principais trechos da entrevista.

Pelas declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, uma das prioridades do governo federal é a **reforma tributária**. Qual a sua posição em relação a essa questão?

Acredito que a **reforma tributária** é muito importante para o Brasil. O governador Tarcísio (Gomes de Freitas) e o secretário de Fazenda de São Paulo apoiam uma modernização na **legislação tributária**. A última grande **reforma tributária** no País foi realizada nos anos 1960. De lá para cá, a tributação degringolou de maneira muito pronunciada. A gente criou disfuncionalidades, em especial na forma como tributamos o consumo, que precisam passar por uma modernização em direção ao que são as melhores práticas globais.

Como o sr. analisa as principais propostas de **reforma tributária** que estão em discussão no Congresso?

Até agora, a gente ainda não tem um texto para analisar. No momento, o que há são propostas já apresentadas e a gente está elucubrando em cima de ideias. Do que está sendo debatido, um dos aspectos mais importantes é justamente a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), prevista nas duas principais propostas em discussão no Congresso, as PECs 45 e 110.

Um bom IVA é aquele em que cada etapa da cadeia produtiva paga o imposto referente apenas ao valor adicionado ao produto ou serviço e no fim da linha há a cobrança de uma alíquota sobre o consumo. Há

estudos que mostram que o **PIB** (Produto Interno Bruto) potencial brasileiro subiria de 10% a 20% se a gente fizesse essa reformulação. Então, acredito que, no caso da tributação do consumo, especificamente, nós temos de avançar.

Em relação à proposta de mudança na tributação das operações hoje sujeitas ao recolhimento de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que passaria a ser feita no destino e não mais na origem, qual a sua avaliação?

Tanto a PEC 45 como a 110 contemplam a mudança da tributação da origem para o destino. Hoje, uma parte do ICMS é tributada na origem e outra no destino.

É algo extremamente complexo.

Se a tributação se der só no destino, vamos ter uma simplificação enorme do processo. O problema é que, quando você adota a tributação só no destino, os Estados que produzem muito, como São Paulo, podem, em tese, ter uma perda instantânea.

Por causa dessa possível perda de receita, alguns políticos e analistas dizem que São Paulo está trabalhando contra a **reforma tributária**. É isso mesmo?

O que mais ouço nos fóruns dos quais faço parte, com os demais secretários de Fazenda, é: "Ah, mas São Paulo é rico". Eles querem dizer que, no fundo, São Paulo acabará pagando a conta e, por isso, estaria "obstaculizando" a reforma. Isso não é verdade. São Paulo tem uma postura cooperativa.

O Estado pode perder alguma coisa no início, mas acreditamos que, com o tempo, isso será bom para o Brasil, para São Paulo e para os brasileiros. Agora, mesmo levando em conta que existem mecanismos de manutenção do padrão de receitas vindouras nessas propostas, temos de defender os interesses do Estado - e não só de caixa. Temos de resguardar as políticas públicas que esses recursos viabilizam para os 46 milhões de brasileiros que vivem em São Paulo.

O sr. tem dito que quer retomar o protagonismo de São Paulo na discussão da **reforma tributária**. O que isso significa na prática?

O que eu quero dizer é que São Paulo quer participar dessa discussão de maneira ativa. É importante ter esse papel ativo, participar desses fóruns e contribuir, colocar os pontos de resguardo que devem ser considerados.

De novo, a gente tem de resguardar o futuro das políticas públicas para a população que vive em São Paulo. É uma responsabilidade grande, que exige muita reflexão. Nós estamos fazendo essa reflexão de forma minuciosa.

A gente avançou em vários aspectos nos estudos e tem apresentado isso nos fóruns, conversado com o secretário (Extraordinário de **Reforma Tributária**) Bernard Appy sobre isso, colocando nossas dúvidas. Vamos avançar nesse debate.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Os riscos para a reforma tributária (Artigo)

**Claudio Adilson Gonzalez Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda**

O ministro Fernando Haddad tem colocado enorme peso para o sucesso da política econômica do atual governo na **reforma tributária** sobre o consumo, ou seja, a substituição da parafernália de **impostos** e contribuições atuais por um ou dois **tributos** sobre o valor adicionado (IVA), o chamado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). E não é para menos. Se aprovada e implantada, a proposta, que se originou em estudos do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), sob a coordenação do economista Bernard Appy, representará enorme avanço para a construção de um sistema tributário mais simples, transparente, justo e com impactos positivos no crescimento econômico potencial.

Isso porque concorrerá (e muito) para aumentar a eficiência na alocação dos recursos produtivos e para reduzir os contenciosos e os custos de conformidade, ou seja, as despesas necessárias para apurar os **impostos** e contribuições e satisfazer às exigências do Fisco.

Além disso, diminuirá a evasão fiscal, ampliará a base de tributação e desonerará as exportações e os investimentos.

Entretanto, apesar de todos esses méritos ou, ironicamente, por causa deles, essa reforma corre o risco de frustrar as expectativas otimistas que aos poucos vêm crescendo entre os agentes econômicos e não ser a bala de prata esperada por Haddad.

Um dos maiores obstáculos é a dificuldade dos políticos, e até mesmo dos contribuintes, para entenderem que **impostos** sobre o consumo devem ter como única finalidade a arrecadação, da forma mais neutra possível, sem qualquer influência na decisão alocativa dos agentes econômicos. O IVA não deve ser utilizado como instrumento de política social, setorial ou de desenvolvimento regional. Estas devem ser desenhadas por instrumentos próprios, transparentes, ser explicitadas nos orçamentos públicos e ficar sujeitas a periódicas avaliações de seus custos e benefícios.

A tentativa de utilizar a tributação sobre o consumo para atender a esses objetivos múltiplos é a causa principal do caos em que se transformou o sistema

tributário brasileiro.

E até mesmo o bom relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro, que é o ponto de partida das discussões atuais, abriu espaços para esses desvios de finalidade no IBS. Criará dois **tributos**, um federal e um estadual, o que não chega a ser um grande problema, mas é desnecessário, e abre a possibilidade de vários regimes tributários especiais, com possíveis diversificações de alíquotas, como produtos agropecuários, construção civil, transportes coletivos, educação, saúde e outros que muito provavelmente os parlamentares tentarão incluir.

Para contornar as polêmicas e facilitar a aprovação da PEC, tudo isso vai ser tratado em lei complementar. Não há outro caminho. Mas é aí que mora o perigo. Há vários dispositivos constitucionais bem intencionados que jamais entraram em vigor por falta da lei que os regulamentam.

Claudio Adilson Gonzalez Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Grupo da reforma tributária procura Zema, opositor de Lula, para diminuir resistência

## *Painel*

Integrantes do grupo de trabalho que discute a **reforma tributária** na Câmara dos Deputados vão se reunir nesta segunda-feira (20) com o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), em uma tentativa de diminuir a resistência em torno das mudanças que estão sendo discutidas pelos parlamentares.

O coordenador do GT, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), diz que o estado é um dos primeiros destinos dos parlamentares, que têm outras viagens previstas para ouvir governantes e setores econômicos ligados ao tema.

"O governo Lula e o Congresso definiram a prioridade nessa pauta e ouvir a opinião daqueles que se posicionaram contra Lula na campanha é fundamental para mostrar que a reforma interessa ao Brasil, acima de qualquer divergência política e ideológico", afirma. "Reformar nosso arcaico sistema tributário é uma política de Estado, não de governo."

Além de Lopes, participa do encontro com Zema o deputado Newton Junior (MDB-MG). Na agenda dos parlamentares também estão previstas reuniões com o prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, e com a Fiemg (Federação das Indústrias de Minas Gerais) - dessa última, o relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), participa virtualmente.

## **Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/03/grupo-da-reforma-tributaria-procura-zema-opositor-de-lula-para-diminuir-resistencia.shtml>**



# Ala do Congresso quer debater desoneração em paralelo à reforma tributária, mas Fazenda resiste (Reforma tributária)

**Danielle Brant**

Deputados e senadores defendem que a discussão sobre uma desoneração ampla da folha de pagamentos e a atualização do teto do Simples Nacional ocorra simultaneamente à análise da **reforma tributária** no Congresso .

Pelos planos do Ministério da Fazenda, o debate se daria apenas em um segundo momento , depois que fossem aprovadas as mudanças na tributação sobre o consumo.

O tema foi levado por representantes da FPE (Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo) ao ministro Fernando Haddad (Fazenda) em reunião na última quarta-feira (15).

A intenção dos parlamentares seria aproveitar a disposição do Congresso de enfrentar o debate tributário sobre o consumo, que ficou interdito por quase dois anos após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), extinguir a comissão que discutia as mudanças.

Há a percepção de que o governo deveria aproveitar o capital político do primeiro ano do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para atacar temas espinhosos de uma só vez.

Segundo quem defende as mudanças, a reforma poderia representar um ganho de arrecadação. Alguns setores, como serviços, calculam inclusive que teriam aumento na carga tributária. A desoneração da folha seria um dos instrumentos usados para tentar contornar a resistência desses segmentos quanto ao modelo proposto.

"Tem que fazer a discussão em paralelo para não comprometer a própria reforma", defende o presidente da FPE, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP). "Nós já temos 17 setores desonerados. Vai voltar a onerar? É impossível. E também não tem sentido você não desonerar a economia inteira", diz o parlamentar.

Aliado de Bertaiolli, o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA) endossa o discurso do colega. "Quem é que

está mais se sentindo atingido pela **reforma tributária**? Serviços, setor que mais ganha com a desoneração da folha. Então é uma compensação. Tem que caminhar do lado da **reforma tributária**", afirma.

A frente propôs ao ministro uma espécie de transição de equilíbrio na qual a desoneração da folha ocorreria simultaneamente ao aumento da alíquota do IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) para o setor de serviços. Um dos números citados nas discussões seria o de um percentual em torno de 33%.

O texto final a ser negociado no Congresso deve ser construído a partir de duas PECs (propostas de emenda à Constituição): a 45, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), que substitui cinco **tributos** atuais (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS); e a 110, do Senado e que propõe fusão de **impostos** -a simplificação resulta em dois **tributos**.

A cobrança dos novos **tributos** sobre o consumo previstos na reforma em discussão no Congresso só deve começar em 2025 no âmbito federal e em 2027 para estados e municípios , conforme avaliação do secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

Apesar do pleito dos parlamentares, o ministro da Fazenda defende que a desoneração da folha de pagamentos seja incluída nas discussões sobre a tributação da renda, em um segundo momento da reforma.

"A desoneração da folha é uma coisa para a segunda etapa da reforma, quando for discutido Imposto de Renda, lucros e dividendos, entre outros temas. A folha também vai entrar nesse segundo momento", afirmou Haddad na última segunda-feira (13).

Segundo interlocutores da equipe econômica, a estratégia está relacionada a uma questão política. A ideia é evitar que a desoneração da folha concorra com a primeira parte da **reforma tributária** -centrada sobre consumo-, na qual o debate já está mais maduro.

O processo de tramitação de cada uma das medidas também é levado em consideração pela Fazenda. Há um temor de que a antecipação da discussão sobre a desoneração da folha atrapalhe o avanço no Congresso da proposta prioritária do governo Lula.

A desoneração poderia ser votada em um projeto de lei, que exige maioria simples de votos, desde que presente a maioria absoluta dos deputados -257.

É um número mais fácil de ser alcançado do que o da PEC da **reforma tributária**, que requer aprovação de três quintos dos parlamentares (308 deputados e 49 senadores) em votação em dois turnos.

O governo estuda incluir a desoneração na **reforma tributária** sobre a renda. No modelo atual, os empregadores pagam alíquotas de 20% sobre os salários para financiar a **Previdência Social**, além de contribuições para o Sistema S e o salário educação.

Conforme mostrou a Folha, alguns integrantes do governo defendem como ideia central desonerar pelo menos a parcela equivalente a um salário mínimo (hoje, R\$ 1.302) da remuneração do trabalhador.

Hoje, o governo concede o benefício da desoneração de salários para 17 setores, sem distinção das remunerações alcançadas. A política foi instituída no governo Dilma Rousseff (PT) e alcançou 56 setores.

As empresas contempladas podem abrir mão de recolher a alíquota de 20% em troca de uma cobrança de até 4,5% sobre o faturamento. A última prorrogação da medida se deu no fim de 2021, com prazo até o fim deste ano.

Além da desoneração, a frente defende que no combo tributário seja incluída a atualização do teto do Simples Nacional pela **inflação**.

Na quarta, após deixar a Fazenda, Bertaiolli afirmou que a mudança da tabela do Simples ficará de fora das mudanças que estão sendo discutidas pela Câmara, em eco à declaração dada por Haddad na segunda-feira (13).

Essa discussão poderia ocorrer paralelamente, defendem os parlamentares. "Não tem como manter sem correção, senão você vai ter um subSimples. Eu tenho cinco empresas e não saio do patamar nunca. Você amarra o cara para ele não crescer", disse Passarinho.

Um projeto de lei complementar que trata da correção já está em tramitação na Câmara. O texto amplia o teto de enquadramento da receita bruta do MEI

(microempreendedor individual) de R\$ 81 mil para R\$ 144.913,41, aplicando um reajuste com base no IPCA acumulado em 16 anos (quando foi criado o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

Além disso, altera outras faixas. Para microempresas, o limite passa de R\$ 360 mil para R\$ 869,5 mil anuais. No caso de empresas de pequeno porte, sai de R\$ 4,8 milhões para R\$ 8,7 milhões.

A proposta seria votada no final do ano passado, mas travou sem consenso do PT, que temia perda de arrecadação para o governo de Lula, e do MDB, que via impacto nas receitas de estados e municípios.

**Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/ala-do-congresso-quer-debater-desoneracao-em-paralelo-a-reforma-tributaria-mas-fazenda-resiste.shtml>**

# Tributação de dividendos pode incluir redução de IRPJ

**Eduardo Cucolo**

o paulo O governo federal irá enviar uma nova proposta de reforma do Imposto de Renda ao Congresso, que deve prever tributação de dividendos compensada pela redução do imposto corporativo, descartando a possibilidade de utilizar o projeto sobre o tema que está atualmente no Senado, afirmou nesta sexta-feira (17) o secretário Extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy.

Durante debate realizado pelo Insper sobre tributação da renda e patrimônio, Appy e Daniel Loria, diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, listaram cinco princípios da nova proposta: progressividade, isonomia, neutralidade, competitividade internacional e segurança jurídica.

Os dois ressaltaram diversas vezes que a proposta do governo não está pronta, mas que há "uma possibilidade razoável" de ter um novo projeto que trate da tributação do dividendo na pessoa física com redução dos **tributos** na pessoa jurídica (IRPJ/CSLL).

"Em princípio a ideia é elaborar um novo projeto do IR para mandar para o Congresso no segundo semestre. O projeto que está hoje no Senado [já aprovado na Câmara] tem muitos problemas e não é uma boa base para avançar com o debate", disse Appy, "Não há uma decisão do governo sobre isso, mas é um cenário provável, com base no que falamos com o presidente [Lula], caminhar para a tributação de dividendos e reduzir a alíquota corporativa", afirmou Loria, que trabalha nessa proposta dentro do ministério. Ele esclareceu posteriormente não ter falado pessoalmente com Lula, mas ter se referido às falas do presidente sobre o tema.

Eles destacam que não há na literatura internacional um modelo ideal de tributação da renda e que há diferenças grandes nas regras adotadas em cada país. Na tributação do consumo, por outro lado, já está estabelecido o formato de tributação por meio de um imposto sobre valor agregado.

"Se é possível ter um sistema mais justo, mais progressivo e que não prejudique a eficiência, a gente deve buscar esse modelo. Desenhos que foram pensados para o Brasil 30 anos atrás talvez não sejam

os ideais hoje em dia", disse Appy.

"O Brasil tem uma série de distorções para corrigir e que fogem desse parâmetro, que fazem com que parcela relevante das pessoas de alta renda seja menos tributada." Em relação ao princípio da isonomia, Loria citou como exemplo a diferença na tributação da renda do aluguel de imóveis, que pode chegar 327,5% na pessoa física, mas é de 11% quando o bem é transferido para uma pessoa jurídica e zero em fundos imobiliários.

Os dois também citaram a questão da competitividade internacional, ao afirmar que nada que for feito no Brasil pode ser visto isoladamente, lembrando as discussões na OCDE sobre imposto corporativo mínimo.

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# A viabilidade da reforma tributária (Artigo)

**Alexandre Rands Barros Economista**

As dificuldades a serem enfrentadas para a aprovação da **reforma tributária** começam a emergir. Conceber uma estrutura tributária eficiente não é difícil, pois as opções de desempenhos relativos já são bem estudadas pelos economistas. Por isso, inclusive, temos dois bons projetos já no Congresso Nacional. Conseguir o apoio necessário, dadas as suas consequências, é o grande desafio. As principais dificuldades são: (i) compatibilizar os diferentes interesses dos estados e municípios, pois uma das principais questões da reforma é a divisão de competências e de recursos entre os diferentes entes federativos. Mesmo que seja fácil equilibrar distribuição de recursos entre a União e o conjunto dos estados e dos municípios, quando se trata da apropriação relativa entre os entes subnacionais, a solução fica quase impossível. Alguns estados e municípios vão perder enquanto outros arrecadarão mais. (ii) Também deverá haver mudanças na proporção das cargas tributárias entre os diversos setores, tanto no agregado, como agropecuária, indústria, comércio e serviços, quanto em níveis mais desagregados. Setores econômicos com interesses específicos já estão pressionando o governo e o Congresso para que não sejam prejudicados na contribuição que fazem ao fisco. Como se não bastassem essas dificuldades, ainda há aqueles que clamam pela inclusão da desoneração da folha de salários e mudanças no Imposto de Renda já nessa primeira reforma. Todas essas dificuldades são complicadas de superar se não houver muita eficiência na articulação política e postura cooperativa dos diversos agentes econômicos e políticos.

Dois são os instrumentos para superar esses problemas: (i) mudanças de preços relativos entre os diversos bens e serviços e (ii) um período de transição que pode durar dez anos, segundo previsões das propostas atuais. Nele, podem ser promovidos ajustes de preços relativos paulatinamente, sem com isso impor grandes perdas às empresas. Ajustes severos é que são difíceis de serem feitos em períodos de baixa **inflação**. E sua necessidade pode gerar perdas elevadas para as empresas que não conseguem ajustar rápido. Daí a necessidade da transição em que as arrecadações setoriais, ou mesmo por empresa, podem ser realizadas nos dois sistemas e as tarifas tributárias por setor podem ir se ajustando aos poucos para fazer com que todos possam não perder e eventualmente prefiram o novo sistema. Para evitar perdas dos diversos entes federados, terá que se

recorrer à formação de um fundo de transferências entre entes federados em que ele vai sendo aos poucos zerado, em período no qual estados e municípios se ajustam. A dificuldade é explicar e convencer os prefeitos e governadores, pois, muitas vezes, são meio desconfiados. No entanto, o momento é de cooperação para construir um Brasil melhor.

A reforma do Imposto de Renda deve esperar um pouco, pois levaria a mais atritos políticos, que podem inviabilizar o todo. A desoneração da folha de salários, por sua vez, deverá gerar também a necessidade de ajustes de preços relativos. Um setor que vai ter que elevar preços relativos com as propostas de **reforma tributária** atuais será o de serviços. Na desoneração da folha, ele deverá ter preços reduzidos. Então, a combinação dessa última com a tributária inicial pode facilitar o período de transição e atenuar as resistências. Daí a conveniência de realizar as duas juntas.

**Site:**

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/opiniao/2023/03/a-viabilidade-da-reforma-tributaria.html>